

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 7 DE OUTUBRO DE 2008.** -----
----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E NOVE** -----

----- No dia 7 de Outubro de 2008, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel de Melo Barroso, Domingos Alves Pires, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Guilherme Figueiredo Nobre Gusmão, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Raquel Ponte da Luz Martins de Sousa, Maria Teresa Cruz de Almeida, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário

Botelho Gaspar, Pedro Manuel Tenreiro Biscuais Pereira, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rosa Maria Carvalho da Silva, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, Carlos Alberto de Oliveira Carvalho, Tiago Filipe Silva Mendes Morais Alves, Luís Filipe da Costa Vieira da Silva, Eunice Amélia Teixeira da Costa Gonçalves, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Luís Jorge Teixeira Mendes Silva, Cecília da Conceição Simões Sales, Jorge Manuel Nascimento Fernandes, João Gordo Martins, Fernando Manuel Catarino Narciso. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, João Miguel Martins Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, tendo sido substituída na presidência da Mesa pelo Primeiro Secretário e no Plenário pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Catarino Narciso. -----

----- Nelson Coelho (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- António Tavares, João Martins Vieira e Gonçalo Saluce Sampaio, Deputados Municipais Suplentes do PSD, pediram a suspensão do mandato por um dia (7 de Outubro de 2008). -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiares, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida

Velho, José Carlos Alegre, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Moraes, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Luís Cavaco, Odete Ferrajota, Manuel Poças, Manuel Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins, Alberto Pereira, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----
----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Simões Sales. -----
----- Feliciano David, Carlos Silva Santos e Romão Lavadinho, Deputados Municipais suplentes do PCP, pediram a suspensão do mandato por um dia (7 de Outubro de 2008). -----
----- Ricardo Amaral Robles, do BE, pediu a suspensão do mandato por 90 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Jorge Manuel Nascimento Fernandes. -----
----- Timóteo Macedo, Deputado Municipal suplente do BE, não pôde comparecer nesta reunião por se encontrar internado por questões de saúde. -----
----- José Luís Ferreira (PEV), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Gordo Martins.-----
----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----
----- Fausto Santos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por Carlos Alberto de Oliveira Carvalho. -----
----- Luís Filipe Gonçalves (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Santo Condestável, por Tiago Filipe Silva Mendes Moraes Alves.-----
----- João Mourato Grave (PSD), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por Luís Filipe da Costa Vieira da Silva.-----
----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Eunice Amélia Teixeira da Costa Gonçalves. -----
----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Teixeira Mendes Silva. -----
----- Renunciou ao mandato de membro da Assembleia Municipal de Lisboa, para o qual havia sido eleito nas listas do CDS-PP, invocando razões de ordem profissional, o Sr. Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes. -----
----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária que tinha como ponto único da Ordem de Trabalhos: Debate Sobre o Estado da Cidade. -----
----- Antes, porém, suspendeu a reunião por cinco minutos para ser distribuído um documento do Sr. Presidente da Câmara, documento esse que, segundo disse, não chegara sequer a dar entrada na Mesa, o que foi pena. Mesmo assim, achara que devia

aceitar o pedido do Sr. Presidente da Câmara, pese embora considerar que esse documento não seria uma grande ajuda para o debate. -----

ORDEM DO DIA

DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que tendo decorrido cerca de um ano e alguns meses desde o início do mandato, parecera-lhe particularmente oportuno fazer distribuir pelas Senhoras e Senhores Deputados Municipais um balanço da actividade do Executivo municipal, tomando por base as medidas previstas no programa eleitoral do PS com base no qual se candidatara, mas também as medidas previstas no acordo pós-eleitoral que o PS celebrara com o BE, e que se incorporaram, naturalmente, no programa do actual Executivo. -----

----- E ao longo dos quadros que se encontravam no documento, que pedia que lessem atentamente, poderiam ver, ponto a ponto, medida a medida, qual o grau de execução que cada uma das medidas previstas no programa eleitoral do PS e no acordo do PS com o BE, tinha neste momento. Poderia dizer, numa breve síntese, que a generalidade das medidas estava em bom andamento, bastantes estava já mesmo integralmente concluídas, embora algumas ainda não tivessem sido executadas. -----

----- Mas se havia uma frase que podia sintetizar toda essa cuidadosa análise que era feita medida a medida, essa frase era: “estamos a cumprir com aquilo com que nos comprometemos perante os lisboetas”. -----

----- Como se recordariam, o programa tinha essencialmente três tempos: o tempo da urgência, o tempo das pequenas/grandes coisas, e o tempo de preparar o futuro. -----

----- Já falaram muito sobre o tempo da urgência, mas como alguns Deputados Municipais eram bastante distraídos, era sempre bom recordar alguns factos do tempo da urgência. Foi o tempo de atacar a situação de rotura financeira deixada por seis anos de gestão do PPD/PSD; foi o tempo de retirar o Município de Lisboa da lista dos municípios que excediam o limite de endividamento; foi o tempo de pagar 180 milhões de euros de dívidas de curto prazo a fornecedores; foi o tempo de assinarem 41 acordos de pagamento correspondentes a mais 103 milhões de euros de dívidas de curto prazo a fornecedores. Foi, em suma, o tempo de retirar o Município dos cuidados intensivos da situação financeira em que o PPD/PSD o tinha deixado. -----

----- Por outro lado, foi também o tempo de combater o caos urbanístico resultante de seis anos de gestão do PPD/PSD na Câmara Municipal de Lisboa; foi o tempo de extrair as consequências da sindicância realizada por uma magistrada do Ministério Público à actividade dos Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa, promovendo a declaração de nulidade sempre que tal se justificava; foi o tempo de promover a aprovação, em Câmara, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que aguardava aprovação na Assembleia Municipal; foi o tempo de elaboração do Regulamento das Taxas Urbanísticas, finalmente aprovado em Câmara e que estava já em fase de debate público; foi o tempo de aprovar a regulamentação sobre o complemento de lote; foi o tempo de fazer aquilo que era necessário fazer para que a cidade voltasse a ter regras e acabasse com o caos em que foi deixada por seis anos de gestão do PPD/PSD. -----

----- Foi ainda o tempo de começar a atacar a situação de desmazelo acumulado no espaço público da cidade. Todos estavam ainda insatisfeitos, mas nessa insatisfação, muitas vezes, não reparavam o muito que foi feito e que continuava a ser feito no que dizia respeito à reposição de pavimentos, à reposição de espaços verdes, na reposição de passadeiras e na reposição de sinalética, que ao fim de seis anos de gestão do PPD/PSD estavam num estado absolutamente deplorável e de grande desmazelo no conjunto da cidade. -----

----- Este, portanto, foi o tempo da urgência. O tempo de retirar o Município dos cuidados intensivos, de vencer a situação de rotura financeira, de resolver os caos e os impasses urbanísticos, e de começar a atacar a situação de desmazelo que estava instaurada na cidade. -----

----- Mas desejava concentrar-se em cinco pontos importantes desse segundo tempo de pôr a cidade a funcionar e começar a fazer aquilo por que os lisboetas ansiavam que a ela pudesse fazer. -----

----- Em primeiro lugar, uma cidade tinha que ser amiga e estimular o investimento e actividade económica na cidade. Nesse sentido, aliás, muito recentemente foi criado o Gabinete de Apoio ao Investimento e o Gabinete de Apoio ao Cinema e ao Audiovisual de forma a criar condições para terem um balcão único no Município, que ajudasse a simplificar o tratamento dos processos relativos aos investimentos em geral e à actividade cinematográfica em particular, actividade estratégica quer para a promoção da cidade, quer para o pleno aproveitamento de uma cidade que era a cidade da Europa com maior número de dias de sol e maior número de horas de luz. --

----- Nesse sentido, também o acordo agora renegociado com a AIP e com o IAPMEI tendo em vista um relançamento e um novo vigor para o LISPOLIS, Parque Tecnológico da Cidade de Lisboa, instrumento absolutamente estratégico para o reforço da actividade de alta tecnologia na Cidade de Lisboa. -----

----- E igualmente muito importante a aprovação do SIMPLIS, em particular de duas medidas que estando só em teste, como projecto-piloto, numa área de urbanismo comercial, brevemente poderiam ser replicadas à área do urbanismo em geral. Referia-se aos projectos “Alvará Já” e o “Utilização na Hora”, que ao longo dos dois meses de aplicação que já tinham na área do urbanismo comercial, já provaram serem medidas de grande utilidade para a agilização do processo de licenciamento e para melhorar a relação do Município com a actividade económica, numa área onde graças à *task-force* que foi criada para recuperar os 5.000 processos pendentes que se tinham acumulado ao longo de anos, podiam dizer que tiveram um aumento de 195% no licenciamento de obras, e 365% de aumento em licenças de utilização emitidas, comparativamente ao que tinha acontecido em idêntico período do ano anterior. -----

----- Continuando, disse que têm dado particular importância à área do turismo, área que merecera a priorização no processo de licenciamento, tendo sido já licenciados, desde que esta Câmara tomara posse, onze novos estabelecimentos hoteleiros, aprovados projectos de arquitectura para mais seis, e tendo também sido aprovadas mais três novas pipes para estabelecimentos hoteleiros. -----

----- A esse esforço da iniciativa privada e da agilização do licenciamento, estavam a corresponder tendo seleccionado um conjunto de edifícios municipais que neste momento estavam carentes de uso adequado e que desejavam brevemente colocar no mercado para a sua reconversão como hotéis de charme, estando já feita a sua avaliação, a análise da sua edificabilidade e a análise dos termos em que podiam ser colocados no mercado. -----

----- Ainda no que dizia respeito à actividade económica, referiu a atenção muito particular que têm dado à promoção de tudo o que tinha a ver com a criação de um ambiente favorável à instalação de indústrias ou outras actividades na área criativa. Importante nessa matéria era o terem conseguido, como tinham definido como prioridade, recuperar para a Lisboa dois grandes eventos internacionais que tinham perdido devido ao desleixo da governação do PPD/PSD na Cidade de Lisboa. -----

----- Referia-se à “Experimenta Design” e à “ModaLisboa”. A “Experimenta Design” regressaria já no próximo ano, agora com outra dimensão porque internacionalizada e em parceria também com Amesterdão, e a “ModaLisboa” que regressaria a Lisboa uma vez esgotado o compromisso que entretanto tivera de assumir, e que honrava o Município de Cascais que, muito inteligentemente, soubera aproveitar a monumental incompetência da gestão do PPD/PSD na Cidade de Lisboa. -----

----- Nesse sentido, estavam a dar apoio ao Centro Português de Design, na sua candidatura para instalação, em Lisboa, do Observatório Europeu do Design, de forma a reforçar o posicionamento internacional de Lisboa nessa área. -----

----- Mas não queria deixar de enfatizar que, para além da recuperação dos eventos perdidos, havia novos eventos que tinham sido conquistados, designadamente um ainda realizado neste fim-de-semana, com a participação de sua Excelência o Senhor Presidente da República, que assistira à primeira exibição do Portugal Feshion que até hoje nunca se tinha realizado na Cidade de Lisboa. -----

----- Agora, grande investimento, em parceria com as universidades existentes na Cidade de Lisboa, era o programa “Lisboa Cidade Erasmos”, um programa que tinha um objectivo claro, neste momento quantificado e que seria expresso, muito brevemente, no protocolo que assinariam com a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade Nova de Lisboa, o ISCTE, e esperava que a seguir com outras universidades, não públicas, da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse que o objectivo desse programa era, em cinco anos, passarem de dois mil para cinco mil o número de estudantes estrangeiros Erasmos a virem estudar para Lisboa, o que seria um contributo muito importante para a internacionalização da Universidade de Lisboa e também um contributo decisivo para a afirmação e a promoção internacional da Cidade de Lisboa. -----

----- Nessa área de fazer de Lisboa Cidade Erasmos, havia um vasto programa a desenvolver em parceria com o Ministério da Ciência e também com as universidades, tendo em vista aumentar o número de residências universitárias em Lisboa, num total de mais 2.000 camas que queriam abrir na em Lisboa, parte das quais dirigidas a estudantes, investigadores, mestrandos ou doutorandos estrangeiros que em Lisboa se viessem instalar. Era um programa que previa, ou a construção nova em lotes da

universidade, ou, e muito importante, a reabilitação de oito edifícios para a instalação de residências para estudantes. -----

----- Mas, a par desse eixo, desejava também enfatizar o trabalho que vinha sendo desenvolvido no que dizia respeito à sustentabilidade ambiental. -----

----- Em primeiro lugar – e convinha não esquecer – aquilo que era para muitos uma utopia era hoje uma realidade. O Plano Verde foi não só aprovado na Assembleia Municipal, estava não só a ser integrado no futuro PDM, como tinha, neste momento, já as medidas preventivas comunicadas à CCDR para apreciação, aprovação e homologação, e também a sua tradução prática e concreta, designadamente no programa de vias pedo-cicláveis dos corredores verdes no conjunto da Cidade de Lisboa. -----

----- Importante também era o facto de ter sido aprovado o Plano de Drenagem, essencial a uma gestão eficiente da água, bem como os estudos que tinham vindo a ser desenvolvidos para o reaproveitamento das águas tratadas, designadamente para efeitos de rega dos jardins a cargo do Município. -----

----- Mas em matéria de água, de dimensão absolutamente histórica era o facto de estarem a pouco tempo de se dar início a uma obra absolutamente essencial, que era a construção do grande interceptor entre Alfama e o Cais do Sodré, que iria permitir que, finalmente, a totalidade do esgoto da Cidade de Lisboa tivesse tratamento e não continuasse essa vergonha, no século XXI, de parte importante do esgoto da cidade continuar ser emitido directamente para o Tejo sem qualquer tipo de tratamento. -----

----- Portanto, este mandato ficaria também marcado por ser o mandato em que o Tejo deixara de ser poluído pelo esgoto da cidade. -----

----- Ainda no tocante à sustentabilidade ambiental, disse que gostaria de enfatizar o trabalho que estava a ser desenvolvido na área da eficiência energética. A E-Nova concluíra, e brevemente levariam a Sessão de Câmara, a estratégia energético-ambiental da Cidade de Lisboa, uma estratégia inspirada nos Três-Vintes europeus, mas com metas adequadas e ajustadas aos ciclos políticos da Cidade de Lisboa, de forma a que, sucessivamente, fosse possível avaliar o desempenho dos titulares dos cargos políticos, também pelo cumprimento dessa ambiciosa estratégia energético-ambiental. -----

----- Aliás, era no quadro dessa estratégia que tinha vindo a ser desenvolvido um conjunto vasto e diversificado, por diversas entidades municipais, de programas que para aí contribuíssem. -----

----- Desde logo a parceria que estabeleceram com a CISCO tendo em vista o desenvolvimento de três projectos-piloto: o Plano de Mobilidade do Campo Grande, 25; o Estudo da Eficiência da Certificação Energética do Edifício do Campo Grande; e, ainda, o Programa de Micro-geração nas Escolas. -----

----- Chamou a atenção que já candidataram e já ganharam oito licenças de micro-geração para oito escolas, e tinham já os processos prontos para a candidatura para mais dez escolas obterem licença de micro-geração, sendo que numa delas, a Escola Luísa Neto Jorge, já estava neste momento todo o trabalho incluído, certificação inclusive, para começar a produzir e a injectar energia na rede. Aliás, esse programa

era também acompanhado pela instalação, em outros edifícios municipais, de painéis, ou térmicos, ou fotovoltaicos, tendo em vista a poupança e/ou a produção de energia nos edifícios municipais. -----

----- Prosseguindo, referiu que queria também enfatizar o trabalho que vinha sendo desenvolvido, internamente, pelos órgãos do Município ou pela GEBALIS, tendo em vista a substituição e a adopção de soluções de menor consumo energético, designadamente a substituição, pela GEBALIS, de 103.000 lâmpadas de baixo consumo aos moradores dos bairros sob sua gestão, aos programas substituição das lâmpadas nos edifícios municipais e substituição das lâmpadas dos corredores semaforicos por ledes de muito menor consumo. -----

----- Ainda nesta área, disse que também queria enfatizar, como aliás estivera muito patente nesta última Semana da Mobilidade, a estratégia da mobilidade sustentável tendo em conta as medidas adoptadas para a promoção do transporte público, de modos de mobilidade suave como a bicicleta, ou a segurança pedonal. -----

----- Sobre o terceiro eixo essencial, a reabilitação e a promoção da habitação na Cidade de Lisboa, disse que, como têm dito, o grande esforço da reabilitação seria necessariamente prosseguido pelo investimento privado, sendo o papel do Município, sobretudo, o papel de, primeiro, não ser um entrave, e, segundo, procurar ser um agente que estimulasse e catalizasse essa capacidade de investimento privado. -----

----- Era nesse sentido que atribuíram competências de licenciamento à Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, que por sua vez a tinha desconcentrado para as Unidades de Projecto de forma a que, por via da desconcentração, tivessem maior agilidade no processo de licenciamento para reabilitação. -----

----- Nesse sentido também, deram prioridade a pôr a funcionar, eficazmente, a Comissão Arbitral Municipal, a qual, por não funcionar, permitira à gestão PPD/PSD remeter para a legislação a culpa da falta de actualização das rendas e de investimento na reabilitação urbana. Pois bastara mudar o governo da Câmara, sem ser necessário mudar a legislação, para que os resultados da Câmara passassem a ser efectivos e não a paralisia que a incompetência da gestão anterior marcara no funcionamento da Comissão Arbitral Municipal. -----

----- Mas os números falavam por si. Até esta Câmara tomar posse estavam concluídos na Comissão Arbitral Municipal 179 processos, era esse o extraordinário resultado de dois anos de actividade da Comissão sob a gestão do PPD/PSD, e agora estavam concluídos 2.758 processos, estando pendentes unicamente 8% dos 3.500 processos que deram até hoje entrada na Comissão, desde a sua constituição, e poderiam chegar ao fim do ano a dizer que nenhum projecto estava pendente na Comissão há mais de dois meses. Portanto, o problema não estava na lei, o problema estava em quem dirigia a Comissão Arbitral Municipal, e em quem dirigia quem dirigia a Comissão, ou seja, na Câmara do PPD/PSD. -----

----- Por outro lado, desejava sublinhar também o trabalho que foi feito em relação ao recenseamento e ao levantamento integral, em toda a cidade, do número de prédios devolutos, levantamento feito, em primeiro lugar, para que pudessem beneficiar dos

mecanismos previstos na lei, de penalização fiscal de quem mantinha os fogos fora do mercado, assim contribuindo para a especulação, para a sua degradação, para o aumento da insegurança e da insalubridade pública em Lisboa. -----

----- E convinha recordar que esse estímulo fiscal só não estava em vigor na Cidade de Lisboa porque a maioria do PPD/PSD, na Assembleia Municipal, protegera os proprietários dos prédios devolutos impedindo a aplicação do impulso fiscal à sua colocação no mercado. Mas tinha esperança que no próximo Orçamento o PPD/PSD revisse, entretanto, a sua posição. -----

----- E relativamente aos prédios municipais que estavam devolutos fizeram também o seu levantamento para a sua colocação no mercado. Estavam a verificar, um a um, quais eram as suas condições de recuperação e as condições de habitabilidade, de forma a que os pudessem colocar no mercado sendo claro para todos o que era possível em cada um. E chamava a atenção que só no que dizia respeito aos prédios sob a gestão da GEBALIS, a empresa estava a realizar, ao longo deste ano, um investimento de 900.000 euros na recuperação desses fogos para que eles pudessem voltar a ter condições para realojar pessoas carentes de alojamento. -----

----- Ainda nesta área, disse que queria fazer referência a três programas muito importantes. -----

----- Em primeiro lugar, aos programas participados, o PROHABITA e o PORTA65, porque tendo sido possível montar uma operação integrada com recurso a ambos os instrumentos, foi possível já concluir 53 obras estando 201 obras neste momento em curso. -----

----- Em segundo lugar, desejava também chamar a atenção para um programa de reabilitação específico de cinco bairros da Freguesia de Marvila, concretamente os bairros da Amendoeira, do Armador, do Condado, da Flamenga e dos Lóios, onde em parceria com o IRU, iriam investir, neste ano e no próximo, 37 milhões de euros na recuperação, quer do edificado, quer do espaço público, quer dos equipamentos, de forma a recuperarem esses bairros com condições de dignidade e boa qualidade de vida para os seus moradores. -----

----- Aliás, convinha recordar que esses eram os bairros que o Governo do PPD/PSD, com o CDS-PP aliás, e a Câmara do PPD/PSD, tinham entregue à Fundação D. Pedro IV, da qual os resgataram tendo reassumido a sua posse e propriedade pelo IRU, com vista à sua reabilitação de forma a poderem ser alienados, como era de justiça, aos seus moradores. -----

----- O terceiro programa tinha a ver com o grande empréstimo, negociado com o IRU e com o Banco Europeus de Investimentos, num total de 120 milhões de euros, tendo em vista um vasto programa de reabilitação, designadamente permitir a conclusão desse verdadeiro monumento à irresponsabilidade e incompetência do governo do PPD/PSD na Cidade de Lisboa, que foram as fracassadas mega-empreitadas de Alfama e Mouraria. -----

----- Graças a esse empréstimo, iriam ter condições para rescindir os contratos, pagar o montante que estava em dívida, recuperar as empreitadas, lançar novas empreitadas, e, finalmente, concluir as obras, permitindo, assim, o realojamento das pessoas que

estavam deslocadas e dessa forma pôr fim a outro escândalo que eram as casas que estavam arrendadas, pela Câmara, para realojar temporariamente quem foi inopinadamente retirado das suas casas para o lançamento de empreitadas sem as menores condições para serem lançadas. Mas que iriam finalmente ser concluídas graças a este empréstimo que foi negociado com o IRU e com o Banco Europeu de Investimentos. -----

----- Mas em matéria de reabilitação, era verdade que a jóia da coroa deste mandato seria certamente o terem desbloqueado a situação de paralisação e de degradação em que se encontrava a Baixa-Chiado. -----

----- Neste mandato, foi possível aprovar uma estratégia, foi possível aprovar quatro operações piloto, foi possível aprovar as medidas preventivas que, assim que estivessem homologadas pelo Governo, nesse mesmo dia estariam em condições de poder licenciar 50 obras que estavam paralisadas, 50 investimentos privados que estavam disponíveis para a recuperação da Baixa, mas que estavam sem poder ser executados por incapacidade regulamentar, porque o Município não tinha feito aquilo que lhe competia, que era criar um quadro regulamentar adequado para que essas obras pudessem ter lugar. Criaram essas condições, essas obras iriam ser executadas e a Baixa-Chiado iria ser reabilitada e um centro de orgulho e grande montra da Cidade de Lisboa. -----

----- Quarto eixo, a escola. A escola, porque era fundamental! Fundamental para a qualidade do ensino, mas fundamental também para a revitalização da cidade. Aí reconhecia que a incompetência não se devia só à gestão do PPD/PSD, a história era mais longa! Mas era mesmo por isso que era mais necessário ainda concentrar todo o esforço de investimento na recuperação da escola, e esse investimento estava a ser feito neste mandato. -----

----- Disse que utilizaram dois marcos: o marco do centenário da eleição da primeira Vereação republicana em 1908, e o marco do centenário da reforma de Março de 1911, em que, pela primeira vez, a República descentralizara para os Municípios as competências em matéria de educação, para desenvolver o programa Escola Nova. ----

----- Foi um esforço extraordinário que os serviços do Município fizeram ao longo deste ano, para vistoriar todas as escolas, identificar todas as maleitas, conseguir priorizar as possibilidades de intervenção, iniciar e calendarizar a obra a realizar entre 2008 e 2011. -----

----- Tratava-se da construção de sete escolas novas e jardins-de-infância, a reconstrução, praticamente integral, de oitenta das noventa escolas do primeiro ciclo já existentes, num esforço total de investimento de 44 milhões de euros a desenvolver entre 2008 e 2011. E esse esforço de investimento seria ainda acompanhado de mais de 37 acções de pequenas reparações que já foram desenvolvidas e de outras tantas que estavam programadas para se realizarem ainda até ao final do ano. -----

----- Mas a escola não era só o seu edificado, a qualidade dos conteúdos educativos era absolutamente essencial, e daí a importância do programa que o ano passado iniciaram em regime piloto e que este ano alargaram, que era o ensino da natação às crianças das escolas do 1º ciclo. -----

----- Continuando, disse que queria chamar a atenção e enfatizar o eixo que dizia respeito à participação e à prevenção da corrupção. A maior prevenção da corrupção resultaria da simplificação, e daí a grande importância do SIMPLIS para agilizar e tornar fácil o que não deveria ser complicado para se vender depois a sua simplificação. Uma prática que foi desenvolvida através de algumas medidas fundamentais. -----

----- Em primeiro lugar, da publicitação dos critérios de aplicação das normas regulamentares por parte dos serviços do Município, com a elaboração, consolidação e publicitação do PDM anotado, e com a criação da medida do licenciamento aberto. Hoje, praticamente todos os dias, todos os projectos que entravam na Câmara tinham a sua ficha colocada no *site* da Câmara para que cada munícipe pudesse todos os dias saber o que era que estava a ser projectado para as diferentes partes da cidade, e não fosse surpreendido pelo prédio da Cofina quando ele já estava no terceiro piso, ou pelo projecto do Largo do Rato três anos depois de ele já ter sido licenciado. Era para isso que era necessário acabar com a opacidade, tanto tempo acarinhada pelo Município de Lisboa, e dotar toda a actividade urbanística de transparência para que pudesse haver bom controlo democrático por parte dos cidadãos. -----

----- Era também nesse sentido que foi instituído, e aguardava desde 1994, o Conselho Consultivo do Plano Director Municipal, de forma a que decisão municipal sobre projectos de grande relevância fosse uma decisão mais informada, mais esclarecida, mais participada e menos opaca como foi em tempos anteriores. -----

----- Mas depois de um moroso parto, em que o PPD/PSD tudo fizera para impedir a sua constituição, estavam finalmente em condições de avançar com a Comissão das Boas Práticas, o que era absolutamente essencial como se vira, há tempos, em matéria de urbanismo, e como se tinha visto, mais recentemente, noutros domínios da actividade municipal. -----

----- Continuando, disse que houve o tempo de retirar o Município dos cuidados intensivos, houve o tempo, este tempo que estavam a viver, de pôr as coisas a funcionar, de atrair a actividade económica, de conseguirem dar maior sustentabilidade ambiental à Cidade de Lisboa, de proceder e priorizar os trabalhos de reabilitação, de avançar e pôr a escola no centro das preocupações, e de aumentar a participação dos cidadãos. -----

----- Mas havia, tinha de haver, o tempo da preparação do futuro. E esse tempo era absolutamente essencial, porque Lisboa tinha, neste momento, um conjunto de oportunidades absolutamente históricas que teria que saber agarrar. Lisboa tem uma localização geográfica absolutamente extraordinária, numa fase da vida mundial em que a globalização estava na ordem do dia. Lisboa era geograficamente um ponto de ligação e de articulação, como dizia o Senhor Presidente da República no passado dia 5 de Outubro, entre a Europa e o espaço atlântico, entre a Europa e a África e entre a Europa e a América, mas para que pudessem potenciar essa posição geográfica, teriam de ser capazes de se dotar das infra-estruturas necessárias a essa articulação à escala global. -----

----- Era por isso que a construção simultânea do TGV, do novo Terminal de Cruzeiros, da reestruturação do Porto de Lisboa e do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, eram infra-estruturas absolutamente decisivas e estratégicas para aproveitarem plenamente essa posição geográfica que tinham e que era absolutamente crucial, como sublinhara o Senhor Presidente da República, nesta nova segunda globalização. -----

----- E para agarrarem essas oportunidades, havia um exercício de planeamento que era fundamental fazer: de planeamento estratégico, de reforma e de relançamento do Plano Director Municipal. Era por isso que a nova prioridade da Câmara era a conclusão da Carta de Planeamento Estratégico 2010-2024 e do novo PDM. No próximo mês de Março, como se tinham comprometido perante a Assembleia, apresentariam para apreciação pública o novo PDM, e também em Março convocariam o grande debate sobre o Planeamento Estratégico da Cidade de Lisboa, para que a cidade tivesse uma visão do seu futuro que lhe permitisse agarrar as oportunidades que a globalização e as novas infra-estruturas proporcionavam ao seu futuro. -----

----- Disse que havia um terceiro grande debate a realizar, como tivera oportunidade de referir no passado dia 5 de Outubro, que era o debate sobre a reorganização administrativa da Cidade de Lisboa, porque tinham que resolver o paradoxo em que se encontravam. Um paradoxo em que o Município carecia das competências próprias que lhe eram essenciais ao desempenho e persecução de muitas das suas atribuições, e, simultaneamente, o Município acumulava um conjunto de competências que com muito maior eficiência seriam desempenhadas, não por ele próprio mas por freguesias que tivessem a dimensão mínima do bairro. -----

----- Significava isso que deviam e tinham que fazer um duplo processo de descentralização: do Estado para o Município e do Município para a Freguesia, com uma nova escala de freguesia dimensionada à escala do bairro. -----

----- Não poderiam desempenhar eficazmente as funções em matéria de gestão de trânsito, sem terem a competência integral sobre o policiamento do trânsito, ou sobre o planeamento e definição da rede de transportes públicos. Não falava da exploração das carreiras de transportes públicos, que essa não era certamente uma vocação do Município, e que devia e podia ser desenvolvida por via empresarial, fosse por empresas do Estado, fosse por empresas com outra titularidade. Agora, em matéria de planificação e definição da rede, essa competência teria que ser uma competência municipal. -----

----- Mas do outro lado da balança havia “n” competências em matéria de manutenção dos pavimentos, de limpeza urbana, de pequenos licenciamentos, de fiscalização da ocupação do espaço público e de fiscalização de obras, em que a proximidade era absolutamente essencial para uma gestão mais eficiente da cidade e, para que isso acontecesse, tinham também que descentralizar as competências do Município para as freguesias. -----

----- Era evidente que em 53 freguesias da Cidade de Lisboa havia realidades muito díspares. Havia aquelas que tinham a dimensão natural da freguesia ajustada ao seu bairro, eram freguesias que correspondiam, efectivamente, à identidade da cidade

enquanto cidade de bairros. Ninguém tinha dúvidas quanto ao ajustamento das freguesias dos Olivais, Alcântara, Ajuda, Lumiar e tantas outras, mas havia outras que, como sabiam, não correspondiam nem à realidade do bairro nem sequer à identidade do próprio bairro. -----

----- Ou seria que era possível imaginar que a Baixa-Chiado se mantivesse diluída e dividida em pelo menos quatro freguesias? Ou que a identidade de Alfama se dividia entre outras tantas? Ou que a identidade do Bairro Alto se dividisse, pelo menos, em duas freguesias, como a da Encarnação ou Santa Catarina, não falando já de outras envolventes que também se candidatavam ao título de freguesia do Bairro Alto? -----

----- Deviam ter freguesias correspondentes àquilo que era a realidade morfológica, histórica e identitária da cidade, que eram os bairros, e deviam ter freguesias que tivessem pelo menos a escala do bairro, para que a essa escala pudessem desempenhar, em proximidade e com maior eficiência, essas tarefas que eram mal desempenhadas pela Câmara e que nunca seriam bem desempenhadas à distância a que o Município se encontrava do território e da sua gestão. -----

----- Disse, ainda, que estavam a cerca de um ano do termo do mandato, e não acreditava que a proximidade do acto eleitoral devesse ser pretexto ou motivo para adiar decisões de fundo. Era nestas épocas difíceis, como aquelas que o País, o mundo e a cidade atravessavam, que as mudanças e as reformas mais necessárias eram, e não seria a proximidade de um acto eleitoral que os devia fazer recuar, hesitar, ter medo, ou adiar as reformas que eram necessárias fazer. -----

----- Bem pelo contrário, era mais do que nunca necessário fazer o que era necessário fazer. Era mais necessário do que nunca fazerem os grandes debates que era necessário fazer. Não deveriam remeter para os eleitores só a escolha das pequenas coisas, os eleitores eram aqueles perante quem respondiam, e era por isso que esses grandes debates deviam ser iniciados agora, para que todos pudessem participar neles e atempadamente todos os agentes políticos pudessem formular claramente a sua posição perante as grandes questões do futuro da cidade, e assim, chegados às eleições, os eleitores pudessem escolher, com total clareza e perfeito conhecimento daquilo que cada um queria, aquilo que eram as grandes opções para o futuro da cidade. -----

----- Que não incomodassem os eleitores com pequenas coisas, que mobilizassem o eleitorado em torno daquilo que era decisivo, que era central e crucial para o futuro da Cidade de Lisboa. -----

----- Era para esse debate que estavam mobilizados e empenhados. Continuar a pôr a Câmara e o Município a funcionar, não deixar o Município voltar ao estado calamitoso em que se encontrava quando tomaram posse, mas agarrarem-se e empenharem-se nos grandes desafios estratégicos que o futuro colocava na elaboração do novo PDM, na reforma administrativa da cidade, naquilo que era decisivo para agarrarem as dificuldades que tinham, e para que Lisboa fosse, no século XXI, e continuasse a ser, a grande cidade Capital de Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que não podia deixar de iniciar a sua intervenção referindo-se à rábula a que assistiram no

início dos trabalhos, com a entrega, não oportuna para este debate mas oportuna para a comunicação social, que o Sr. Presidente da Câmara ali fizera, de um tijolo de papel, sobre o debate do Estado da Cidade. Este era um debate sério, e se era um debate sério todos os elementos para o debate teriam que permitir o princípio do contraditório. Entregar agora esse conjunto de informação não tinha qualquer contributo para a seriedade deste debate, tinha apenas como contributo uma brincadeira grave do Sr. Presidente da Câmara, com efeito na comunicação social, mas sem nenhum efeito na Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, o PSD considerava esse documento inexistente para este debate, a partir de amanhã olhariam para ele de forma criteriosa e seguramente fariam, em breve, uma avaliação da realidade desse mesmo documento. -----

----- Mas também a forma como o Sr. Presidente da Câmara ali acabara de intervir, não deixava opção a que PSD seguisse um dos dois tipos de intervenção que tinha previsto fazer. O Sr. Presidente da Câmara fizera uma intervenção no seu estilo, demagógica, e o PSD, naturalmente, iria responder-lhe no seu estilo, isto é, com seriedade. -----

----- Disse que acabaram de ouvir o Sr. Presidente da Câmara falar sobre o Estado da Cidade, mas, curiosamente, não falara, e teria sido muito importante que tivesse começado a sua intervenção por o fazer, sobre o impacto que a situação financeira internacional e nacional podia ter, a breve prazo, para a Cidade de Lisboa, desde logo ao nível dos investimentos na cidade. -----

----- Falara ali, como grande aposta, que a reabilitação urbana deveria ser feita pelos privados. Que consequências, sobre os privados, teria a situação financeira internacional e nacional, para o Sr. Presidente da Câmara poder garantir ali que isso se passaria? Não o ouviram falar sobre isso! -----

----- Mas também nos investimentos do Estado, directos do Governo Central na Cidade de Lisboa, já se viu que estava em crise esse financiamento. Toda a política de betão do Governo estava em crise, portanto também aí não se ouvira uma palavra do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Como também não se ouvira uma palavra sobre o impacto que essa situação financeira internacional e nacional poderia ter sobre a área do turismo, que era uma área fundamental para que a Cidade de Lisboa tivesse imagem internacional e tivesse algum financiamento interno. Esta era uma lacuna e uma omissão importante que não deveria ter acontecido. -----

----- Por certo que a cidade que o Sr. Presidente da Câmara falara não era a Cidade de Lisboa, ou então teriam de concluir, uma vez mais, que a cidade do Presidente António Costa não era aquela em que viviam, ou então não era de certeza aquela em que queriam viver. -----

----- Teriam de concluir que para o Presidente António Costa, Lisboa só existia no papel, era uma Lisboa virtual que só existia no seu mundo. Mas a Lisboa real, aquela que existia no mundo dos lisboetas, encontrava-se em muito mau estado. Bastava ouvir e perceber a rua. -----

----- Eram as tais pequenas coisas que o Sr. Presidente queria eximir a que os eleitores se debruçassem sobre elas, de que a rua falava que se sentia mal, que se sentia incomodada, mas que o Sr. Presidente queria evitar que se falasse para que não fosse incomodado. Mas o PSD falava com a rua e ouvia a rua. -----

----- E pese embora o Sr. Presidente tivesse estado sentado, no dia 5 de Outubro, ao lado de Sua Excelência o Presidente da República, não ouvira nada do que ele disse e não escutara os apelos presidenciais para que os políticos se relacionassem com os cidadãos com base na verdade. -----

----- Mas, com a devida vénia, passava a citar Sua Excelência o Presidente da República: “O que é vivido pelos cidadãos não pode ser iludido pelos agentes políticos. Quando a realidade se impõe como uma evidência, não há forma de a contornar. A verdade gera confiança, a ilusão é fonte de descrença”. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara não ouvira, ou fizera que não ouvira. Continuava a optar pela ilusão e pela farsa, anunciava que ia fazer na linha daquela que era a governação a que o PS já os habituara. Optara pela política do mero espectáculo público e mediático, do anunciar que ia estudar e que ia fazer, da atitude pouco democrática e arrogante sempre que alguém denunciava esse *status quo*. -----

----- A política do Presidente António Costa, em Lisboa, não era a política da verdade, da transparência, da humildade democrática, do reconhecimento de que a qualidade de vida na cidade não melhorara com sua governação. -----

----- Lembrou que o Presidente António Costa tinha tido um apoio do Governo de que não havia memória no Município de Lisboa, traduzido, por exemplo, na rápida libertação de agentes para a Polícia Municipal, na rápida transferência das verbas do Casino, na rápida transferência de áreas de gestão portuária, na profusão de investimento em infra-estruturas na Cidade de Lisboa. -----

----- E era preciso relembrar, também, que as poucas grandes decisões de que o Presidente António Costa há pouco se arrogara, mas cuja capacidade de concretizar no terreno era inexistente, apenas foram aprovadas porque, responsabilmente, o PSD as viabilizara. -----

----- Podia o Presidente António Costa demonizar o PSD acusando-o, de forma injusta e não verdadeira, das maiores diatribes e dos maiores esforços para obstaculizar o trabalho da Câmara. Ainda que o quisessem não precisariam de o fazer porque o verdadeiro obstáculo estava dentro da equipa do Sr. Presidente, estava dentro da própria maioria, estava na sua incapacidade de se mobilizar e de mobilizar a cidade, na sua incapacidade de pensar Lisboa, de realizar obra na cidade, estava no mais completo e total amorfismo do PS na Assembleia Municipal, sem ideias, sem iniciativa, sem chama, participando quase por obrigação e sem qualquer convicção. ---

----- Por isso, a acusação ao PSD não resistia à simples leitura das actas das Sessões da Assembleia Municipal e à constatação da participação decisiva do PSD, fundada no profundo respeito pela cidade e pelos lisboetas, na viabilização de propostas como sejam o Plano de Saneamento Financeiro, o Orçamento de 2008, os empréstimos para pagar as dívidas aos fornecedores, a Carta Educativa, o Plano Verde, os concursos

para a manutenção dos espaços verdes, os protocolos de delegação de competências e a Comissão para as Boas Práticas. -----

----- A propósito da Comissão para as Boas Práticas, desafiou o Sr. Presidente da Câmara e ir ao microfone dizer em que medida o PSD tudo fizera para obstaculizar a criação dessa Comissão. Isso era uma profunda mentira e o Sr. Presidente teria que dizer ali em que factos se baseava para fazer essa acusação mentirosa e pouco leal. ----

----- Continuando, disse que se apesar dos contributos do PSD o Presidente António Costa e a sua equipa não eram capazes de ver o Plano de Saneamento Financeiro aprovado, não eram capazes de cumprir prazos de entrega de candidaturas, não eram capazes de manter os espaços verdes da responsabilidade da Câmara, só podiam lamentar, pelo bem da cidade, que a disponibilidade do PSD fosse assim desbaratada pelo Presidente António Costa. -----

----- Mas mais do que as palavras com que tem pretendido iludir a realidade, deviam olhar para o que o Presidente António Costa escrevera como sendo compromissos com a cidade, a cumprir já. -----

----- Disse que já estavam um bocadinho fartos, e começava a aborrecer-lhes, que constantemente a conversa do Sr. Presidente da Câmara, a conversa do PS, fosse a de que o PSD era o responsável pelo estado da cidade. O PSD assumia as suas responsabilidades, por exemplo pelo Túnel do Marquês, pelos Jardins Digitais, pelo Casino, pela requalificação do Campo Pequeno, pelo Quadro de Direito Privativo da Câmara, pelos radares, pelo plano da Baixa-Chiado, pelo condicionamento de trânsito nos bairros históricos, pelo jardim do Arco do Cego, pela estratégia de desenvolvimento social para Lisboa, pela disciplina do espaço público, pelo Parque do Oeste. -----

----- Portanto, o PSD assumia responsabilidades por tudo isso, e assumia mesmo responsabilidades que nenhum partido no poder nunca assumira em Portugal, mas as suas responsabilidades eram de cinco anos e meio, sendo que desses só ano e meio com maioria absoluta, enquanto que a responsabilidade do Sr. Presidente e a responsabilidade do seu partido era de treze anos e meio de poder na Câmara, sendo que doze deles com poder absoluto já que tinha maioria na Câmara, maioria na Assembleia Municipal e maioria nas Juntas de Freguesia. -----

----- Já sabiam que responsabilidade era termo que o PS não conhecia, mas pedia ao Sr. Presidente que largasse de culpar o PSD porque já estavam fartos disso e começavam a aborrecer-se com esse permanentemente atirar para o PSD as responsabilidades pelo estado da cidade. -----

----- Referiu que no tempo que o Sr. Presidente classificara, livremente, como de urgência, escrevera que era importante acabar com a imagem de desmazelo da cidade, mas a verdade era que não só não acabara como o desmazelo era maior ainda. A sujidade era enorme; as ruas estavam permanentemente conspurcadas e sujas; não se via lavagem de ruas; os passeios estavam esburacados; a grande maioria das passadeiras estavam por pintar; o estacionamento era caótico e as segundas filas mantinham-se, o espaço estava pouco amigo do munícipe. -----

----- Aliás, o Vereador responsável pela higiene urbana era pouco interventivo nessa área, assistiam a intervenções espúrias, abusivas e discricionárias do espaço público, impedindo quem vivia na cidade de aceder a certos espaços, como foi o caso da Praça das Flores e iria ser, com uma iniciativa da marca Renault, na Av. da Liberdade que estaria fechada durante dois dias. -----

----- Ainda no tempo que classificara de urgência, o Presidente António Costa inscrevera a resolução dos impasses urbanísticos, mas não só não os resolvera como contribuíra para os arrastar. Por exemplo, a Av. da Liberdade continuava por resolver e não se via uma solução no horizonte. No Parque Mayer, a reboque da promiscuidade entre o cidadão e o Vereador Sá Fernandes, a Câmara continuava a arrastar um processo sem que se visse qualquer luz ao fundo do túnel, daí decorrendo consequências graves para outras zonas da cidade. -----

----- Por outro lado, a revisão do PDM permanecia fechada nas gavetas do Presidente António Costa e do Vereador do Urbanismo. Agora parecia que havia um horizonte, Março do próximo ano, para o PDM sair da gaveta, curiosamente apresentando-se o PDM antes de se discutir o planeamento estratégico da cidade. Parecia-lhes uma inversão perfeitamente desajustada porque deveria ser primeiro o planeamento estratégico e a seguir o Plano Director do Município. -----

----- Sucediã-se as embrulhadas urbanísticas que intranquilizavam a cidade e os lisboetas, como era o caso da sede da Cofina ou o edifício projectado para o Largo do Rato. As zonas periféricas da cidade estavam votadas ao abandono, por parte da Câmara, no que respeitava à qualidade urbanística, como se quem nelas vivia fossem lisboetas de segunda. -----

----- E era bom lembrar que o Presidente António Costa tivera um apoio extraordinário para pôr ordem no urbanismo. Acabado de tomar posse, recebera o relatório da sindicância ao urbanismo, que o PSD, corajosamente, solicitara quando tinha responsabilidades no urbanismo, relatório esse que fazia a “papinha” toda à Câmara e dizia tudo o que o Presidente António Costa devia fazer. Se o Presidente António Costa dizia agora que estava a regular tudo e continuavam à espera dessa regulamentação, era só porque a Sra. procuradora, responsável pela sindicância, o escrevera no relatório vinculando-o à sua aprovação. -----

----- Essa sindicância, a primeira realizada aos serviços de urbanismo da Câmara, concluída rapidamente – cerca de um ano – mas incidindo apenas sobre a gestão do PSD, o que não deixava de ser curioso, tem permitido ao Presidente António Costa fazer flores e arrogar-se de justiceiro nessa matéria. Mas, infelizmente, essa ajuda preciosa não tem sido devidamente aproveitada pelo Sr. Presidente para ordenar seriamente o urbanismo na cidade. -----

----- E onde estava a sindicância ao património que, para não ficar atrás, o Presidente António Costa de imediato pedira e que o PSD apoiara? É que essa sindicância aparentava andar de forma bem mais lenta que a anterior, desconhecendo-se quando haveria resultados e, claro, iria incidir apenas sobre a gestão do PSD esquecendo os cerca de treze anos e meio em que o PS liderara a Câmara, desde 1990. -----

----- Mas também no tempo que classificara de urgência, o Presidente António Costa prometera o saneamento financeiro de emergência, e neste capítulo o que apresentava era o falhanço completo do Plano de Saneamento Financeiro, por pura e grossa má-fé política, e o falhanço completo da reorganização do sector empresarial do Município. -

----- Foi a ganância politico-partidária do PS de colar ao PSD uma imagem negativa que inquinara aquele plano e fizera com que o Tribunal de Contas o chumbasse, por considerar que a situação financeira da Câmara era estrutural, envolvendo também as gestões anteriores do PS/PCP, lideradas por Jorge Sampaio e por João Soares, apontando-lhes responsabilidades fundamentais na situação actualmente existente. ----

----- Exibindo um gráfico, disse que olhando para ele viam, no tempo de urgência, o cumprimento de promessas do Dr. António Costa. A vermelho estava o não cumprido a amarelo estava o cumprido, e para quem considerava que eram medidas de urgência, das duas uma: ou tinham diferentes entendimentos sobre o que era urgência, ou então o Dr. António Costa não sabia o que era urgência. -----

----- Passando à área da segurança, disse que o Presidente António Costa referira que ia reforçar a segurança dos comerciantes, a segurança no Bairro Alto, em Alfama e no Castelo, promessa particularmente importante perante a situação de insegurança e criminalidade crescente que se ia vivendo em Lisboa e no País. Mas o que fizera ou dissera a esse respeito? Nada! -----

----- O Presidente António Costa via agentes da Polícia Municipal regressarem à PSP, agravando a escassez de agentes municipais e fragilizando mais a estrutura de segurança municipal. E o que fizera ou dissera a esse respeito? Nada! -----

----- Os eleitos locais, desde logo na Assembleia Municipal, exigiam ao Presidente António Costa que reunisse o Conselho Municipal de Segurança, coisa que nunca fizera em mais de um ano de mandato. E o que fizera ou dissera a esse respeito? Nada! -----

----- O policiamento de proximidade era essencial para garantir maior segurança aos lisboetas, mas o Presidente António Costa impedira que esse policiamento se fizesse na zona norte da cidade, desrespeitando uma recomendação da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia envolvidas. Para além dessa grave decisão, o que fizera ou dissera a esse respeito? Nada! -----

----- O edificado da cidade continuava a ser palco de pequenos mas sucessivos incêndios. O que fizera ou dissera a esse respeito o Presidente António Costa? Nada! -

----- Referindo-se à área da mobilidade, disse que para uma grande cidade como Lisboa a coordenação dos modos de transporte público e a sua articulação com políticas e medidas de incentivo ao seu uso era decisiva para a qualidade de vida na cidade. Por isso se exigia, como condição inultrapassável de eficácia desse sistema, a entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, sendo verdadeiramente criminoso, na perspectiva da cidade, o desinteresse que o Governo tem colocado nessa matéria e o atraso brutal em que se encontrava o início da actividade dessa Autoridade. -----

----- O Presidente António Costa fazia excelentes diagnósticos e manifestava preocupações pias com a área da mobilidade. Mas naquilo que era nuclear para a

mobilidade em Lisboa, logo para o Estado da Cidade, o que dissera ou fizera, durante este ano, relativamente à inexistência da Autoridade Metropolitana de Transportes? Nada! -----

----- E também não tem dito nada sobre a intervenção do Município na definição das redes de transportes, para além daquilo que vinha ali dizer. Mas não era ali que isso se resolvia, não era na comunicação social que isso se resolvia, mas sim nos Ministérios, junto do Governo. E aí não tinha dito nada! -----

----- Relativamente à zona ribeirinha, disse que o Presidente António Costa apresentara à comunicação social, seu público-alvo privilegiado, um plano de revitalização que era uma mera colagem de intervenções já conhecidas e sugeridas anteriormente, com a grande inovação da criação de duas piscinas de ondas artificiais. Quase que poderiam dizer, a brincar, que perante a ondulação trapalhona do actual Executivo, essas ondas seriam mesmo reais. -----

----- Mas no auge dessa apresentação, o Dr. José Miguel Júdice, que não aceitara o convite da Assembleia Municipal de Lisboa para explicar porque abandonara um projecto tão extraordinário, estragara o mediatismo do Presidente António Costa demitindo-se de liderar o projecto. Projecto esse que consistia apenas num papel, num protocolo de intenções sem conteúdo real, a que a Administração do Porto de Lisboa torcia o nariz, e nada evoluía nesta matéria. -----

----- Preocupava-os, segundo disse, a qualidade de intervenção na zona ribeirinha, preocupava-os a pressão urbanística que existia para essa zona, preocupava-os a incapacidade da Câmara para lhes resistir, não tinham confiança nessa equipa para esta tarefa, por duas razões, entre outras. Uma: o hotel que estava a ser construído em cima do Padrão dos Descobrimentos, que o escondia completamente e que invadia a frente ribeirinha hostilizado os lisboetas, tinha uma participação do actual Vereador do Urbanismo na sua qualidade profissional; outra: a entrega, por parte da Câmara, em adjudicação directa, à REFER, entidade que só por ironia se podia dizer que tinha qualquer vocação na área urbanística, do plano de urbanização de Alcântara patrocinando um autêntico muro de vergonha de contentores que impedia os lisboetas de desfrutarem do seu rio. -----

----- Lembrou que interpelado directamente por si na Assembleia Municipal, o Presidente António Costa dissera desconhecer como se iria processar essa intervenção urbanística da cidade, em zona tão sensível do ponto de vista da fruição e qualidade do espaço público, do ambiente e da mobilidade. -----

----- Como era possível que esse desconhecimento, por parte do mais alto responsável autárquico de Lisboa, passasse impunemente se quaisquer tipo de consequências? -----

----- Como era possível que o Presidente António Costa permitisse que essa intervenção, criminosa para os interesses da cidade, avançasse sem uma palavra sua de contestação? Nesta matéria, o silêncio só poderia significar cumplicidade para com esse atentado à cidade e ao seu futuro. -----

----- Por que não falava o Presidente António Costa? Por que se calava? Em nome do PSD afirmava-lhe que dariam todo o apoio para travar essa intervenção. Portanto,

contava com o PSD para impedir o atentado urbanístico na zona de Alcântara, se quisesse esse apoio. -----

----- Relativamente à Baixa-Chiado disse que nada evoluíra. Desde logo, o Chiado foi riscado das preocupações do Presidente António Costa, não se conhecendo acções nem sequer promessas de revitalização. Para a Baixa, numa aposta completamente autista e descentrada, o Presidente António Costa só queria instalar museus, não cuidando da necessidade de criar condições de habitabilidade para fixar residentes. Só por pressão e apoio do PSD, na Câmara e na Assembleia Municipal, aceitara incluir a recuperação de dois quarteirões, que tornariam gradualmente mais atractivo viver na Baixa, permitindo a reabilitação urbana nessa zona nobre da cidade. -----

----- Prosseguindo no uso da palavra, o Deputado Municipal Saldanha Serra disse que o estado de Lisboa só não era pior porque as Juntas de Freguesia tinham um papel cada vez maior e um cada vez maior sentido de cidade, e vinham desempenhando esse seu papel com enormes sacrifícios, decorrentes do facto da Câmara faltar com os financiamentos prometidos. Infelizmente, essa situação estava para durar e só podiam concluir que a actual Câmara não era pessoa de bem e não cumpria os seus compromissos. -----

----- Por isso, os Vereadores do PSD iriam, amanhã, votar contra a proposta sobre transferência de verbas para as freguesias porque ela não respeitava o compromisso do Presidente António Costa, assumido perante as Juntas de Freguesia do PSD. -----

----- Desde logo, essa proposta não saldava todas as dívidas da Câmara às freguesias, depois o compromisso era que as verbas em falta nos protocolos dos espaços verdes acresceriam aos aumentos do FFF e nunca, como sucedia na proposta, seriam subtraídos a esses mesmos aumentos. Portanto, afirmava ali que essa proposta não merecia a concordância do PSD, e que o PSD se sentia traído na sua boa-fé pelo Presidente António Costa. -----

----- Depois disso, vinha o Sr. Presidente da Câmara falar em mais delegações de competências para as Juntas de Freguesia, se não era capaz sequer de cumprir aquelas que assinara e protocolara! O Sr. Presidente que cuidasse primeiro dos seus compromissos e depois que viesse propor novos. -----

----- Era também incontornável falar da atribuição de casas pela Câmara, assunto que estava na ordem do dia e que o cidadão de Lisboa comentava de forma cáustica e desiludida. -----

----- Em primeiro lugar, o PSD aguardava as investigações em curso, esperando que elas olhassem para todos os mandatos e não apenas para os mandatos do PSD, conforme agora parecia ser o caso de tudo aquilo que se investigava em Lisboa. O PSD estava tranquilo. Mas era preciso perceber como era que a actual Vereação convivía, de forma confortável, com a situação existente. Era uma pergunta que faziam e que o Presidente António Costa deveria ali esclarecer. -----

----- E porque essa situação era do conhecimento do Presidente António Costa pelo menos há um ano, não era politicamente sério que ele tentasse passar entre os pingos da chuva para ver se não se molhava, e dizer que os factos não eram do seu mandato – como isso magoara o seu antecessor, Dr. João Soares – e que agora é que iria regular

tudo. O facto era que já há mais de um ano deste mandato nada fizera a respeito da regularização de situações que envolvessem a atribuições de casas da Câmara, só o fazia agora pressionado pelas circunstâncias, tentando cavalgar um cavalo que já o deitara abaixo. -----

----- Disse que o Presidente António Costa era obrigado a conhecer esta situação pelo menos desde há um ano e só actuara agora, pelo que perguntava porquê e o que fizera entretanto para regularizar as situações existentes. Por que não apresentara ainda a regulamentação sobre a atribuição dessas habitações? E por que não dava a conhecer os critérios que tinha para atribuição das mesmas? E porque não divulgava a lista das pessoas que tinham casa da Câmara? -----

----- Referiu que o pedido de parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados era excessivamente cauteloso e mesmo desproporcionado, numa situação em que estava em causa a utilização do património municipal. -----

----- Portanto, em defesa do bom-nome de todos os envolvidos, que queriam preservar, era fundamental que o Presidente António Costa prestasse um completo e cabal esclarecimento de toda essa situação. Aliás, seria desejável que o tivesse feito desde logo por sua iniciativa, e não apenas porque a evolução dos acontecimentos assim o ia obrigar. -----

----- Como não o fez, o PSD já fizera reunir a Comissão Permanente de Habitação da Assembleia Municipal para analisar esse tema, num processo que teria continuidade na obtenção de toda a informação possível, com o objectivo de contribuir para a sua resolução. Como sempre na Assembleia Municipal, quando se tratava de matérias de relevante interesse municipal, o PSD esteve, estava e continuaria a estar responsabilmente empenhado em encontrar as melhores soluções para, com urgência, definir regulamentação que tornasse esses processos mais transparentes, equitativos, e justos socialmente. -----

----- Disse, ainda, que passado este ano o que pairava sobre o Estado da Cidade era a existência de um Executivo municipal muito fragilizado, que não queria reconhecer a máxima de que “à mulher de César não bastava ser, é preciso parecer”. -----

----- Fragilizado pela atribuição inicial do Pelouro do Urbanismo a um dos maiores arquitectos e projectistas da cidade; fragilizado pela atribuição de Pelouros a um Vereador que causara impunemente prejuízos financeiros incalculáveis à cidade e aos lisboetas; fragilizado pela incompetência política de uma Vereadora que não conseguira a entrega, dentro do prazo estabelecido, das candidaturas da Câmara a financiamentos para recuperação do parque escolar; fragilizado pelo conforto em que uma Vereadora dizia viver com a situação das casas atribuídas pela Câmara; fragilizado pelo mesmo conforto em que dizia viver o Vereador que presidia a uma *holding* cujas participadas contratavam com a Câmara; fragilizado, finalmente, pela complacência com que o Presidente António Costa convivia com estas situações, pela pouca exigência que punha no esclarecimento cabal e insofismável das mesmas, e pela ausência de intervenção firme que repusesse a imagem e a credibilidade da Câmara. -----

----- E essa fragilização do Presidente António Costa ficava bem visível no facto, paradigmático e suficientemente revelador, de não ter conseguido, desde Abril passado, ou seja, há mais de seis meses, que a Câmara, os Vereadores ou os serviços dessem cumprimento aos compromissos que assumira com as Juntas de Freguesia, a propósito das verbas que o Município tinha de transferir no âmbito dos protocolos. Era a sua palavra que estava em causa e não conseguira que a fizessem cumprir durante seis meses. -----

----- Disse que se fossem outros os protagonistas das situações apontadas, o PS e o BE estariam ali a pedir as cabeças, a exigir demissões, a falar em trapalhadas. No entanto, acobardavam-se perante a partilha de poder e de orçamento, e pelo facto de estarem perante os seus. Mas os lisboetas, no momento certo, saberiam dar-lhes a resposta. ----

----- Por fim, disse que o PSD continuaria a trabalhar a favor de Lisboa, como sempre fizera nos cinco anos e meio em que governara a Autarquia, orgulhando-se do trabalho dos seus autarcas nos executivos municipais e de freguesia. O Estado da Cidade piorara neste ano de mandato do Presidente António Costa. Esperavam que daqui a um ano, após as eleições, o PSD, com uma nova equipa, com novo empenho e novas medidas pudesse melhorar o Estado da Cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ao ouvir o Deputado Municipal Saldanha Serra citar o Senhor Presidente da República tão diligentemente, estava-se ali a recordar das suas sábias palavras acerca da velha, da má e da boa moeda, e era bom que se recordassem dessas palavras. -----

----- Disse, depois, que estavam hoje ali reunidos para debaterem o Estado da Cidade e precisamente porque esse era o motivo desta Sessão, importava desde logo esclarecer que o Estado da Cidade que ali analisariam, um ano e três meses depois da eleição do Sr. Presidente da Câmara, correspondia a um tempo de análise e reflexão sobre as suas próprias responsabilidades enquanto Presidente da Câmara Municipal e líder da equipa que governava Lisboa, naturalmente por comparação com a situação herdada. Veja-se, então, o que poderiam comparar e analisar: -----

----- Em Julho de 2007, o Sr. Presidente da Câmara foi eleito após um período de profunda depressão na Cidade de Lisboa. A Câmara estava falida, descredibilizada e paralisada. -----

----- Com efeito, o Sr. Presidente da Câmara foi eleito porque a Autarquia estava falida, afogada em mais de mil milhões de euros em dívidas, sendo à volta de metade desse valor dívidas a fornecedores e de curto prazo, que não eram pura e simplesmente pagas. Hoje, ali reunidos, um ano e três meses depois, constatavam que, não obstante a perplexidade chamada Tribunal de Contas, o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa foram capazes de reescalonar a dívida e pagar cerca de dois terços da mesma dívida de curto prazo. -----

----- Financeiramente, Lisboa estava pois melhor do que estava há um ano atrás. ----- E tanto assim era que a cidade já foi retirada da lista dos municípios incumpridores, evitando desse modo pagar a avultada multa prevista, melhorando igualmente a sua posição no *ranking* internacional de competitividade. -----

----- Há um ano atrás, a situação geral, no que respeitava ao investimento municipal, era de total paralisia uma vez que a Câmara não pagava aos empreiteiros as obras concursadas e adjudicadas. Hoje, em Outubro de 2008, verificavam que a Câmara já fora capaz de liquidar essa situação, recuperando-se, assim, muitas dessas obras paralisadas. -----

----- Lisboa estava, assim, com maior dinamismo do que estava há um ano atrás. -----

----- Quando o Sr. Presidente da Câmara foi eleito, a cidade estava confrontada com um gravíssimo problema, que era o de ninguém já acreditar na honorabilidade da sua Câmara Municipal. Sucediavam-se as confusões e trapalhadas. Na mira dos tribunais e da investigação policial, os cidadãos olhavam para a Autarquia com incredibilidade e os investidores afastavam-se, procurando outras cidades ou regiões para investirem. Um ano depois, o Sr. Presidente da Câmara conseguira, com notável competência, reduzir essa enorme trapalhada à sua verdadeira dimensão: o que poderia estar na área do ilícito estava entregue ao poder judicial, o que era de competência municipal estava a ser resolvido paulatinamente. O exemplo das medidas tomadas em relação ao Parque Mayer era um bom paradigma da clarividência com que o Sr. Presidente da Câmara tem sabido gerir este tipo de *dossiers*. -----

----- Também nesta área, o Estado da Cidade não era comparável com a situação herdada. -----

----- Em Julho de 2007, Lisboa era apontada como exemplo negativo pelo estado de abandono, por parte da Câmara, das suas escolas do ensino básico e 1º ciclo. A situação herdada era verdadeiramente escandalosa. Pura e simplesmente a Autarquia não desenvolvia obras de requalificação nas escolas sob a sua responsabilidade e cortara mesmo no apoio social escolar. O Sr. Presidente da Câmara sabia, como todos sabiam igualmente, que os anteriores responsáveis pelo Pelouro da Educação desviaram para outros fins as verbas recebidas do Governo para o Apoio Social Escolar, autêntico escândalo que o PS ali denunciara na altura própria. -----

----- Mas com o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa, foi dada prioridade à educação e finalmente Lisboa tinha um Plano de Recuperação do seu parque escolar, que estava em curso, consagrando a construção de sete novas escolas, uma estaria já concluída no próximo ano, no Bairro do Armador, em Marvila, e prevendo-se igualmente intervenções de fundo em oitenta das noventa escolas da rede pública. Também aí, nessa área decisiva para o futuro da cidade, poderiam concluir que o Estado da Cidade já não era, felizmente, o mesmo que o Sr. Presidente da Câmara encontrara quando foi eleito. -----

----- Continuando, disse que Lisboa sempre foi uma cidade solidária, mas, infelizmente, nos anos que marcaram a gestão do PSD, essa característica foi-se esbatendo. Fecharam-se centros de atendimento aos toxicodependentes, deixara-se de pagar às Instituições Particulares de Solidariedade Social que operavam nesta área. ---

----- Mas com o Sr. Presidente da Câmara, e com a particular competência da Sra. Vereadora Ana Sara Brito, que aproveitava para saudar muito particularmente por todo o empenho da sua vida na defesa dos mais desprotegidos, essa situação tinha vindo a inverter-se, fazendo com que Lisboa se reaproximasse dos níveis de

solidariedade desejáveis, e fazendo com que também nessa área, o Estado da Cidade já não fosse o que era. Em 2007, e nos anos anteriores, não se conhecia nenhum tipo de pensamento estratégico para Lisboa, não se promovia o Planeamento Estratégico, e em regra a intervenção pública era casuística. Um bom exemplo disso era a relação da cidade com o Rio Tejo. A postura assumida era a de abdicar dos interesses do Município em função da gestão portuária, considerada como imutável. -----

----- Ou por incompetência, ou por insensibilidade política, não se aproveitara para benefício da cidade o facto de com o PSD, a Autarquia ter passado por uma situação verdadeiramente ímpar: -----

----- - Um Presidente da Câmara que era o braço direito do então Primeiro-Ministro; --

----- - Um Vice-Presidente da Câmara que foi para Ministro das Obras Públicas, com a tutela do Porto de Lisboa; -----

----- - Um Primeiro-Ministro que saiu directamente dos Paços do Concelho para São Bento, assumindo a Presidência da Câmara, precisamente o anterior Ministro das Obras Públicas. -----

----- O que foi que Lisboa ganhara com essa sucessão de factos verdadeiramente excepcional? Nada, zero, importava referir. -----

----- Agora, em 2008, com o Sr. Presidente da Câmara, estavam, finalmente, dados os primeiros passos que visavam devolver à cidade os poderes de gestão da frente ribeirinha em todas as áreas que não respeitavam directamente à actividade portuária. -

----- Na sua relação com o rio, o Estado da Cidade também já não era o mesmo. -----

----- A recuperação da Baixa-Chiado, há um ano atrás, estagnara. Por sua causa, o PSD e o CDS-PP tinham mesmo rompido um acordo de coligação que sustentava o anterior Executivo. Mas um ano e três meses depois, o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa iniciaram o plano de pormenor para a Baixa-Chiado, delimitaram a área crítica, estabeleceram medidas preventivas acompanhadas da suspensão parcial do PDM, que permitiriam as intervenções necessárias. -----

----- Portanto, também nesta área o Estado da Cidade era hoje bem diferente do que era há um ano atrás. -----

----- Continuando, disse que em 2007 Lisboa perdia competitividade e não fazia nada para contrariar isso. Por preguiça, ou por falta de visão, abandonava-se a luta pela manutenção da qualidade de vida das pessoas e pela oferta de importantes serviços, mas um ano depois verificavam que passara a ter um rumo e a definir objectivos. -----

----- Apostar na qualidade ambiental passara a ser opção estratégica da sua gestão, que poderiam confirmar com a aposta feita no Plano Verde, com a aposta no incentivo à utilização de veículos não poluentes e o incremento das ciclovias. -----

----- Embora ainda no início, o Estado da Cidade registava essas novas políticas que ajudavam a promover Lisboa ao estatuto de Cidade Amigável. -----

----- Por outro lado, há um ano atrás era dado como inevitável a saída do IPO para outro concelho. Por pura abdicção e falta de interesse da Autarquia anterior em manter em Lisboa esse importante equipamento, mas o Sr. Presidente da Câmara impedira que acontecesse o que era dado como inevitável. -----

----- Encontrara as soluções necessárias, batalhara politicamente em defesa dos interesses da cidade e dos utentes desse hospital e conseguira que o IPO não se deslocasse para outro concelho. Mas mais ainda, encontrara uma localização para o novo IPO que iria valorizar ainda mais uma das freguesias nucleares para o desenvolvimento de Lisboa, a Freguesia de Marvila, a qual ficaria equipada, também em virtude da acção deste Executivo municipal, com um dos mais modernos centros hospitalares do País, uma vez que igualmente o novo Hospital de Todos os Santos aí ficaria instalado. -----

----- Este era, também, um importante legado da liderança do Sr. Presidente da Câmara para o Estado da Cidade. -----

----- Não seria difícil percorrer o já vasto leque de decisões e intervenções municipais que, sob a liderança do Sr. Presidente da Câmara, contribuíram para preparar Lisboa para os desafios da modernidade. Como tem dito o Sr. Presidente da Câmara, o seu projecto, e do PS, era um projecto a seis anos e tinham consciência que ainda havia muito por fazer. -----

----- O Dr. António Costa e a sua equipa encontraram a cidade nos “cuidados intensivos” em estado de coma, e o facto de se lhe ter insuflado o oxigénio necessário para dele sair, não significava que estivesse curada. -----

----- As verbas para o investimento eram escassas, o serviço da dívida herdado era muito significativo, e o peso burocrático do funcionamento municipal ainda era relevante, apesar dos bons indicadores revelados pelo par de meses de aplicação do programa SIMPLIS. -----

----- Lisboa não podia voltar a ser tratada como um brinquedo ou encarada como objecto de um qualquer capricho pessoal. Foi uma experiência que dera maus resultados, não havia “homens ou mulheres providenciais”. Pagaram muito cara essa experiência. Foram tempos surrealistas: tudo se anunciava e prometia com a facilidade de um *outdoor*, em regra muito sugestivo. “Aqui vai nascer um jardim”; “Parque Mayer em 8 meses”; “Rua da Madalena requalificada”. -----

----- Estavam sempre em festa e presentes nas revistas do *jet-set*. O problema foi o vazio da ressaca, o vazio das promessas. Do Parque Mayer, por exemplo, depressa se percebera a inconstância das promessas e quem se ficou a rir teria sido o arquitecto Ghery, que sem ter culpa nenhuma, e já agora trabalho nenhum, ganhara dos cofres municipais meio milhão de contos em moeda antiga. -----

----- Desses tempos relembavam o *show-off* e as contas por pagar, era a tal boa moeda a que o Prof. Cavaco Silva se referia, com propriedade. -----

----- Lisboa precisava de quem gostasse dela, de quem a amasse verdadeiramente e com ela assumisse um compromisso. Não podia voltar a ser usada para outros fins e trampolins, mesmo que o trampolim fosse o cargo de Primeiro-Ministro como acontecera nesse passado. -----

----- Costumava dizer-se que não se devia regressar uma segunda vez a um lugar onde se foi feliz. Era verdade que a felicidade teria sido só a de uns quantos, muito poucos, mas as suas trágicas consequências ainda estavam todos a pagar. -----

----- Lisboa necessitava de continuar a ter na sua liderança alguém que tivesse uma visão estratégica para o seu futuro, que fosse honesto, determinado e competente, capaz de trabalhar em equipa e que estabelecesse com as cidadãs e cidadãos um pacto de trabalho, temporalmente definido, um compromisso de fidelidade, garantindo que em nenhuma circunstância abandonaria a cidade. Lisboa precisava do projecto do Dr. António Costa e do PS, um projecto para seis anos. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que ia referir três notas sobre a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, a primeira das quais para dizer que o documento entregue no início da reunião não foi uma entrega positiva mas uma entrega de mera propaganda. -----

----- A segunda nota tinha a ver com a cidade virtual e futurista que o Sr. Presidente da Câmara ali enunciara: vários projectos virtuais e futuristas. Mas deveria ter falado de uma coisa concreta como, por exemplo, o Decreto-Lei 188/2008, do Governo, que dava mais 27 anos de concessão à Mota-Engil na área ribeirinha, sem concurso público, com a isenção de qualquer renda pelas instalações e equipamentos portuários, o que não acontecia com outros concessionários. Indemnizações previstas à concessionária! Escândalo! Trabalho defendiam na zona ribeirinha, mas dessa forma vergonhosa não! Portanto, iriam tratar desse Decreto-Lei como ele devia ser tratado. --

----- A terceira nota tinha a ver com o facto do Sr. Presidente da Câmara ali ter falado, virtualmente, das escolas referindo que vistoriaram várias, a montanha parira vários ratos mas não encontraram ratos na Escola n.º 34 que tivera agora de ser encerrada. Que diabo de projecto de educação! Virtual também, e de propaganda igualmente até agora. -----

----- Como já se via, abria a caça ao voto e ao poder a todo o custo. O PCP não ia por aí. Queriam intervir sobre o real Estado da Cidade e sobre o que era essencial para a população, para os trabalhadores, para os que apontavam o dedo à actual Câmara, à má governação do PS, com as bengalas do BE e de Helena Roseta. -----

----- Quem via a floresta, quem não se ficava com o nariz pregado na árvore das promessas de António Costa, descobria facilmente a articulação da Câmara com a política de José Sócrates e a batuta negociata e comicieira de Mário Lino. O Vereador Manuel Salgado não era o Marquês de Pombal. Era o braço armado pelos altos empreendedores no desenho da Lisboa dos grandes investimentos e especulações. Não se tratava de repartir os custos da capitalidade, como sempre defenderam. Tratava-se da exploração da capital e dos lucros do capital. -----

----- A Lisboa dos problemas reais e dos interesses populares não era a de António Costa, como se vira pela intervenção que ali fizera. Não havia interesse da Câmara em cuidar da diversidade dos tecidos urbanos, da sua identidade, da qualidade de vida dos cidadãos. A limpeza e a higiene urbana eram uma desgraça apontada a dedo nos bairros e freguesias, o trânsito e a mobilidade pioravam, o desprezo pela qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa era uma evidência gritante. -----

----- Tudo isso acontecia porque o projecto de António Costa era outro, em articulação com o Governo do PS, fosse na zona ribeirinha, nessa operação em benefício da Mota-Engil e de Jorge Coelho, fosse no património cobiçado do IPO, de outros

hospitais e espaços nobres de Lisboa. A Câmara deveria era cuidar da habitação acessível para os casais jovens, para os filhos dos lisboetas, para aqueles que queriam ficar e viver em Lisboa. O envelhecimento e o esvaziamento da cidade eram factos ignorados por uma política contra os interesses populares, de abandono da renovação adequada da cidade e do desenvolvimento integrado com as vertentes da educação, da cultura, do desporto e do bem-estar para os mais desfavorecidos, os que eram atingidos pelas políticas brutais do Governo do PS e de José Sócrates. -----

----- As casas, as habitações do Município, os terrenos municipais, deveriam servir uma política de equilíbrio moderador de condições e preços do acesso dos mais novos à habitação. A EPUL teria de servir esses objectivos e não pôr-se ao jeito e ao serviço dos especuladores. -----

----- Disse que as intervenções do Grupo Municipal do PCP neste debate iriam no sentido de fazer mais e melhor na cidade, de cuidar dos que nela viviam e trabalhavam. Era esse o seu programa, o programa de amor e dedicação aos bairros e freguesias, de luta pela dignidade de quem sofria, de quem trabalhava e queria ser feliz em Lisboa. -----

----- Não vendiam gato por lebre, nem queriam ter engenho e manha para meter os dedos pelos olhos dos cidadãos, enganando-os com miragens eleitorais. Estariam ao lado da população, lutando pelo essencial e pela resolução dos problemas, pela descentralização efectiva com as Juntas de Freguesia, pelo apoio sério e empenhado às colectividades e instituições populares. -----

----- Lisboa devia ser dos lisboetas e para os lisboetas, na qualidade de vida que tinha de ser conquistada todos os dias, contra os grandes especuladores e contra projectos do PS que se serviam de Lisboa para depois a esquecerem e a deixarem ainda pior do que já estava. -----

----- Isso combateriam propondo medidas de justiça social, de defesa dos direitos da população e impulsionando novas políticas e decisões adequadas e transformadoras para a cidade. -----

----- Por fim, sobre a aplicação da verba proveniente do Casino, agora anunciada, disse que há anos que estava definido que também iria abranger a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes, mas verificava-se, agora, que apenas previa a requalificação dos espaços exteriores, pelo que pediam um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara quanto a essa questão. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que o debate sobre o Estado da Cidade, que ocorria nesta data, um ano e um trimestre após as últimas eleições intercalares, justificava uma reflexão sobre o que foi realmente feito, à luz do que foi efectivamente anunciado que iria ser feito. -----

----- E o que foi conseguido até à data, cabia numa tripla de um qualquer jogo de apostas mútuas, isto é, ganharam-se algumas coisas, adiaram-se mais coisas, e corriam sério risco de perder muitas mais. -----

----- O BE referir-se-ia, evidentemente, ao que considerava mais importante para a cidade, do seu ponto de vista, porque, o escasso tempo de que dispunha, obrigava a fazer essa escolha. -----

----- Disse, então, que se ganharam avanços no processo de implementação do Plano Verde, nomeadamente na aprovação de medidas preventivas e na execução de medidas percursoras da futura estrutura verde da Cidade de Lisboa, nomeadamente a requalificação de alguns jardins da cidade e de espaços públicos. Mérito para quem as promovera, mérito também para a Assembleia Municipal que aprovara, por unanimidade, a proposta que lhe foi submetida pelo BE. -----

----- Ganhara-se também uma solução satisfatória para pôr fim à escandalosa situação de ilegalidade em que os mais de mil precários viveram na Câmara Municipal de Lisboa, durante cerca de década e meia, com a cumplicidade de todos os partidos que estiveram durante todo esse tempo no Executivo camarário. Mérito para quem defendera essa solução, quer no Executivo, quer na Assembleia Municipal, embora todos sentissem que já se poderia ter avançado mais e melhor na concretização dessa solução. -----

----- Ganharam-se, por último, os avanços relativos à possibilidade de discussão de algumas políticas e orientações concretas da Câmara, designadamente no arranque de um processo participativo, ocorrido na preparação do Orçamento camarário em 2007, e que este ano, se esperava e se desejava, que continuasse a ser aprofundado, mais participativo e mais determinante nas escolhas do investimento local para o próximo Orçamento de 2009. -----

----- Mérito de quem o propusera e defendera na Assembleia Municipal, porque depois de anos a fio de batalhas consecutivas pela proposta, parecia agora passar do limbo das ideias à realidade concreta da descentralização da discussão, da participação e da decisão dos cidadãos. -----

----- Dizia o discurso oficial da Câmara que se ganhara também alguma estabilidade e credibilidade financeira a nível do Município. Na realidade, a um ano de distância, essa crise, anunciada e repetida à exaustão pelo Sr. Presidente da Câmara, afinal viera a revelar-se um enorme rebate falso para a ultrapassagem dos gravíssimos problemas financeiros. -----

----- De facto, o que ali foi quantificado em 500 milhões de euros de empréstimos e apresentado como condição de sobrevivência, credibilidade e capacidade de execução do Executivo, acabara por ser reduzido em cerca de 40% do previsto e, mesmo assim, estava-se ainda muito longe da sua plena utilização. -----

----- Desse modo, o ensinamento que tiravam de todo esse episódio, foi que com critério, com algum recurso ao crédito bancário a preços favoráveis e com alguma capacidade de negociação com os principais fornecedores, fora possível superar o aperto da situação financeira que estava criada. -----

----- Mas o que os preocupava ainda mais, pareciam ser as oportunidades perdidas que se configuravam no horizonte, para se começar a construir um futuro melhor para Lisboa. -----

----- Ao contrário do que foi o compromisso público do Sr. Presidente da Câmara, a reestruturação do parque empresarial municipal continuava por conhecer, e o que se anunciava com a proposta de reestruturação da EPUL, mal aprovada e mal fundamentada pelo Executivo municipal, era, de facto, pretender afastar a EPUL de

uma intervenção reguladora no mercado da habitação, designadamente na sua componente mais acessível à maioria dos cidadãos, que era cada vez mais o mercado de aluguer. -----

----- A actual proposta do Executivo de centrar os futuros estatutos da EPUL apenas no mercado da reabilitação urbana, sugeria que ela poderia vir a tornar-se no principal promotor das empresas de construção civil e de um mercado de muitos milhões, para onde essas, aliás, já anunciaram a sua reorientação. -----

----- Pelo contrário, era opinião do BE que a EPUL deveria intervir no mercado de reabilitação e revalorização urbana, mas subordinada à prossecução de alguns objectivos estratégicos e à construção de instrumentos susceptíveis de regular o mercado de habitação, como seja a disponibilização de habitações a custos controlados nas zonas deprimidas, e a constituição de uma bolsa de habitação a preços sociais, que fomentassem a revitalização e a reabilitação da cidade por todas as camadas sociais, e em particular pelas famílias mais jovens e/ou carenciadas. -----

----- Referiu que ao nível das empresas municipais muito pouco foi feito até agora para enfrentar os elefantes brancos que persistiam no parque empresarial municipal, e que em geral se têm revelado aventuras empresariais ruinosas que só serviam para a distribuição de lugares de favor entre as várias forças políticas que os partilhavam. ----

----- Isso ocorria no mesmo momento em que a Câmara se revelava como um simpático senhorio, em inúmeros casos em que foram distribuídas casas sem critério e sem transparência, a troco de rendas simbólicas, fazendo jus à política do nacional-porreirismo, que perdurara durante décadas e que parecia ter orientado a concessão de benesses, não só da parte de quem as concedera, mas também da parte de quem as aceitara no mais cúmplice dos silêncios. -----

----- Por isso, a actual Câmara Municipal, ao colar-se a algumas dessas situações aceitando pseudo justificações que à luz de critérios sociais e democráticos eram inaceitáveis, e ao não ser capaz de retirar todas as consequências políticas de quem esteve associado ou beneficiara, mal ou bem, dessas políticas, estava a fazer uma política de avestruz, a cuidar de um segredo de polichinelo cujos contornos a opinião pública já conhecia através da divulgação do chamado Lisboa-Gheit, perdendo com isso toda a credibilidade na defesa de critérios transparentes e realmente democráticos para a promoção de uma política de habitação social. -----

----- Efectivamente, o que já deveria ter acontecido era a divulgação imediata e integral da listagem de quem beneficiara, quanto beneficiaram e durante quanto tempo, e a assunção de responsabilidades por quem tinha obrigações nessa matéria. Tudo isso, independentemente da honradez pessoal de muitas dessas situações, que não contestavam. -----

----- Também sobre as anunciadas políticas de reabilitação urbana, disse que a actual Câmara parecia estar a perder o pé. Caso paradigmático disso era o que se estava a passar com a recuperação da frente ribeirinha, porque depois de um aparente bem sucedido esforço no sentido da cidade reganhar o domínio sobre essa área, conseguindo fazer aprovar legislação contra a própria opinião do Presidente da República, a verdade era que relativamente a alguns dos grandes projectos que se

anunciavam para a frente-Tejo, a Câmara vinha-se remetendo a um silêncio ensurdecedor que não augurava nada de bom para a cidade. -----

----- Aquilo que antes se defendia dever ser sujeito a planos de ordenamento, parecia nortear-se por uma prática de urbanização a retalho. Era o caso dos projectos megalómanos da APL para ampliação do porto de contentores em Alcântara, ou, noutra medida, da anunciada entrega dos terrenos da Doca-Pesca à Fundação Champalimaud, sem se integrar em instrumentos de planeamento e de ordenamento da orla ribeirinha, discutidos e aprovados pela cidade. -----

----- Era o regresso do casuísmo à política de urbanização, independentemente dos méritos técnicos e científicos que esses projectos pudessem ter, e que, aliás, eram até contraditórios com os objectivos de defesa do interesse público que os acompanhavam. -----

----- Disse que o silêncio do Sr. Presidente da Câmara sobre essas matérias, trazia para o BE demasiado ruído e preocupações para que pactuassem com ele, tanto mais que também era notório que o casuísmo urbanístico tinha aumentado na mesma medida em que se adiava o processo de aprovação da revisão do PDM. -----

----- Entretanto, algumas barbaridades urbanísticas tinham ganho folgo com a inacção do Pelouro do Urbanismo, cujo mais recente exemplo era a construção do prédio da futura sede da Cofina. Mas neste caso concreto, para além de a Câmara ignorar por completo a contestação dos habitantes sobre a conformidade do empreendimento e confessar cumplicidade com os alegados direitos adquiridos, o mais grave era que a sua prática tinha revelado um desrespeito total pelas decisões tomadas pela Assembleia Municipal na sua última reunião, o que, aliás, podia ser comprovado pela Comissão de Urbanismo e pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, em visita recente ao local. Quando havia visível contradição, não se podia aceitar que supostos direitos privados, cuja legalidade ainda estava por demonstrar, se pudessem sobrepor aos interesses públicos. -----

----- Disse, ainda, que nestes quinze meses de governo da cidade, foram também desperdiçadas algumas oportunidades para desenvolver uma política de integração social e de defesa da saúde pública, para com os marginalizados e os excluídos da cidade. A oportunidade de se iniciar uma política de saúde, de redução de danos junto da população toxicodependente, que poderia – e continuavam a acreditar – vir a ser concretizada através da instalação de salas de injeção assistida, deixara de fazer parte, sem justificação, do vocabulário político da Câmara, e temiam que tivesse mesmo sido enterrada. -----

----- Mas, disse a terminar, o BE, pela sua parte, não deixaria silenciar essas e outras questões que a cidade vivia, e para a qual se lhes afigurava que o futuro permanecia sombrio. O compromisso do BE era dar brilho e sentido a que essas lutas do dia-a-dia de muitos fossem amanhã a luta de todos e de todas. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que tinha que começar esta intervenção, em nome do CDS-PP, por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, que efectivamente os merecia porque hoje fizera ali aquilo

que melhor sabia fazer: vender ilusões, fazer campanha eleitoral e prometer o que não fizera mas dizia que ia fazer. -----

----- De facto, aquilo a que assistiram, hoje, no discurso do Sr. Presidente da Câmara, foi mais uma manobra eleitoral, foi a clarificação da candidatura que anunciara, a semana passada, através da comunicação social. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara, ao invés de vir discutir os verdadeiros problemas da cidade, viera, mais uma vez, vender ilusões aos lisboetas, num discurso redondo, num discurso que não informava nada daquilo que foi a sua actuação. Aliás, compreendia-se que tivesse que recorrer a esse discurso, porque quem não tinha obra para apresentar, quem não cumpria aquilo que prometera aos eleitores, tinha que recorrer a linguagem redonda e falar no futuro e em projectos de futuro. -----

----- Referiu que esperavam dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara pelas obras que prometera fazer e pela expectativa que criara na cidade. Mas essa expectativa foi defraudada, a experiência mostrava-o. O Sr. Presidente da Câmara confirmara hoje, através do seu discurso, que não tinha feito, que não tinha argumentos para gerir a Autarquia de Lisboa. -----

----- Aliás, do seu discurso o que resultava era que tinham que discutir os grandes projectos, discutir os grandes temas, mas gerir uma autarquia era gerir aquilo que a população sentia no dia-a-dia, os pequenos/grandes problemas, aquilo que o Sr. Presidente da Câmara e a sua Vereação no dia-a-dia esqueciam e adiavam a sua resolução. -----

----- Efectivamente as pequenas/grandes coisas continuavam sem resolução, e não era só como autarcas que sentiam isso, bastava ser morador ou trabalhador em Lisboa para sentir a fraca qualidade que a cidade tinha e a degradação que ela vivera no último ano. -----

----- A maioria da Câmara vivia completamente obcecada com o passado, a desculpa para tudo era o passado. A promessa de fazer essa era sempre para o futuro, quando o que era verdade é que estavam a analisar o actual Estado da Cidade, governada pelo Sr. Presidente da Câmara e pela sua equipa há um ano e três meses e, acima de tudo, a analisar aquilo que foram as suas promessas eleitorais, algumas delas calendarizadas e muitas delas ultrapassadas no tempo por falta de execução. -----

----- Por outro lado, havia temas concretos aos quais o Sr. Presidente da Câmara fugia ou teimava em dar uma versão diferente. Por exemplo, em termos de requalificação da frente ribeirinha, a Cidade de Lisboa estava entregue, nesse aspecto, a uma gestão central, já que do Sr. Presidente da Câmara ainda não se ouvira sequer uma única palavra sobre o que queria, ou não queria, para essa zona. Nesse aspecto era clara a conivência, era clara a submissão da principal Autarquia de Lisboa ao Governo Central. Esperava-se que o Sr. Presidente da Câmara pudesse realmente tomar posição sobre o que Lisboa deveria querer e não o que o Governo queria para a cidade. -----

----- Esperava-se, também, que relativamente ao último diploma que viera regulamentar a frente Tejo, o Sr. Presidente da Câmara tomasse uma posição firme para defesa dos direitos de Lisboa. -----

----- Certamente que se estivessem há um ano e três meses atrás, essa posição firme seria tomada através de uma acção popular do Sr. Vereador Sá Fernandes, mas hoje, como era Vereador e fazia parte da maioria, já não havia acções populares, já não havia corrupção em Lisboa, já não havia interesses a defender na cidade, estava tudo bem em Lisboa. O provedor do cidadão, como era conhecido, morrera no dia em que fizera o pacto com o PS, e calara-se no silêncio de uma estabilidade que pensava ter, mas que dentro da própria casa dia-a-dia se ia ruindo com trapalhadas atrás de trapalhadas. -----

----- Na área da habitação, disse não se via nenhum projecto concreto, não havia nenhuma reabilitação, não havia uma política de habitação para a cidade. Mesmo em relação à questão polémica e pública da atribuição das casas municipais. -----

----- Disse que não ia fulanizar, não ia trazer para esta discussão política aquilo que deveria ser discutido na justiça, mas tinham que trazer ao Sr. Presidente da Câmara um pedido, uma exigência de explicação, sobre por que era que a sua Vereadora responsável pelo Pelouro da Habitação há um ano e três meses, ainda não se debruçara sobre essa matéria e ainda não tomara medidas para regulamentar de vez essa situação. -----

----- Passando à educação, disse que o Sr. Presidente da Câmara falara que era a prioridade do Executivo, era o retomar da paixão do anterior Primeiro-Ministro António Guterres, a educação. Mas foi justamente na educação que o Sr. Presidente da Câmara tivera no seu Executivo uma das maiores trapalhadas, uma trapalhada que prejudicara a cidade em, pelo menos, 800 mil euros, e até ao momento nem uma palavra disse sobre isso. Se estivessem noutro tempo, quiçá já teria sido pedida a demissão da Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação e até o Presidente da Câmara já nem deveria estar ali porque lesara a cidade em 800 mil euros. -----

----- Em matéria de espaços verdes, disse que eles estavam completamente votados ao abandono em Lisboa. Aqueles que ainda tinham alguma manutenção, aqueles onde ainda se conseguia estar presente com algumas condições, eram os geridos pelas Juntas de Freguesia. Porque aqueles que eram da Câmara, aqueles que a Câmara não conseguia descentralizar para as Juntas de Freguesia por falta de relacionamento com elas, estavam num caos. Lisboa estava num caos! -----

----- Seguidamente, disse que o Sr. Presidente da Câmara, ao transmitir hoje a informação que transmitia através de uma volumosa brochura, estava apenas a querer iludir a comunicação social e os cidadãos de Lisboa, e a querer que os Deputados Municipais não se pudessem pronunciar sobre o seu verdadeiro conteúdo. -----

----- Mas, o CDS-PP iria analisar cuidadosamente cada um dos pontos que estavam nessa informação, iria pronunciar-se publicamente sobre eles e iria desmascarar algumas das situações que eram anunciadas como estando feitas, mas que, na realidade, não passavam de um mero projecto. -----

----- Aliás, aquilo que foi o discurso do Sr. Presidente da Câmara foi um mero projecto. Um mero projecto de futuro que esquecia a falta de segurança em Lisboa, a falta de iluminação, o trânsito caótico, a falta de estacionamento, os problemas da terceira-idade, os problemas das creches e os problemas do dia-a-dia. E isso foi o

próprio Sr. Presidente da Câmara a dizer que estaria em segundo plano, porque o essencial seriam os grandes projectos. -----

----- Essas palavras ficavam marcadas, e marcadas com uma consequência: o Sr. Presidente da Câmara não tinha, a partir dessa afirmação, condições para poder ter uma política sobre aquilo a que se comprometera com os cidadãos, e era isso que interessava aos cidadãos. O Sr. Presidente da Câmara cometera essa *gaff* muito grave na Assembleia, quando disse que não interessavam os pequenos problemas mas apenas as grandes obras. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que nesta avaliação do Estado da Cidade, o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” poderia abordar inúmeros temas, mas a falta de tempo regimental impunha-lhes alguma contenção na selecção da temática. Curioso era que parte significativa da sua intervenção de há um ano atrás, infelizmente, continua válida. -----

----- Mas também havia novidades, e uma delas era relativa ao estado das finanças da Câmara e ao anúncio do Sr. Presidente de que já teria tirado a cidade dos cuidados intensivos, tendo reduzido a metade a dívida de 360 milhões de euros, mas sem explicar a custo de quê, de quem, ou de que rubricas. -----

----- Considerando que o Sr. Presidente quase ameaçara demitir-se se a Câmara não obtivesse liquidez financeira, seria que afinal havia vida, para além do empréstimo bancário, através, por exemplo, de verbas vindas do Governo? E seria que a Câmara já contabilizara todas as dívidas, inclusive as resultantes do saldo negativo da SRU da Baixa, que se encontrava em vias de extinção? Por isso “Os verdes” gostariam de saber a que rubricas do Orçamento para o corrente ano foram cortadas verbas, situação que nunca foi cabalmente explicada à Assembleia Municipal. -----

----- Ainda dentro do funcionamento interno da Câmara, havia a novidade de a coligação existente se ter alargado a mais um parceiro político, que passara, entre outras tarefas, a ter responsabilidades na elaboração do Programa Local de Habitação. Ou seja, esperava-se que, a partir de agora, começasse a ser enquadrada a Política Municipal de Habitação, no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Habitação. Mas afinal a que era que assistiram ontem à noite, à porta da Assembleia, e hoje na Av. da Liberdade? Aos novos Vereadores a protestarem por haver tantas casas sem gente, e tanta gente sem casa, devido aos 4.699 prédios vazios em Lisboa! -----

----- Os Vereadores com responsabilidade na habitação vieram protestar contra o seu próprio Pelouro!? Bem, ou ensandeceram de vez ou, glosando a actriz Ivone Silva, “ai Agostinho, isto é um colosso”. Pediu que o Sr. Presidente da Câmara explicasse melhor se isso representava ou não uma contradição com as responsabilidades atribuídas naquele acordo. -----

----- Um outro tema que para os mais distraídos aparentava não constituir grande novidade, era a dependência do Município perante o Governo e a APL e os acordos tácitos entre o PS, na Câmara, e o PSD, na Assembleia Municipal. Não acreditavam? Então reparassem! O Governo aprovava alterações de gestão na área do Município, por exemplo, terceira travessia, zona ribeirinha, mas sem consultar a Câmara, e esta fazia mera presença de figurante na apresentação pública desses projectos. Depois,

considerando que o Executivo tem tido, por vezes, dificuldades em fazer aprovar algumas das suas propostas na Assembleia, tem sido o PSD a aproveitar para impor as alterações que lhe convinha, e o PS a aceitá-las, alterando as suas propostas originais. Que remédio! Exemplo claro foi a formulação do tão badalado pedido de empréstimo, com o PSD a obrigar o Executivo a navegar à bolina. -----

----- No caso da frente ribeirinha, disse que continuam a pairar as ameaças ao usufruto dos espaços e das vistas. Primeiro, eram as Agências Europeias na Av. Ribeira das Naus – seria que já estavam licenciadas – actualizadas agora com mais um hotel anexo ao Centro Cultural de Belém, novo Museu dos Coches, o Centro Biomédico em Pedrouços, os cais de cruzeiros e de contentores, e o hipotético rebaixamento da linha férrea em Belém e Alcântara. -----

----- No caso da Baixa, disse que já ali afirmaram que não deixava de ser curioso que a suspensão de três artigos do PDM e a inversão da intenção do Sr. Vereador do Urbanismo, na escolha dos dois quarteirões para intervenção prioritária só ter sido aprovada na Assembleia Municipal por pressão já eleitoralista do PSD, que obrigara a Câmara a aceitar que esses quarteirões ficassem numa freguesia do PSD, quando, inicialmente, fora publicamente anunciado que se localizavam numa freguesia da CDU, e com as belas trapalhadas que tal alteração provocara nas plantas e no vídeo promocional dos serviços camarários. A bom observador, era impossível esconder esta aparente aproximação estratégico-táctica entre os dois maioritários Grupos Municipais. -----

----- Não deveria o Executivo deixar-se de pequenas medidas avulsas e repetidas suspensões de artigos que feriam o PDM, pois as alterações previstas nem sequer eram realmente estruturantes para a cidade e os munícipes? Seria que a solução de repovoamento passava agora por mais museus e hotéis para a Baixa? Então e o Plano Local de Habitação? Assim, era deveras difícil discernir o que ganhavam os munícipes com isso. -----

----- Passando à abordagem das questões da mobilidade e das seguranças pedonal e rodoviária na Cidade de Lisboa, disse que como tema abrangente que era, iriam apenas focar alguns aspectos que julgavam ser de extrema importância, com o objectivo de Lisboa se tornar, sob o ponto de vista da mobilidade, uma cidade mais sustentável. -----

----- Primeiro, gostariam que a Câmara auto-avaliasse os objectivos da construção da pista ciclável entre Belém e o Cais do Sodré. Preocupava-os, à partida, quem iria usufruir dessa pista, uma vez que as ciclovias deveriam servir como alternativa de mobilidade suave, principalmente para evitar o uso do carro dentro da cidade. Ora, se essas pistas fossem colocadas em áreas descentralizadas, o seu factor económico/social ficava posto de parte, uma vez que apenas iriam servir, basicamente, para os passeios lúdicos de turistas que visitavam a cidade ou de cidadãos ao fim-de-semana, em lugar de promover uma mobilidade segura e alternativa ao carro na cidade. -----

----- Com isto não queriam dizer que estavam contra essa pista ciclável. Bem pelo contrário, pois a ser bem estruturada iria valorizar a zona ribeirinha. Mas, não seria

francamente mais vantajoso para o orçamento familiar dos munícipes dar prioridade a essas pistas como forma de ligação prioritária entre os bairros da cidade, para facilitar o acesso a escolas, bibliotecas, serviços públicos e espaços verdes, ou mesmo aos interfaces de transportes públicos, estruturando-se como uma mobilidade suave e sustentável, na Cidade de Lisboa? A questão chave era saber se o Executivo pretendia dar prioridade à redução dos custos das famílias ou apenas promover ciclovias lúdicas. E esta diferença era, para “Os Verdes”, determinante. -----

----- E, já agora, porque ia a Câmara pagar 26.540,75 euros para repor o troço da pista ciclável junto ao Alvalade XXI e à Escola Alemã, se foi o Sporting a destruí-la aquando da construção do novo estádio? -----

----- Outro tema que merecia ser referido era, segundo disse, a lista de pontos negros da Cidade de Lisboa, apresentada no âmbito da Semana da Mobilidade de 2007. As acções previstas, à época, compreendiam, entre outras, reformular a sinalização vertical e horizontal, ajustar a localização de paragens de autocarros, alterar acessos para mudança de direcção e semaforizar intersecções de vias de cruzamento, medidas que, segundo a comunicação social da altura, estariam concluídas entre Abril e Maio deste ano. -----

----- Mas, analisando essa pequeníssima listagem de pontos negros, constatavam que a identificação de apenas vinte pontos estava longe de ser demonstrativa das mais graves situações que proliferavam pela cidade. Mais, a Câmara necessitava urgentemente de rever e ampliar essa lista, prevendo, calendarizando, divulgando e avaliando as soluções a introduzir. -----

----- Continuando a falar de circulação rodoviária, disse que convinha ali recordar um facto assombroso. Há mais de um ano que os residentes no Alto do Lumiar vinham alertando para a extrema perigosidade de uma rotunda inexistente na zona. -----

----- Perante a repetida inacção da Câmara para uma solução que até não era difícil, os moradores, depois de mais de um ano a fazer telefonemas, enviar *e-mails* e cartas para a Câmara, alertando para o perigo de um cruzamento onde confluíam uma dezena de faixas que provocara já vários acidentes, sem receber qualquer acção ou mínima demonstração de preocupação ou vontade em resolver o problema, um grupo de moradores desenhara, na semana passada, uma rotunda pelas suas próprias mãos. -----

----- Mas a Câmara, que nunca se esforçara para encontrar uma solução, foi suficientemente célere para em escassas 48 horas retirar os blocos de plástico em disposição circular. Por isso os moradores perguntavam quem andava a boicotar a implementação do PUAL! E aí havia também culpas do PSD em reunião de Câmara. -

----- E já que falaram de passeadeiras, gostariam de contribuir para o trabalho do Sr. Presidente da Câmara, que interpelado a propósito de passeadeiras que não existiam junto às escolas, teria afirmado, na recente reunião descentralizada da Câmara, de quarta-feira passada: “mais uma escola onde devia haver zebras e não há? Aponte”. ---

----- Bom, não queriam que faltasse nada ao Sr. Presidente da Câmara, pelo que não lhe apresentavam ali hoje uma escola, nem duas ou três, mas sim quatro casos escolhidos aleatoriamente, e cujas fotografias entregariam no final, na Mesa da Assembleia. Tratava-se da ausência de zebras nas vias circundantes da EB 2/3 de

Telheiras, junto ao Jardim-de-Infância ao lado da EB n.º 57, no atravessamento junto à EB 2/3 n.º 2 de Telheiras, aliás, uma via demasiado rápida, e no Jardim de Infância do Bairro da Horta Nova. -----

----- Finalmente, tinham de dar os parabéns ao Executivo pela recente tentativa de reordenamento dos estacionamento abusivos em dias de jogos de futebol. Uma recomendação, aliás, que o Grupo Municipal de “Os Verdes” viu ser aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal, em Janeiro deste ano, era bom recordá-lo. Mas quer os clubes, quer a Câmara tinham obrigação de fazer muito mais. -----

----- Primeiro, distribuir com antecedência ou durante o jogo da jornada anterior, o folheto de divulgação “vá de transportes públicos ver a bola”. Segundo, a Câmara chegar a acordo com os clubes para que estes, aquando da venda do bilhete de ingresso no estádio, oferecessem um bilhete de ida e volta em transporte público. Terceiro, a Câmara não resolvera o outro problema: o da ocupação de espaço público pelas *roulottes* de comes e bebes. -----

----- Essas *roulottes* encontravam-se mais perto dos antigos estádios, mas agora, após a construção dos novos estádios, foram empurradas para dentro das urbanizações, abusivamente acampando em cima dos passeios e, pior ainda, encostadas às paredes dos edifícios de habitação, com os inerentes ruídos de pessoas e motores até de madrugada, e os inevitáveis dejectos, incluindo os fisiológicos, vertidos contra as paredes dos edifícios. Claro que os residentes já protestaram à Câmara, mas mais uma vez sem resultados. -----

----- Ora aqui tinham uma solução exemplificativa: no caso das três *roulottes* em cima do passeio à saída da Rua Fernando da Fonseca em direcção à sede do Alvaláxia, existia um terreno expectante, afastado vinte ou trinta metros das residências, e cuja posse pertencia à EPUL (tinha também fotografias dos dois locais que entregaria na Mesa). Solução simples: a Câmara e a EPUL autorizavam a entrada das *roulottes* nesse espaço abandonado, em dias de jogo, ou seja, por umas escassas horas de 15 em 15 dias. -----

----- Por tudo isto, disse a concluir, era fácil reconhecer que, afinal, a Cidade de Lisboa continuava adiada, sem corresponder às reais necessidades da população residente, trabalhadora e visitante, numa correcta perspectiva de desenvolvimento sustentável. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Dr. António Costa era Presidente da Câmara Municipal de Lisboa há 449 dias, e quando terminasse o mandato teria como Presidente mais ou menos 814 dias. -----

----- Desde que foi eleito ainda não passara o tempo de uma vida, mas já passara tempo mais que suficiente para perceberem se a sua eleição foi tempo perdido ou se valera a pena. -----

----- E esse juízo tinha que ser feito com uma base séria. Parecia-lhe justo tomarem como referência o seu programa eleitoral para averiguarem se estava a ser capaz de cumprir o que prometera aos cidadãos de Lisboa, e parecia-lhe também compreensível que fizessem esse juízo, até por comparação, com o que foi a gestão do PSD nos últimos cinco anos. -----

----- Disse que o programa eleitoral do Dr. António Costa não era especialmente ambicioso, era justo reconhecê-lo, por isso, era até expectável que fosse capaz de o cumprir. -----

----- A primeira das suas prioridades era, e julga que ainda é, a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro Municipal, até Outubro. Todos ainda se lembravam da pressão inaudita que fizera sobre a Assembleia Municipal para que esse plano fosse aprovado, com o argumento, na altura, que era indispensável para governar a cidade. -

----- Mas negociar nem pensar, era o quero posso e mando. Tudo valera desde a pressão ilegítima sobre os Presidentes de Junta, até às ameaças mais ou menos veladas de demissão. -----

----- Por fim, o bom-senso imperara. Não queria, mas acabara a negociar e o seu plano foi aprovado. Tiraram-lhe o pretexto para que no futuro os não pudesse culpar pelo insucesso da sua gestão. -----

----- E depois o que acontecera a esse plano? O que todos adivinhavam, o que todos lhe diziam que ia acontecer. Tropeçara no visto do Tribunal de Contas. Foi chumbado. E quem assumia as consequências do chumbo desse plano salvador? O Sr. Presidente da Câmara? O seu Vereador das Finanças? -----

----- Hoje, decorrido mais de um ano, ainda era capaz de manter o que dissera à cidade e à Assembleia, que o plano que apresentara era o mínimo indispensável para gerir a cidade? Ou teria humildade democrática suficiente para assumir que errara? Que errara quando avaliara a situação financeira da Câmara e que errara nos termos e condições em que elaborara o plano. Veriam se o Sr. Presidente teria a coragem de reconhecer o erro, mas que não tivesse dúvidas que a cidade sabia que ele errara. -----

----- Perguntou se o Dr. António Costa ainda se recordava do que estava dito no seu programa sobre educação, pois das setes medidas que indicara não cumprira uma única. Lembrava-se de qual era a principal? A reabilitação do parque escolar do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. -----

----- E o que foi que acontecera? Agora, que havia a possibilidade de recurso a verbas comunitárias para requalificar o parque escolar, os seus serviços ou a sua Vereadora, cada um atirava as culpas para o lado, não instruíram em tempo e convenientemente o processo de candidatura. Quem assumia as responsabilidades pelas consequências? O Sr. Presidente? A Sra. Vereadora? Os serviços? Ou ninguém, como no caso do Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- Não sabia quem assumia as responsabilidades, mas todos sabiam quem sofria as consequências: as crianças que frequentavam as escolas em Lisboa, enfim, os lisboetas. E, já agora, porque não comparava o Sr. Presidente da Câmara a sua obra na educação, com a obra do PSD? -----

----- Por acaso já visitara as escolas do Alto da Faia, em Telheiras, a escola n.º 77 na Alta de Lisboa, a escola Ressano Garcia, em Santo Condestável, a escola n.º 34 na Musgueira-Norte, ou os jardins-de-infância no Bairro Padre Cruz, no Rego, nos Olivais e na Ameixoeira? Quando por lá passasse que se lembrasse que essas foram obras de iniciativas do PSD. -----

----- Perguntou também se o Sr. Presidente da Câmara ainda se lembrava do que estava escrito na sua súmula programática sobre acção social. O que é que fizera? Praticamente nada. Como era que achava que se sentiam os idosos, os sem-abrigo, os toxicodependentes e as minorias, os grupos mais frágeis da cidade? Só mesmo o Partido Socialista poderia agir assim sem causar escândalo. Hoje Lisboa era uma cidade menos solidária. -----

----- Pessoalmente conhecia o Sr. Presidente da Câmara há mais de trinta anos, e sabia que essa insensibilidade perante o problema dos mais fracos também o afligia, mas fazia-lhe um apelo, porque esses grupos não podiam esperar até às próximas eleições, que não deixasse que a inércia vencesse. -----

----- Ainda se lembrava o Sr. Presidente da Câmara do que estava escrito no seu programa sobre reabilitação? Com o título, primeira prioridade, propunha oito medidas. Sabia quantas concretizara? Nenhuma! -----

----- Sabia o que o PSD fizera? Certamente já passara pela Rua da Madalena, onde, pela primeira vez, Lisboa viu uma rua fechada ao trânsito para reabilitação integral dos 62 edifícios. E a diferença que fazia a Rua de São Bento, ou a reabilitação de 40 edifícios e 180 fogos habitacionais no Intendente, ou ainda a reabilitação de 95 fogos habitacionais e nove para comércio no Castelo. -----

----- E o que dizer da recuperação integral de 100 edifícios dispersos pela cidade e ao arranjo de 140 fachadas localizadas em Alfama, para já não falar na recuperação de património de relevante interesse patrimonial como o Palácio do Marquês de Pombal, o Palácio da Mitra e o Palácio da Valada da Azambuja. -----

----- Nesta altura, dado que o Sr. Presidente da Câmara se havia ausentado da Sala no início da intervenção e o outros Vereadores acabavam de sair também, o Deputado Municipal António Preto disse que sabia que incomodava ouvir o que estava a dizer e as ausências que se iam sucedendo eram bem demonstrativas das comparações que estava a fazer, que envergonhavam o PS e o Executivo municipal. -----

----- Continuando, disse que tinha do Sr. Presidente da Câmara a ideia de um homem de acção, mas nas funções de Presidente da Câmara estava irreconhecível. Por isso lhe pedia que não deixasse que a inércia tomasse conta de si e tomasse conta da cidade. ---

----- Perguntou também se o Sr. Presidente da Câmara ainda se lembrava do que estava dito na sua súmula programática sobre mobilidade e estacionamento, e quantas medidas das 19 que aí constavam cumprira. Quantas executara? Uma, duas, três? -----

----- O que era que sentiam os membros do Executivo quando passavam no Túnel das Amoreiras? Ou no Túnel da Av. Infante D. Henrique? Ou no Túnel do Rego? Ou quando estacionavam no Parque do Campo Mártires da Pátria, no Parque da Mouzinho da Silveira, no Parque da Praça de Londres, no Parque do Largo Vitorino Damásio ou no Silo da Calçada do Combro. E o que dizer do condicionamento de trânsito nos bairros históricos: Alfama, Bairro Alto, Bica, Santa Catarina, e da instalação do terminal rodoviário em Sete Rios. -----

----- Estas, disse, eram também obras do PSD. O Sr. Presidente da Câmara sabia-o e acreditava que, como lisboeta, até tivesse orgulho nelas. Portanto, aconselhava que desse um murro na mesa, que não deixasse que a inércia o vencesse. -----

----- Perguntou, ainda, se o Sr. Presidente se lembrava do que estava dito na sua súmula programática sobre espaço público, acrescentando que contara nove medidas, e dessas perguntava também quantas executara e esperava uma resposta. -----

----- Mas quando respondesse pedia que o fizesse por comparação com obra que o PSD deixara: o plano de requalificação de Monsanto, limpeza e plantação de 24.000 espécies de flora, construção de depósitos de água, instalação de sistemas de vídeo vigilância, construção do anfiteatro Keil do Amaral e a construção de 24 km de pistas florestas; a reflorestação de 70.000 árvores; a intervenção nos canteiros da Avenida da Liberdade, no Parque Bem Saúde, o novo Jardim do Arco do Cego, o Parque da Bela Vista, a Alameda Roentgen, a Quinta das Conchas e dos Lilases, a Bela Flor, a Fonte Luminosa da Praça do Império, a Fonte Luminosa da Alameda D. Afonso Henriques. -

----- A Lisboa que o PSD ajudara a construir também era a Lisboa do Sr. Presidente da Câmara, por isso que a tomasse como exemplo, tirasse dela a lição, era possível fazer mais e melhor do que pintar passadeiras. -----

----- Disse, ainda, que tinha um enorme orgulho na obra que o PSD fizera em Lisboa. Todo o PSD, sem excepção. O Sr. Presidente da Câmara sabia-o, cada dia que passava esse era cada vez mais um sentimento comum aos lisboetas. Custava-lhe dizer ao Sr. Presidente da Câmara, até porque não o queria magoar, mas a sua gestão era cada vez mais uma grande desilusão. -----

----- Por fim, disse que ia fazer um apelo ao homem de acção que ultimamente se tem revelado irreconhecível. Ontem souberam que a Liscont se propunha criar uma muralha de aço e contentores em Alcântara, pelo que lhe pediam que não o permitisse. Se não baixasse os braços, se não deixasse que a inércia vencesse, tê-los-ia do seu lado, se nada fizesse eles tratariam de defender os interesses dos lisboetas e de Lisboa.

----- Lisboa merecia mais, não deixariam que a inércia vencesse, disse a rematar.-----

----- **O Deputado Municipal José Alexandre (PS)**, no uso da palavra, disse que por aquilo que foi dito pelos oradores anteriores, e nomeadamente por este guia turístico a Lisboa, parecia mesmo que estavam numa cidade virtual em que se fizeram uma série de coisas e ninguém dera por isso. Depois de tanta oposição à esquerda e à direita do PS, era um facto que os oradores que ali intervieram falaram apenas de situações virtuais, sinal que não estavam na cidade e não estavam no terreno. -----

----- Mas dava um exemplo. Ainda hoje, em Marvila, a sua freguesia, estava uma brigada da Câmara a fazer aquilo que se devia fazer na cidade, que era fazer limpeza. Portanto, os oradores podiam constatar que a limpeza pelos serviços da Câmara era uma realidade. -----

----- Disse, depois, que para os cidadãos de Marvila existiam duas áreas que eram muito importantes para a sua vida do dia-a-dia, concretamente a saúde e a educação. --

----- Em matéria de saúde, disse que gostaria de ali deixar o seu testemunho, e ao mesmo tempo o seu agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, porque foi graças ao seu esforço e empenho que se inaugurara o Centro de Saúde dos Lóios, que, aí sim, foi uma situação virtual comandada pelo PPD/PSD durante cinco anos, mas que não fizera nada para que esse centro de saúde pudesse ser inaugurado. Por isso, o seu muito obrigado ao Sr. Presidente da Câmara. --

----- Esse centro de saúde, só para que tivessem uma ideia, servia cerca de 8.000 habitantes e a maior parte deles tinham neste momento médico de família, o que antes não tinham. Eram coisas desta importância que os cidadãos de Lisboa queriam que a Câmara Municipal fizesse. -----

----- Em termos de educação, disse que se falara há pouco também sobre essa matéria, era tudo virtual, era tudo demagógico, era tudo no papel. A verdade era que durante a última governação da cidade pelo PPD/PSD, não se fizera uma escola, a educação estivera paralisada. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa, dera a honra aos cidadãos de Marvila de também estar presente no lançamento de uma nova escola, no Bairro do Armador, que daqui a um ano iria ser uma realidade. -----

----- Aliás, podia também referir duas escolas de Marvila que foram intervencionadas, nomeadamente a Escola João Santos, que teve uma intervenção no seu refeitório, e também a Escola n.º 117 que igualmente tivera uma intervenção. -----

----- Disse, depois, que com certeza muito havia ainda a fazer na cidade. Foi feito já muito em pouco tempo, e podiam os cidadãos de Lisboa, e em particular os marvilenses, estar confiantes no futuro, em contraste com o nada que foi feito no último Executivo para beneficiar o parque escolar, bastante degradado, nos últimos anos. -----

----- Quanto espaço público, que também já ali foi referido várias vezes, disse que era um dos grandes problemas da Freguesia de Marvila, mas também podia testemunhar ali que muito tinha sido feito ultimamente, em termos de tratar das zonas de matagais que existiam por toda a freguesia e que efectivamente estavam a ser resolvidas. Pelo menos em Marvila assim acontecia, no resto da cidade não sabia. -----

----- Estava a reportar-se, segundo disse, àqueles colegas que já intervieram e que referiram que não se tinha feito nada, que o espaço público e os espaços verdes estavam na mesma. -----

----- Por outro lado, podia também adiantar que uma das avenidas principais, que neste momento era o espelho de Marvila, a Av. Augusto de Castro, estava arranjada e o espaço verde era hoje em dia uma realidade na freguesia. -----

----- Por fim, disse que desejava deixar um alerta ao Sr. Presidente da Câmara. Um dos grandes problemas da cidade, nomeadamente de Marvila, era a limpeza. Ela melhorara bastantes nos últimos tempos, mas entendiam que muito havia ainda a fazer. No entanto, por aquilo que estava a ser feito estavam confiantes que esse problema iria ser resolvido em breve. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Bíblia, na vastidão de temas que abordava, falava dos homens do campo, dos pastores e dos urbanitas, os habitantes da cidade, e dizia que a cidade era carne e marmitta. Ou seja, era um continente inerte que albergava um conteúdo vivo. -----

----- No estado actual do desenvolvimento da sociedade portuguesa, cabia aos eleitos do Poder Local, a todos os autarcas, a tarefa de harmonizar estas duas realidades: uma biológica e onde se incluíam comportamentos individuais e colectivos, e outra,

artificialmente construída mas que deveria ser sede de emoções, portanto ser suporte da Arte. -----

----- Os planos eram os instrumentos necessários à conciliação que se exigia entre a carne e a marmitta. -----

----- Encontrava-se a Cidade de Lisboa numa estranha situação. Há muito que não tinha um Plano Director eficaz. Caducara a validade do PDM de 1994, a sua revisão patinava, aparecia, desaparecia, o planeamento de conjunto mantinha-se moribundo e o corpo da cidade cobria-se de remendos mal amanhados ou desligados entre si. Lisboa não conhecia o seu destino, ou pelo menos não tem tido ocasião para o antever e discutir. -----

----- Nesse contexto eram muitas as causas que contribuíam para o actual estado da cidade. Sobre umas o Município podia actuar, outras furtavam-se-lhe. -----

----- Por economia de tempo referia exclusivamente três. -----

----- A fragilidade das atribuições municipais: -----

----- Se o Município tinha competência para controlar o edificado através do licenciamento e fiscalização das obras, era ainda reduzida a sua acção sobre o conteúdo vivo da cidade. Era verdade que marcava presença nos primeiros graus de ensino e assim trabalhava para o futuro. -----

----- Se a protecção civil se tem mostrado eficaz na sua acção, a segurança pública escapava, em grande parte, ao controlo do Município. E os transportes, a disciplina do trânsito e do estacionamento estavam em mãos alheias. -----

----- Assistiam ao minguar da função produtiva e a substituição de fábricas por condomínios privados, sem se pôr a hipótese de inventar e em Lisboa localizar a indústria do século XXI. E neste caso estavam Alcântara, a Fábrica Barros, a Fábrica Simões, a Regina e a Favorita, a Matinha. -----

----- Outra causa seria a falta de uma cultura de planeamento e a indefinição do papel dos intervenientes. No campo fluído das competências surgia um confronto mal regrado entre o público municipal e o privado, que tem acarretado graves consequências para a cidade, por ter conduzido à preponderância daquilo a que se podia chamar a privatização do planeamento, consentida e por vezes até acarinhada. --

----- Resultava em património histórico e cultural de Lisboa o facto do Estado, os poderes Central e Municipal terem várias vezes assumido o papel de projectistas da cidade, dentro do princípio que a forma do edificado e a qualidade do espaço urbano eram de responsabilidade pública. -----

----- A Baixa, as Avenidas Novas, Alvalade, o Parque das Nações e os Olivais saíram directamente de pranchetas de serviços públicos para o terreno e eram os melhores pedaços da Cidade de Lisboa. -----

----- Isso em oposição à urbanização por quintas e a ditadura do cadastro, o mundo dos índices, das cérceas, do metro quadrado, dos edifícios que inchavam, dos afastamentos não respeitados, da rentabilidade privada. Que olhassem para Benfica! Em Alcântara o plano era pago por um interveniente interessado. -----

----- Num comentário, a propósito do discurso do Sr. Presidente da Câmara feito nas Comemorações do 5 Outubro, disse que não podiam seduzir-se pela fala, mais próprio

seria dizer pela cantiga, dos promotores imobiliários que, com o argumento de que Lisboa se esvaziou, diziam que era necessário voltar a enchê-la e propunham os condomínios, quando se sabia que os que partiram não regressavam e que na região, Lisboa não pode ser a grande loba onde tudo se concentrava, e que, possivelmente, a situação retratava um fenómeno histórica e socialmente justificado. Seria um ajustamento natural do conteúdo vivo ao conteúdo edificado que herdaram. -----

----- Porque hoje, felizmente, quem casava queria casa. As barracas foram eliminadas, a coabitação forçada de famílias estranhas desaparecera e a capitação exigida de área habitada aumentara. Havia que preencher os fogos devolutos, sem dúvida, e evitar que aqueles que faziam render o corpo da cidade explorassem a situação. -----

----- Disse que era de registar o alheamento a que tem sido votado o espaço público em sucessivos e recentes mandatos, porque a falta de uma visão de conjunto perante um crescimento edificado, suscitado pela promoção imobiliária, conduziu a uma cidade esfarrapada. Foi esquecido que tudo o que se fizesse em Alcântara se reflectia em Campolide e isso ia dar ao Areiro, aquilo que se fizesse em torno da Estação do Oriente iria alterar a vida nos Olivais. O que se ganhava nas Amoreiras, perdia-se no Saldanha. -----

----- E tudo se reflectia nas vias como espaços públicos, que eram os filamentos que estabeleciam todas as ligações entre essas partes desavindas, às vezes tratadas de forma absurda. -----

----- Recordou a história da Avenida da República, com os prédios a crescer e os passeios a diminuir, esventrada, e o drama dos peões que a queriam atravessar. Mas era, sobretudo, nas ruas, nos largos e nas praças, nas alamedas e nos jardins, nos passeios, nos espaços de relação, que o Estado da Cidade se reflectia com maior dramatismo. -----

----- Eles eram a casa comum e por isso se queriam limpos, cómodos, seguros e atraentes. Eram peças da herança mediterrânica do saber fazer e habitar cidades. Por isso, se fosse o PCP a mandar todas as prioridades seriam para melhorar esse precioso bem da vida comunitária. -----

----- **A Deputada Municipal Lídia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, disse que, ao longo das duas últimas décadas, Lisboa tem vindo a envelhecer e o seu edificado tem ficado mais e mais degradado. Lisboa perdia população, expulsava população para a periferia, e a falta de resposta política dos sucessivos governos da cidade, a falta de uma resposta dos poderes centrais que permitisse fazer frente à degradação dos grandes centros urbanos, prejudicava os cidadãos e apenas favorecera a especulação imobiliária. -----

----- Entretanto, continuavam na mesma: tanta casa sem gente, tanta gente sem casa! A verdade era que, ao longo de décadas, o direito à habitação, um direito constitucionalmente reconhecido, tem sido encarado como um privilégio, e com um mercado de arrendamento tão curto, “se queres casa vai ao banco”. -----

----- O acesso à habitação ficara dependente do poder de compra dos cidadãos consumidores, ao sabor dos caprichos do mercado imobiliário em função das regras

do jogo definidas pelos operadores financeiros, e a vida dos cidadãos um constante sobressalto. -----

----- Se havia lição a tirar da evolução do mercado imobiliário nas últimas décadas, era que a euforia especulativa não era boa conselheira, que a gestão urbana necessitava de políticas que permitissem democratizar o acesso à habitação, e tem faltado bom-senso e justiça social na forma como os poderes públicos e autárquicos encaravam os operadores imobiliários. -----

----- Portanto, deviam aproveitar para tirar lições dos erros do passado. -----

----- Continuando, disse que a requalificação, em detrimento da construção nova, deveria ser uma prioridade numa cidade que se pretendia viva e vivida, com a aplicação da regra dos 25% para habitação a custos controlados e a criação de uma verdadeira bolsa de arrendamento. -----

----- Tratava-se de uma medida que deveria ser incluída no PDM, era verdade, mas preocupava-os a sua não inclusão nos vários planos de pormenores que vinham sendo aprovados, contornando o tardar de um PDM revisto, e que no caso da Baixa implicara a sua suspensão parcial, prevendo apenas a aplicação de medidas preventivas. -----

----- Consideravam, ainda, que para que a opção fosse clara, para que a prioridade fosse dada à requalificação, para que os recursos fossem concentrados na reabilitação, era necessária, por alguns anos, uma moratória à nova construção. -----

----- Compreendiam que depois de se terem habituado a décadas em que imperara a lógica da especulação nas políticas de habitação, muitos poderiam estranhar qualquer proposta que não fosse mais do mesmo, mas que se fizesse o debate, que se ensaiassem soluções, porque a inércia também não era boa conselheira. -----

----- Disse, ainda, que a cidade se queria rejuvenescida, interclassista e culturalmente diversificada, onde a coesão social fosse uma garantia e o combate à guetização e bipolarização sócio/territorial. Para isso era necessário inverter a lógica das políticas de habitação, desenvolvidas ao longo das últimas décadas. -----

----- Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa, o tempo urgia, e nem a euforia especulativa nem a inércia eram boas conselheiras. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara fizera ali uma operação de propaganda. Começara com aquele número, a seu ver infeliz, da suspensão dos trabalhos, por cinco minutos, para distribuir um documento de extrema relevância, como se cinco minutos fossem suficientes, ou sequer apresentáveis, para uma Assembleia como esta. -----

----- De facto, a apresentação desse documento foi um número perfeitamente lamentável, não só pela qualidade do documento, que era má, porque, por exemplo, além das páginas não estarem numeradas não tinha um índice em condições, e nas suas muitas páginas, não sabia quantas precisamente porque não estavam numeradas, tinha “n” repetições, ou seja, havia imensas páginas que eram exactamente a repetição de outras. -----

----- Portanto, era um documento mau, era um documento que lhes foi entregue num processo que faltava ao respeito aos Deputados Municipais, como tal um lamentável

exercício de propaganda que não ficava bem a ninguém e muito menos ao Executivo camarário. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, apresentara grandes projectos para o futuro, não se podia alongar muito porque não tinha muito tempo, mas havia uma coisa que o deixara particularmente curioso. O Sr. Presidente da Câmara apresentara “n” considerações sobre a reorganização administrativa da cidade, uma coisa que agora não dependia dele, curiosamente dependera quando era Ministro mas nessa altura não se preocupara com isso. Agora que era Presidente da Câmara, que não tinha esse poder, preocupava-se. No entanto não se preocupava com algo que estava na sua competência que era a reorganização dos serviços da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara estava a exorbitar as suas competências e a não exercer aquelas que de facto tinha que exercer. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD ainda não formulara a sua candidatura à eleição para a próxima Câmara, mas bastara ter-se anunciado, ainda como mera hipótese, como candidato o Dr. Santana Lopes, para o Sr. Presidente da Câmara, até agora mais ou menos cordato, ter perdido completamente as estribeiras e passar a ser o maior trauliteiro da Assembleia Municipal. Mas, curiosamente, substituindo o líder da bancada do PS com bastante maior eficiência. -----

----- É que, de facto, o discurso do líder da bancada do PS costumava ser trauliteiro, hoje deixara de ser, foi mais ou menos suave, só na parte final tivera algum tonos de bombardeiro, mas quem o substituíra, com toda a categoria, foi o Sr. Presidente da Câmara, o que demonstrava que estava com um nervosismo miudinho que ninguém podia ignorar. -----

----- De facto, era bastante confortável para o PSD, especialmente para o Dr. Santana Lopes, a comparação. Era muito confortável! E quem quisesse podia ver a obra que foi feita num curto espaço de tempo, porque, no fundo, o Dr. Santana Lopes tivera um exercício seguido de pouco mais de dois anos e o actual Presidente da Câmara já ia em muito mais de um ano, e não se via nada. Viam-se promessas, via-se demagogia, viam-se as lâmpadas que foram substituídas por lâmpadas de menor consumo, como um dos grandes argumentos que ali apresentara. Pudera, se toda a gente fizera isso em casa por que era que ele não havia de fazer?! -----

----- Bom, mas essa era uma medida excepcional, fantástica, colossal, que o Sr. Presidente da Câmara tinha para apresentar aos lisboetas. Chegara ao debate sobre o Estado da Cidade a afirmar que substituíra as lâmpadas! -----

----- Por outro lado, também o Sr. Presidente da Câmara retirara o trânsito no Terreiro do Paço, uma medida fantástica, colossal, queria devolver o Terreiro do Paço aos lisboetas! Mas o que foi que se verificou! Esvaziara o Terreiro do Paço, era um *flop* permanente, uma total ignorância da população. -----

----- E também dissera que ia substituir as passadeiras, que ia pintar aqui e acolá e demonstrar como era possível de um dia para o outro revolucionar a cidade para dar mais segurança aos cidadãos. Mas o que foi que aconteceu? Pintara uma vez duas ou

três passadeiras, com publicidade, com televisão. Aliás, para isso ele tinha jeito! Mobilizar os órgãos de comunicação social, mobilizar a televisão, tinha jeito, tinha feito um bom trabalho e normalmente tinha eco nessa matéria. -----

----- Mas, e depois! Alguém vira mais passadeiras pintadas? Alguém vira o espaço público de facto preservado, melhorado, cuidado? Ninguém, era mentira! Afinal, passara aquele prazo e acabaram como se as passadeiras fossem pintadas uma vez e durassem para quatro cinco anos. Era evidente que o tempo gastava a tinta e como tal era preciso voltar a pô-la no sítio. -----

----- Referindo-se ao empréstimo, disse que foi um *flop*. Foi um drama, lembravam-se todos. O Sr. Presidente da Câmara ameaçara que se o PSD não aprovasse se demitia, que se ia embora, e o PSD, preocupado que o Sr. Presidente se fosse embora, até viabilizara a proposta deixando que ela seguisse. Mas a sua manifesta incompetência e da sua equipa levava a que aquilo fosse mal feito, fosse incapaz e consequentemente fosse chumbado porque não tinha categoria para ser apresentado. Uma Câmara como a de Lisboa não sabia apresentar um planeamento financeiro!?! -----

----- Depois tinham o QREN e as famosas escolas que não foram reabilitadas nem construídas pela incompetência dos serviços, da Vereadora, do Presidente. Não sabia quem foi, mas alguém foi! E reparasse-se que, à semelhança do Eng.º António Guterres, o grande sonho do Dr. António Costa era a educação, as escolas, as criancinhas. Mas teria assim tanto amor às criancinhas que deixava que elas fossem envenenadas a comer formigas na sopa? Alguma vez no tempo do PSD, que o Sr. Presidente tanto verberara, houve formigas na sopa das crianças, que foram uma série delas para o hospital envenenadas? Isso não preocupava o Sr. Presidente? Preocupava-o só a projecção de obras e mais obras, que eventualmente nunca iria realizar, ou aquelas que à conta do Governo iria fazer, e não se preocupava com aquilo que era elementar? -----

----- Lembrou que sobre essa escola, que tinha ido para obras, os pais já tinham reclamado antes das férias, e a escola não tivera as obras necessárias. Disseram-no na televisão, ele ouvira! Foram eles que fecharam a escola! Quem tinha amor, quem fazia tanto pela escola e pela educação, permitia uma coisa dessas? De facto, a incompetência e a irresponsabilidade com que o Sr. Presidente da Câmara acusara o PSD, era um espelho que se reflectia perfeitamente à sua frente. -----

----- Sobre a reforma dos serviços, disse que quando o Dr. Santana Lopes entrara na Câmara essa foi a primeira coisa que tentara realizar, na medida em que isso era necessário. Poderia não ter sido feita a reforma ideal, porque nunca se fazia a reforma ideal. Pessoalmente conhecia intenções de reforma administrativa da Câmara há mais de 30 anos, e nunca se fazia. Mas tentava-se, procurava-se! -----

----- E alguma coisa foi feita pelo actual Executivo municipal tendo em vista reformular os serviços, dar-lhe mais eficácia, mais eficiência e que tivessem menos custos para o erário público? Nada, estava tudo exactamente na mesma! -----

----- Relativamente aos grandes investimentos, disse que na Assembleia Municipal foi aprovada uma Moção, na última reunião, que referia a necessidade de reflectirem sobre os grandes investimentos que estavam previstos na área da Grande Lisboa. E

porquê? Porque as circunstâncias mudavam. Mudava o preço da gasolina, a situação económica global, a situação económica do País, a capacidade de endividamento dos empresários e dos bancos portugueses no estrangeiro e a capacidade de endividamento do próprio Estado, e, portanto, era preciso reflectir e cuidar, permanentemente, daquilo que eram os grandes objectivos. -----

----- Mas aquilo que a Assembleia recomendava, ao contrário do que acontecia com o Dr. Santana Lopes, era completamente ignorado pelo actual Presidente da Câmara. Passava-lhe por cima, como passara por cima, até, da proposta das Boas Práticas, que a Assembleia aprovara por unanimidade, e que a Comissão de Urbanismo ajudara bastante a melhorar. Mas essa proposta tinha prazos que já foram ultrapassados! Havia um prazo de 45 dias para a sua nomeação que já passara, esperavam que os outros fossem recuperados, mas era importante que a proposta fosse para a frente, era importante que se tomassem medidas nesse campo, era importante que aquilo que foi feito pelo PSD, que solicitara uma auditoria aos serviços de urbanismo, fosse seguido de maneira eficaz e efectiva, e não apenas ter a facilidade de anular projectos que entretanto tinham sido aprovados. -----

----- Passando ao caso da Cofina, disse que era curioso ali dizer-se, como fizera o Sr. Vereador Manuel Salgado, que essa questão não era nada com ele. -----

----- Bom, a Cofina foi um loteamento aprovado pelo Eng.º Nuno Abecasis, o projecto de arquitectura foi aprovado pela Dra. Eduarda Napoleão, mas quem aprovara os projectos de especialidade? Quem dera a licença de obra? Foi ele, Victor Gonçalves? Não, foi o Sr. Vereador Manuel Salgado! -----

----- E nessa altura, ele foi lá e viu com os próprios olhos, como viram os elementos da Comissão de Urbanismo do PS, do PCP e do PSD, como certamente o Sr. Vereador também viu, que aquilo era uma aberração. Era impossível que alguém tivesse visto aquilo, pelo menos quando se começava a concretizar, quando se viram os projectos de especialidade, não dizer que era preciso parar, porque era mais fácil nessa altura do que agora. Que não viesse agora responsabilizar os outros e a fazer circular panfletos por toda a área, como fizera no dia a seguir àquele em que a Assembleia Municipal aprovara, por unanimidade, uma proposta do BE que obrigava a Câmara a tomar medidas objectivas em relação à regularização dessa situação. -----

----- O que ia fazer agora? Ia dar resposta ao relatório da Comissão de Urbanismo? Esperavam que sim e que iniciasse de imediato o diálogo com os empreendedores e com os proprietários dos fogos de forma a tentar corrigir o mais depressa possível a situação, porquanto era inadmissível que pessoas de repente se vissem emparedadas por um edifício que crescia a olhos vistos à sua frente. -----

----- Também foi dito que as obras tinham parado, e isso era mentira porque ele próprio estivera lá e viu que não pararam. E como ele também estiveram os Deputados Municipais do PS e do PCP que igualmente viram que a obra estava a andar em bom ritmo. -----

----- Que iam parar a cobertura da laje! Pararam meio metro, um metro e meio, uma laje com centenas de metros quadrados, talvez mil metros quadrados! Que não

brincassem consigo! Qual era a intenção do Executivo em relação à Cofina? Era bom que fosse explicado. -----

----- Em relação aos espaços públicos, em relação aos espaços verdes e em relação à limpeza, disse que foi ali aprovada uma Moção, com fotografias e tudo, sobre o Bairro Alto, e perguntava se era esse o tratamento que o actual Executivo dava aos bairros históricos? Aquele exemplo, que foi ali visto por todos através de fotografias, demonstrava bem o que era a sujidade no Bairro Alto, e, para além da sujidade, também a falta de segurança. -----

----- Enfim, era tudo balelas para a comunicação social ver e dizer que iam fazer e acontecer, porque, na prática, era o que se via. De facto, estavam já há quase ano e meio na Câmara e o Bairro Alto regredira, como regrediram os bairros históricos. As medidas lançadas e efectivadas no tempo do Dr. Santana Lopes voltaram para trás. ----

----- Portanto, eram incompetentes, eram incapazes, não tinham jeito. Acreditava que o Sr. Presidente tivesse jeito para Ministro, mas não tinha jeito para Presidente da Câmara. Era uma inevitabilidade, paciência, não podiam ter jeito para tudo. Embora para Ministro também houvesse quem se queixasse. -----

----- Passando ao PDM, disse que a sua revisão continuava em águas mornas, pois nunca mais se ouvira falar disso. Não sabia se o defeito era do Presidente da Comissão que nunca mais a convocara, se era do Sr. Vereador. Agora, não havia dúvida que uma acção como a revisão do PDM obrigaria a um permanente acompanhamento da Assembleia Municipal. Mas um acompanhamento pela positiva! O acompanhamento que foi feito até ao presente não foi para descredibilizar, não foi para deitar abaixo, não foi para atrasar, mas foi para valorizá-la, como, aliás, em todos os acompanhamentos que a Assembleia Municipal tem feito. -----

----- Por exemplo, pessoalmente tivera oportunidade de ver o projecto de estatutos da EPUL, e, de facto, aqueles estatutos não iam a lado nenhum. Estavam mal feitos! E nesta situação em que vivia a EPUL, que todos conheciam, era com um projecto de estatutos que se resolvia o problema da empresa? Era dizendo umas bagatelas que se resolvia o problema da EPUL? E o Plano Estratégico? E as empresas do núcleo empresarial da EPUL, nem sequer falava nelas!? Teria que haver uma estratégia global para a EPUL, eventualmente chegando até à sua dissolução. Se calhar até seria essa a melhor solução, criando-se uma coisa semelhante ao lado. Aquilo estava tão embrulhado que se calhar a melhor solução era fazer isso. -----

----- Aludindo ao Parque Mayer, disse que se falara ali muito dessa matéria, mas era bom que todos soubessem que quem dera um “pontapé” no sentido de resolver o problema foi o Dr. Santana Lopes. -----

----- Recordou que o Eng.º Nuno Abecasis, com toda a boa-vontade, quisera resolver o problema do Parque Mayer, como o Dr. Jorge Sampaio o quisera resolver também. E o que é que ele fizera? Não exercera o direito de preferência na altura em que ele foi vendido à Bragaparkes, porque se nessa altura tivesse exercido o direito de preferência, por dez reis de mel coado, nem o Dr. Sá Fernandes teria tido oportunidade de fazer aquilo que fizera. Já estava resolvido! -----

----- Portanto, o Dr. Jorge Sampaio e o PS, eram os principais responsáveis pelo problema do Parque Mayer não se ter resolvido há muitos anos atrás, quando poderiam ter exercido, como era devido, o direito de preferência e não o fizeram. -----

----- E depois, quando o Dr. Santana Lopes, e muito bem, defendera que o Casino de Lisboa deveria ficar no Parque Mayer, a dor de cotovelo do Dr. Jorge Sampaio veio ao de cima, e então inviabilizara o Casino Lisboa no Parque Mayer e com isso a embrulhada começara. -----

----- Por isso, que assumissem as suas responsabilidades, que não fossem para ali atirar pedras porque as pedras caíam-lhes em cima. E o Dr. António Costa deveria ter esse cuidado não insultando ali o passado. Aliás, estava na Assembleia Municipal de Lisboa há muitos anos, e como ele outros Deputados Municipais também, assistiram ali a diatribes dos Presidentes da Câmara, discursos inflamados, etc., mas nunca viram nenhum, de uma forma tão insultuosa, dirigir-se aos seus antecessores quanto o actual. -----

----- De facto, não dizia que foi um exemplo de má criação porque não chegara a esse ponto, mas foi realmente um exemplo de falta de ética e de alguma moral política que todos precisavam de ter no exercício das suas profissões. -----

----- E que dizer do escândalo, do verdadeiro atentado que se estava a preparar para a zona ribeirinha e para Alcântara? E porquê? Seria que aquilo que a Liscont pretendia, e nunca conseguira, que era tentar aumentar a capacidade de contentorização na zona de Alcântara, foi conseguido de maneira milagrosa só porque o Eng.º Jorge Coelho passara a ser seu *chairman*. Seria que bastara só isso do Eng.º Jorge Coelho passar a ser *chairman* da Mota Engil, portanto responsável também pela Liscont, para que naquilo que antes eram só dificuldades e não conseguia, agora era só abrir braços, era só facilidades, era só borlas. -----

----- Disse que nunca viu nada como isto. Não estava contra a Mota Engil, que era uma empresa respeitada, mas que se respeitassem os interesses da cidade, que respeitassem os interesses de Lisboa, que não pusessem uma barreira entre a cidade e o rio, uma barreira feia, de contentores. -----

----- E depois quanto a essa conversa de fazer túneis e mais túneis em Alcântara, só pedia que fizessem um mínimo de esforço de imaginação. Que imaginassem que isso acontecia no tempo do Dr. Santana Lopes e o Dr. Sá Fernandes estava calado, que não dizia nada, que não fazia acções populares, que nem ia para a televisão dizer isto mais aquilo. Bom, diriam logo o Dr. Sá Fernandes morreu, só podia ser. -----

----- Isso era ético? Uma pessoa mudar assim de opinião de um dia para o outro só porque estava no poder ou deixava de estar, era assim que defendia a cidade? -----

----- A terminar, referiu que disse na última reunião que o Sr. Presidente da Câmara tinha falta de jeito, mas hoje viu-se que para além de ter falta de jeito tinha também antecipadamente mau perder. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que Lisboa era uma cidade que o actual Executivo camarário queria que fosse principalmente das pessoas e que as políticas fossem fundamentalmente para as pessoas. -----

----- E era nessa medida que novos projectos foram e estavam a ser desenvolvidos pela Câmara, bem como outros projectos, interrompidos durante cinco ano e meio, voltaram a ser postos em prática, e outros, ainda, foram alargados no seu âmbito. -----

----- Assim, referir-se-ia a alguns, somente como exemplo. -----

----- Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência. Durante cinco anos não funcionara, foi instalado em Novembro de 2007 e contava com a participação de 29 organizações não governamentais. Já reunira mais três vezes, e era composto pelo plenário, pelo secretariado executivo e por quatro secções temáticas com áreas tão distintas de intervenção como acessibilidade e mobilidade; formação e emprego; cultura, desporto, lazer e associativismo; e reabilitação funcional, vida autónoma, sensibilização e formação. -----

----- Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas, que tentava promover a participação activa das várias associações e entidades dessas comunidades na vida cívica da cidade, de forma a contribuir para estabelecer uma plataforma de cidadania, e visando também uma co-responsabilidade concertada na promoção do diálogo intercultural. -----

----- A esse propósito, lembrou o que se passara no último fim-de-semana na Rua Augusta e Terreiro do Paço, em que tiveram um desfile etnográfico, exposições, espectáculos de dança e música de várias origens e culturas. -----

----- A Rede Social de Lisboa, que em parcerias com diferentes agentes locais, promovia um planeamento regrado e sistemático que potenciava competências e recursos a nível local, e que tinha como objectivo dar as respostas sociais na cidade, visando a erradicação da pobreza e exclusão social, que em final de 2006 contava com 110 parceiros, contava actualmente com 216 parceiros entre autarquias, organismos públicos, organizações de solidariedade social, ONG's e outras associações e Fundações. -----

----- Estava em elaboração o Diagnóstico Social de Lisboa, em diversas áreas como o envelhecimento, a educação, a saúde, a inclusão social e migrações entre outras valências, e que seria um instrumento de base para a criação do Plano de Desenvolvimento Social. -----

----- Na área das Dependências, disse que para além do Programa Intervir, que tinha como parceiros privilegiados as Juntas de Freguesia, e no âmbito do Plano Integrado de Prevenção das Toxicodependências para a Cidade de Lisboa, que visava o apoio à população de toxicodependentes, em 2008 a Câmara assinara um acordo com o Instituto da Droga e da Toxicodependência, com a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia. -----

----- Assim, o Plano Integrado de Prevenção das Toxicodependências compreendia um Gabinete de Apoio Fixo, na zona ocidental da cidade; um Gabinete de Apoio Fixo, na zona oriental da cidade; duas unidades móveis; e um centro de acolhimento. -

----- Em relação ao Apoio às Pessoas Sem-Abrigo, disse que a Câmara promovia parcerias com diferentes entidades e instituições de modo a desenvolver respostas em Centros de Acolhimento, os quais, recordou, à ano e meio atrás, no início de 2007, estiveram para encerrar por falta de cumprimento da Câmara Municipal de Lisboa. ----

----- Tinham o Centro de Acolhimento do Beato, financiado pela Câmara e pelo Instituto de Segurança Social, gerido pela Associação VITAE, com capacidade para 271 utentes. -----

----- Tinham o Centro de Acolhimento de Xabregas, com capacidade para 75 utentes, que era financiado pela Câmara e pelo Instituto de Segurança Social, gerido pelo Centro Social do Exército de Salvação. -----

----- Tinham o Centro de Acolhimento da Graça, financiado exclusivamente pela Câmara, gerido pela AMI e com capacidade para 26 pessoas. -----

----- Tinham as Equipas de Rua de Apoio aos Sem-Abrigo, equipas compostas por psicólogos, técnicos de serviço social, antropólogos, técnicos de política social e técnicos de intervenção comunitária, que através do contacto, motivação e acompanhamento psicossocial das pessoas sem-abrigo, promoviam o seu acompanhamento para respostas que contribuíssem para a sua integração social. -----

----- Na área do envelhecimento, disse que tinham o Plano Gerontológico, que através de uma visão integrada do processo de envelhecimento, visava o envelhecimento activo e saudável, de modo a promover uma cidadania activa e criar condições ao desenvolvimento social. Os parceiros privilegiados seriam as Juntas de Freguesia que apresentassem projectos nesse âmbito. -----

----- Tinha também a Câmara um projecto-piloto na área do envelhecimento activo, o projecto “Saberes e Fazeres – a Preservação das Memórias”. Com ciclos de sessões teóricas e práticas sobre a Cidade de Lisboa, e que funcionava no Espaço da Graça. ---

----- Por outro lado, a Residência para Idosos, em Campolide, foi uma obra que esteve muito tempo parada por causa da inércia da anterior Câmara, mas a actual conseguiu ultrapassar todos os problemas, que eram muitos e diversificados, e neste momento tinham a Residência para Idosos, em Campolide. E tinham o Centro de Dia para Idosos, na Charneca, obra que também, como se recordavam, estivera parada. -----

----- Disse, ainda, que a Câmara concorrera também ao Programa ProHabita do IRU, para que Lisboa pudesse vir a ter, finalmente, residências assistidas. -----

----- Em relação ao programa Praia-Campo Sénior, disse que ele foi criado no ano 2000, e em parcerias com as Juntas de Freguesia permitia aos seniores momentos de convívio, lazer e confraternização na praia e no campo. -----

----- Na área dos mais novos, disse que foram abertas duas creches na Charneca e mais uma no Príncipe Real, creches essas que permitiam que 132 crianças ficassem em total segurança e com todos os cuidados devidos, enquanto os seus pais se encontravam a trabalhar. -----

----- Estava a referir-se, segundo disse, a um ano de trabalho da actual Câmara, porque esses equipamentos, que tanta falta faziam, estavam também com obras paradas, diria que por falta de sensibilidade social da anterior Câmara. -----

----- Referiu que a Câmara celebrara um protocolo de colaboração com a APAV, visando o reforço da capacidade técnica nas comissões de Protecção de Crianças e Jovens Restritas de Lisboa, nomeadamente nas competências jurídico-legais. -----

----- E também em parcerias com as Juntas de Freguesia, continuara o programa Praia-Campo para jovens dos 6 aos 12 anos, programa esse tão importante para milhares de jovens e que foi iniciado em 1990. -----

----- Aludindo à Lei 163/2006, que visava promover a acessibilidade nos edifícios e espaços públicos, disse que só a actual Câmara pusera em prática a sua aplicação com a criação, em Maio, de um serviço de esclarecimento de dúvidas, e em Setembro, um *site* de acessibilidades. Simultaneamente, estava a promover acções de formação para colaboradores com a Câmara. -----

----- Seguidamente, disse que muito mais poderia referir sobre outras acções, mas apenas fazia uma sugestão: que no documento que lhes foi distribuído que tinha o balanço da actividade do Executivo, lessem as medidas desde a 137 até à 159. -----

----- Por fim, disse que, muito resumidamente, se referira apenas a algumas acções, alguns programas que a actual Câmara, em funções há um ano e dois meses, implementara. Programas e acções essas que tinham em mente as pessoas e das quais as pessoas da cidade já sentiam os benefícios. A Câmara estava a demonstrar que era possível que Lisboa fosse uma cidade em desenvolvimento, uma cidade sustentada, e que, simultaneamente, fosse uma cidade para todos. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que no momento em que estavam a realizar o debate sobre o Estado da Cidade, gostava de inserir ali um outro ponto, que era o debate sob o estado das relações entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. -----

----- Eram sucessivos os episódios de falta de consideração pelos órgãos autárquicos mais próximos dos cidadãos, que na cidade eram 53, as Juntas de Freguesia. Podia ali falar de vários episódios, mas dada a sua falta de tempo referia-se apenas a uma proposta que o Sr. Vereador Cardoso da Silva iria levar amanhã a Sessão de Câmara, que era uma verdadeira aberração, e confirmava a falta de respeito que tinha para com as Juntas de Freguesia. -----

----- A Câmara preparava-se para retirar às Juntas de Freguesia mais de 900 mil euros, preparava-se para romper com compromissos assumidos com as 53 Juntas de Freguesia da cidade, quando estavam a falar da revisão do protocolo dos espaços verdes. -----

----- Se havia Deputados Municipais distraídos, como disse o Sr. Presidente da Câmara, havia seguramente Vereadores distraídos para apresentaram propostas como essa que parecia que ia ser apresentada. Era fundamental ouvir ali o Sr. Vereador Marcos Perestrello que, segundo pensava, ainda seria o responsável pelas relações com as Juntas de Freguesia, pois ele acordara uma coisa que não era essa que estava na dita proposta. -----

----- Aquilo que foi dito pelo Sr. Vereador Marcos Perestrello, quando estavam a discutir a proposta dos espaços verdes, foi, citou: “Tendo havido um compromisso da minha parte com os Senhores Presidentes de Junta, no sentido de lhes ser transferido, por outra via orçamental, as verbas que receberão a menos no âmbito deste protocolo, – estava-se a referir aos espaços verdes – o compromisso que aqui está assumido e

que aqui é proposto à Câmara no âmbito dos protocolos dos espaços verdes, é um compromisso que mereceu o acordo dos Senhores Presidentes de Junta, e aquilo que foi o seu compromisso no sentido de lhes garantir a transferência de verbas para, em valor idêntico ao do ano passado, mantendo-se, repito, à margem da crise orçamental e financeira em que a Câmara se encontra. Foi também assumido por mim, naturalmente com o acordo do Sr. Vereador Cardoso da Silva.” -----

----- E terminava dizendo: “O compromisso que foi assumido está em condições de ser cumprido e não tem a ver com essas verbas do complemento dos três FFF.” O compromisso que foi assumido foi o que foi transferido a menos, como o Sr. Presidente da Câmara tivera ocasião de explicar aliás, no âmbito dos espaços verdes. --

----- Portanto, como referira, essa proposta era uma aberração, e, mais do que isso, era uma proposta descarada porque era preciso ter descaramento para, no final da proposta, dizer que ia transferir três milhões quando, na prática, o que estavam ali a discutir era a retirada de 900 mil euros. -----

----- Lembrou que as 53 Assembleias de Freguesia aprovaram, atempadamente, os seus orçamentos com base nos valores dos três FFF, aprovados na Assembleia Municipal, receberem os três trimestres com o valor aprovado pela Assembleia Municipal, e agora a pergunta que se colocava é como era possível, no final do ano, tentar realizar esse corte. -----

----- Disse que a apresentação e tentativa de aprovação desta proposta era uma ofensa às Assembleias de Freguesia, às Juntas de Freguesia e à Assembleia Municipal que aprovara esses valores. A sua aprovação feria de morte a confiança e o relacionamento sério e construtivo que era necessário existir entre a Câmara Municipal e as freguesias da cidade, para bem de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, disse que antes de entrar nas questões que o levaram a pedir a palavra, desejava tecer algumas considerações ao discurso do Sr. Presidente da Câmara, discurso que efectivamente era de ouro. Só faltara ali o *power-point* e o computador Magalhães. Através de um discurso tão verdadeiramente optimista e com uma pedra filosofal, sabiam que onde o PS tocava tudo se resolvia, assim que o PS chegava à Câmara todos os problemas de Lisboa desapareciam e era um mar de rosas.

----- Mas era um facto que os problemas continuavam, o PSD sabia que eles continuavam e a Câmara também. Bastava ouvir a opinião pública, bastava ler os jornais. -----

----- Por outro lado, não foi a mandatária dos candidatos do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, não foi a candidata da juventude do PSD que dissera aquela célebre frase: “Na Câmara de Lisboa não passa nada”. A verdade era que os problemas mantinham-se e a seu tempo o povo iria pronunciar-se sobre essas situações. -----

----- Sobre o problema, já clássico e já antigo, da divisão administrativa da cidade, disse que por várias vezes já se tentara resolver a questão, a própria ANAFRE já se pronunciara sobre a matéria, existiam opiniões que foram entregues ao Governo, na altura o Sr. Presidente da Câmara era Ministro da Administração Interna, e também ao Secretário de Estado do Poder Local, Eduardo Cabrita, e a posição da ANAFRE, tanto

quanto sabia, ainda continuava a vigorar e não apontava no sentido da extinção de freguesias. -----

----- No entanto, o Sr. Presidente da Câmara, no seu discurso das Comemorações do 5 de Outubro, falara numa situação, que achavam interessante e pertinente, que era a delegação de competências para as freguesias maiores que tivessem dimensão de bairro. E como na Cidade de Lisboa existiam bastantes freguesias que tinham dimensão de bairro, podia-se fazer essa delegação de competências já em 2009, nomeadamente na higiene urbana e também na cultura, porque, até hoje, não houve nenhuma transferência da Câmara para as freguesias na área da cultura. -----

----- Por outro lado, também sabiam que essa questão era referida com uma certa urgência, com uma certa acuidade nos dias que correm, porque a Câmara sabia que as freguesias, nomeadamente as mais pequenas, estavam a desenvolver um bom serviço. E o PSD sabia, como a Câmara sabia também, que a maior parte das freguesias pequenas não eram do PS, e que o PSD iria manter as que tinha e iria ganhar outras, e porque os Presidentes de Junta, por inerência, eram membros da Assembleia Municipal, sabiam que o verdadeiro problema do PS não era a dimensão das freguesias mas a sua eventual derrota eleitoral em 2009. Essa era uma das verdadeiras questões que estava em causa. -----

----- Mas relativamente à questão das transferências para as freguesias, as mais pequenas estavam numa posição de ver para crer, isto é, ver o que era que ia ser feito para as freguesias grandes, ver se efectivamente iria haver transferências para as freguesias que tinham dimensão de bairro ou superior a isso, como era o caso de algumas. Se de facto houvesse transferências para as freguesias grandes, isso poderia ser, eventualmente, uma mais-valia e um argumento que a Câmara poderia apresentar para a extinção das freguesias mais pequenas. -----

----- No PSD havia valores que defendiam, nomeadamente os valores históricos. A Freguesia dos Mártires, cuja origem remontava a 1147, existia porque vencera, existia porque tinha 900 anos de história, a Cidade de Lisboa tinha a sua idade já que a seguir à reconquista foi uma das primeiras freguesias a serem criadas. -----

----- Portanto, o critério histórico para o PSD era importante, assim como também era importante, a propósito das questões históricas e questões culturais, que não houvesse cidadãos portugueses que tinham que ir nascer a Badajoz porque a maternidade que existia em Elvas foi extinta. -----

----- Não queriam que isso acontecesse em Lisboa, queriam que freguesias históricas, como era o caso da Freguesia dos Mártires e outras, onde nasceram algumas pessoas influentes e conhecidas, como era o caso do poeta Fernando Pessoa e outras, se mantivessem e não se extinguisse essa mais-valia histórica, que existia em Portugal e em poucos mais países, que era esse conceito administrativo local da freguesia. Por exemplo, em Espanha não existia e na Europa só em Inglaterra existiam estruturas semelhantes. Portanto, não convinha que destruíssem estruturas e uma orgânica que tinha séculos e séculos, a tradição portuguesa era municipalista, e no município também tinha que se ter em consideração a freguesia. -----

----- Estas questões não eram fáceis de resolver e não se resolviam em menos de um ano, como aparentemente parecia que se queriam resolver. -----

----- Relativamente à zona do Chiado, disse que desejava lançar ali algumas questões. Tiveram cinco minutos para ler o documento que foi distribuído no início desta reunião, eventualmente elas poderiam estar lá respondidas, mas como não teve o *power-point*, não teve o Magalhães, nem conseguira ler o documento, iria colocá-las com o pedido de desculpa se elas, como referira, já lá estivessem colocadas. -----

----- Em primeiro lugar, disse que gostava de saber se ao nível do estacionamento no Chiado estavam previstos lugares para os residentes, e, por outro lado, gostava de saber também quais as diligências que a Câmara tem realizado junto do Metropolitano de Lisboa, no sentido de resolver o já célebre problema do elevador do Metro na estação da Baixa-Chiado, uma questão que existia desde a criação dessa estação e que até hoje ainda não foi resolvida. Falava-se no projecto da Baixa-Chiado e uma das questões, a nível da mobilidade, a par do eléctrico para o Largo do Carmo era exactamente a saída do elevador para a Rua Ivens, questões que ali gostavam de ver afloradas por parte da Câmara. -----

----- Por outro lado, também gostavam de saber qual era a opinião da Câmara relativamente à Agência Baixa-Chiado, que foi criada há bastantes anos, ainda no mandato do Presidente João Soares, depois foi reactivada no tempo do Presidente Santana Lopes, e nos últimos anos tentaram voltar a reactivá-la mas todas as tentativas feitas nesse sentido falharam. -----

----- E uma vez que ia ser nomeado um novo director, concretamente o Director das Actividades Económicas da Câmara que iria passar a dirigir a Agência Baixa-Chiado, gostavam de saber qual o estado do processo, e se a Câmara efectivamente queria ou não contribuir para a recuperação dessa associação uma vez que não era a única entidade que a dirigia. -----

----- Mas desejavam também saber se a Câmara estava disponível para contribuir para uma maior aproximação com as freguesias, e se estava disponível para que as freguesias passassem a fazer parte dos corpos dirigentes da Agência Baixa-Chiado porque, no caso de haver transferência de competências para a Agência, para as Juntas de Freguesia era fundamental estar junto desse órgão visto que era muito complicado estar a negociar com uma entidade de cujos corpos dirigentes faziam parte entidades privadas. Portanto, gostavam de saber qual era o papel que a Câmara queria atribuir às Juntas de Freguesia, no âmbito da Agência Baixa-Chiado. -----

----- Por fim, disse que outra questão também fundamental para a zona do Chiado era a recuperação do Convento de São Francisco, onde estavam sedeados o Comando Metropolitano da Polícia, o Governo Civil, a Faculdade de Belas Artes e o Museu do Chiado. Essa era uma das questões abrangidas pelo anterior projecto da Baixa-Chiado, a nível da Praça do Comércio e conjuntamente com a recuperação da frente ribeirinha fazia parte a recuperação do Convento de São Francisco, e por isso era importante saberem as diligências da Câmara para poderem verificar se efectivamente o Comando Metropolitano da Polícia e o Governo Civil iriam abandonar o edifício, e se

ele iria, finalmente, ser repartido entre a Faculdade de Belas Artes e o Museu do Chiado. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que em política havia memória e seria importante analisar o passado recente da Cidade de Lisboa. Há sensivelmente dois anos, ele próprio fizera, nesta mesma tribuna, uma intervenção, também no âmbito do debate específico sobre o Estado da Cidade, e a temática que abordara foi o parque escolar da Cidade de Lisboa. -----

----- Declarara, na altura, que havia um divórcio entre o Executivo do PSD e a gestão do parque escolar público, que imperava a inércia e a apatia por parte dos responsáveis do PSD, responsáveis esses que optavam por, sistematicamente, ano atrás de ano do mandato, fechar os olhos à grave situação de degradação do parque escolar, ali denunciada pelo PS e também pelo PCP, esquecendo-se que Lisboa sem escola era uma Lisboa sem futuro. -----

----- Optavam, na altura, por varrer para debaixo do tapete e esconder o estado do parque escolar do concelho, um dos mais degradados, senão mesmo o mais degradado do País. Nunca deram resposta a nada nem a ninguém! De facto, era muito triste saber e nada fazer, especialmente quando se tinha competências executivas. -----

----- Contudo, a rotura com esse passado felizmente ocorrera com as eleições intercalares, de que saíra o novo Executivo encabeçado pelo Dr. António Costa, que passara a defender, fervorosamente, a modernização do parque escolar da capital e tornara essa uma prioridade governativa. Uma questão de vital importância que sempre foi uma bandeira do PS, em Lisboa, uma temática que o PS nunca deixara esquecer, nunca deixara cair na Assembleia Municipal. -----

----- O primeiro passo ficara dado, e as primeiras pedras lançadas. Uma clara evolução e consequente rotura com um passado recente de desinvestimento público no parque escolar da cidade. Não se podiam esquecer que Lisboa era cada dia e cada vez mais uma cidade envelhecida, tornava-se essencial pôr em prática políticas de atracção e captação de novos habitantes, política essa que passava por um parque escolar público com qualidade, capaz de fixar jovens na cidade e, mais do que jovens, jovens famílias. -----

----- Esse, disse, era o caminho que finalmente estava a ser percorrido para que Lisboa pudesse readquirir a dignidade perdida. Um caminho de futuro, e não se esquecessem que o futuro da cidade começava na escola. -----

----- Referiu que os responsáveis autárquicos do PS tiveram a coragem de assumir essa matéria como fundamental e como prioritária, e era precisamente esse o exemplo que muito mudara, e iria mudar, na gestão da educação em Lisboa, em que a palavra de ordem na Câmara Municipal passara a ser de reabilitação e modernização para o parque escolar, e não de apatia e de silêncio. -----

----- Era por isso que hoje tinham um Conselho Municipal de Educação a funcionar e a aconselhar a Autarquia, era por isso que hoje tinham, finalmente, a Carta Educativa da cidade aprovada e homologada, um importante documento estratégico muitas vezes debatido na Assembleia, muito reclamado pelas várias forças políticas, mas que Lisboa não tinha e que em nada dignificava a cidade uma vez que a maioria

esmagadora das cidades portuguesas já tinham a Carta Educativa elaborada e implementada. -----

----- Continuando, disse que sabiam que este era um caminho sinuoso e que nem tudo corria como inicialmente planeado. Era uma área de governação autárquica há muito abandonada e há muito esquecida. -----

----- Contudo, apesar das dificuldades, o PS não iria desistir dessa sua aposta tão necessária para uma cidade capital que se queria moderna e se queria progressista. O programa “Escola Nova” seria uma realidade, pois Lisboa precisava de um parque escolar moderno que servisse não só a população residente mas também acolhesse condignamente crianças e jovens residentes nos concelhos limítrofes. -----

----- Terminou dizendo que hoje, sensivelmente dois anos volvidos sobre a sua intervenção, assumia ali, perante a Assembleia, que se sentia honrado e satisfeito com a dedicação, trabalho e empenho que o actual Executivo dedicara à educação e ao parque escolar da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, no uso da palavra, disse que falar sobre o trânsito na Cidade de Lisboa, e particularmente no estacionamento, merecera há muito a concordância de todos e a necessidade da sua resolução. -----

----- Projectos, estudos prévios, estacionamento em silos, tudo tinham sido promessas dos Executivos camarários, mas quando iam analisar o que foi concretizado viam que praticamente nada foi feito. Aliás, na zona histórica de Alfama, São Vicente, Graça, etc. não foi feito mesmo nada, e quando se perguntava o que estava planeado, chegava a nova desculpa de que não havia verbas. Nem para os levantamentos e projectos de estudos prévios? -----

----- Tentaram tapar o sol com uma peneira com medidas de restrição ao trânsito na zona de Alfama, mas esqueceram-se que essas medidas só seriam eficazes com a construção de parques subterrâneos e silos. -----

----- Disse que a Câmara não conseguia negociar com o Patriarcado de Lisboa, a continuação de cedência do estacionamento no seu espaço, onde trinta famílias estacionavam ali as suas viaturas. Era claro que o protocolo acordado com o Patriarcado previa tempo de cedência para se construir um parque de estacionamento, que chegara a ter um primeiro levantamento, na área da Feira da Ladra. Mas nada feito! -----

----- Agora estava em causa o estacionamento junto a Santa Apolónia, do lado do rio. Onde era que isto iria parar? -----

----- Quais as propostas concretas do Município para o caótico estacionamento em Lisboa? -----

----- As freguesias, como sempre, estavam prontas para continuarem a apresentar propostas, possíveis espaços, para que os moradores de Lisboa sentissem que a Câmara começava a olhar para este grave problema, que afectava quem vivia em Lisboa, que até votavam nas pessoas que tinham responsabilidades para tratar e resolver estes e outros problemas dos lisboetas. -----

----- Disse, ainda, que há cerca de um ano todos os Presidentes de Junta tiveram uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, onde cada um entregara uma espécie de

caderno de encargos sobre as grandes preocupações das freguesias, mas até agora o Sr. Presidente da Câmara nada respondera, pelo que a questão que deixava era para quando a resposta a muitas das coisas que os inquietavam a todos, enquanto Presidentes de Junta. -----

----- Não eram grandes coisas, eram pequenos projectos porque a população de Lisboa vivia, em primeiro lugar, dos pequenos projectos, e só depois estariam em condições de olhar para os grandes. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que havia questões que hoje, estando-se a debater o Estado da Cidade, ainda não foram abordadas, e iria abordar algumas delas. -----

----- Começando pela saúde, perguntou aos Presidentes de Junta que tinham centros de saúde nas suas áreas geográficas, ao público que estava presente que ia para as filas nos centros de saúde, e à comunicação social, que raramente abordava esta questão, se entendiam que estava tudo bem? Dos últimos treze anos dez foram do PS, pelo que não valia a pena ir ali dizer que era o PSD o culpado disso. -----

----- Disse que o centro de saúde do Lumiar tinha 92.600 utentes inscritos, e desses 18 mil não tinham médico de família. Desde que o Sr. Presidente, n.º 2 do PS, estava na Câmara já aumentara o número de utentes sem médico de família em cerca de quatro mil. Esse centro de saúde servia as freguesias do Lumiar, Charneca e Ameixoeira, portanto tinha uma área muito extensa e era preciso não pensarem que isso era com o Governo e que não tinha a ver com a Autarquia. -----

----- Diariamente a população procurava os autarcas das freguesias porque chegavam ao centro de saúde e tinham dificuldades em ser atendidos, particularmente aqueles que não tinham médico de família. -----

----- E porque há dias foi aprovada, por unanimidade, uma recomendação na Assembleia, ele, que andava nestas andanças políticas desde 2001 mas já viu muitas coisas, perguntava afinal qual era o destino das recomendações que eram aprovadas, por unanimidade, na Assembleia Municipal. Se na sua Assembleia de Freguesia não cumprisse uma recomendação aprovada, por unanimidade, como é que era? Na sua freguesia as recomendações da Assembleia eram para ter em consideração, mas no caso da Assembleia Municipal as recomendações eram aprovadas e nunca ninguém dizia nada. -----

----- Sobre a segurança, uma outra questão que, segundo referira, também não poderia deixar de abordar, disse que a segurança era um bem essencial e fundamental para a liberdade de todos os cidadãos de Lisboa, a segurança era qualquer coisa que não deveria ser tratada em termos demagógicos. -----

----- Também foi aprovada uma recomendação pela Assembleia Municipal para que o Sr. Presidente da Câmara não cedesse as instalações que o PSD providenciara para serem construídas no Alto do Lumiar, mas essas instalações, que eram para uma Divisão da PSP de competência genérica, foram entregues à Divisão de Trânsito da PSP, contra a opinião da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia do Lumiar, Charneca e Ameixoeira que tiveram posições idênticas àquelas que foram

aprovadas pela Assembleia Municipal. Porquê não respeitar a vontade das populações, traduzidas através do voto pelos seus representantes locais? -----

----- Estava lá uma esquadra da PSP, com 30 elementos. Sabia que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, para ser um pouco agradável ao Sr. Presidente da Câmara, pusera lá 33 e dissera que a Divisão de Trânsito era muito importante porque também era um poder dissuasor que andava por ali a fiscalizar e que também tinha importância para o comércio local porque eram 600 elementos que se alimentavam ali. Pessoalmente não acreditava nisso, e muito menos acreditava que os elementos da Divisão de Trânsito que saíam dali para a marginal, para Belém ou para qualquer outro local da cidade, estivessem a espreitar pelo espelho retrovisor das motas o que era que se passava na Charneca ou na Ameixoeira. -----

----- Em matéria de educação, disse que não se deviam esquecer que nos últimos anos aparecera na zona norte de Lisboa um ATL junto da Escola n.º 31, a Escola do Alto da Faia, a Escola Lindley Cintra, a Escola n.º 34, e foram pintadas outras escolas. Agora competia à actual Câmara continuar esse trabalho, e se o fizesse bem podia ter a certeza que ele próprio ali daria os parabéns à Sra. Vereadora. -----

----- Mas não podia fazê-lo perante esse “livrinho” muito bonito que ali estava, porque a escola em piores condições, quer exteriores, quer interiores, que era a Escola n.º 91, não constava do programa e informaram-no da Câmara que só lá para 2011. Aliás, se fosse da Câmara não viria ali dizer nada que fosse para lá das eleições, porque nem sabia se lá estaria. -----

----- Sobre o estacionamento, disse que havia um parque de estacionamento sobre a Estação do Metro do Lumiar, que estava terminado há cerca de um ano mas ninguém dava destino ao parque. Era a Câmara Municipal e o Metropolitano que tinham a responsabilidade, pelo que a pergunta que colocava era qual a razão por que fizeram um parque com lugares para 230 viaturas, num local onde fazia muita falta, se depois não o abriam. Era óbvio que se andaram ali a gastar dinheiro deveriam pôr o parque ao serviço da população. -----

----- Aliás, sobre essa matéria também ali foi aprovada uma recomendação, por unanimidade! Seria que ela não tinha interesse e ia também para o lixo? -----

----- Ainda em matéria de estacionamento, disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara tivesse em atenção aquilo que passava a referir. Puseram agora uma série de maços de pedra ou de betão, junto à parede das instalações do Metropolitano e do Colégio de Santa Doroteia, portanto ali na zona do viaduto da segunda circular, e vedaram aquilo ao trânsito para quê? Para chatear a população? Seria que não gostavam que a população ali estacionasse? É que aquilo não perturbava ninguém, quem vinha de norte deixava ali a viatura e ia apanhar o Metro. Esse local deveria ser convenientemente preparado para estacionamento porque não prejudicava absolutamente nada a Segunda Circular. O que prejudicava a Segunda Circular eram todas aquelas lâmpadas que estavam fundidas, se hoje lá passassem veriam que entre o aeroporto e Telheiras estava tudo fundido. Porquê? -----

----- Por fim, disse que também ali foi aprovada uma recomendação, por unanimidade, que gostaria que fosse ponderada e cumprida pela Câmara, que tinha a ver com as

verbas para o protocolo de 2009 serem comunicadas às Juntas até ao final de Outubro, porque as Juntas só podiam fazer, com eficiência, os seus planos de actividades para 2009 se soubessem as verbas de que dispunham, e as Assembleias de Freguesia, em Dezembro, deveriam ter toda a liberdade para aprovarem as opções do plano e o orçamento já com as verbas do protocolo. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, disse que em boa hora produziram o documento que tanto incómodo causara, em particular ao PPD/PSD. É que, efectivamente, os Deputados Municipais do PPD/PSD revelavam uma estranhíssima ignorância sobre o que acontecia na cidade, sobre o estado em que estava a cidade e sobre o que tinha vindo a ser feito. ----

----- E, por isso, em vez dessa cassete que repetiam, aliás em coro com o PCP, sob o discurso virtual, era bom que vissem não o que se projectava fazer mas sim o que já estava feito relativamente a cada uma das medidas do programa, porque verificariam que, medida a medida, era muito mais o que já estava cumprido do que aquilo que faltava cumprir, e era isso que esse documento demonstrava e permitia controlar e verificar se estavam ou não a cumprir aquilo com que se comprometeram perante os lisboetas. E, gostassem ou não, a conclusão era simples: estavam a cumprir aquilo com que se comprometeram. -----

----- Dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Modesto Navarro, que falara em trabalhos virtuais nas escolas, obras virtuais nas escolas, disse que eram bem conhecidas as responsabilidades do PCP no estado das escolas na Cidade de Lisboa, e só isso recomendava muita humildade ao PCP para comentar o trabalho que este Executivo estava a desenvolver nas escolas, em Lisboa. -----

----- Disse que o trabalho no programa “Escola Nova” não eram só as sete escolas que iam construir ou que já estavam a construir, não eram só as 80 reconstruções que estavam a fazer e que iriam fazer, era também aquilo que era já trabalho concreto que estava realizado, que o Deputado Municipal Modesto Navarro tinha todo o dever de conhecer: -----

----- EB1 de Santo António e jardim-de-infância n.º 2 do Campo Grande, reformulação da cozinha e do refeitório e requalificação dos espaços exteriores, estava concluída; EB1 Mestre Arnaldo Louro de Almeida e jardim-de-infância Nossa Senhora de Fátima, reformulação da cozinha e do refeitório, estava concluída; EB1 Parque Silva Porto e jardim-de-infância n.º 2 de Benfica, reformulação da cozinha e do refeitório, estava concluída; EB1 do Bairro de São Miguel, reformulação da cozinha e do refeitório, estava concluída; EB1 e jardim-de-infância Luísa Neto Jorge, reformulação dos espaços exteriores, estava concluída; EB1 n.º 159 e jardim-de-infância de Santa Maria dos Olivais, conclusão dos arranjos dos espaços exteriores, estava concluída; EB1 Infante D. Henrique e jardim-de-infância n.º 2 de Santa Maria dos Olivais, conclusão do arranjo dos espaços exteriores, estava concluída; EB1 Mestre Querubim Lapa, reformulação da cozinha e do refeitório em parceria com a Junta de Freguesia de Campolide, estava concluída; EB1 Patrício Prazeres, requalificação das salas de aula para o 1º ciclo em parceria com a Junta de Freguesia de São João, estava concluída; EB1 Pintor Almada Negreiros, requalificação do

edifício com o aumento da capacidade das salas do 1º ciclo e jardim-de-infância em parceria com o Ministério da Educação, estava concluída; EB1 de São João de Brito, substituição da cobertura principal, estava concluída; EB1 de Santa Maria dos Olivais, substituição da rede de esgotos, estava concluída; EB1 de Telheiras, substituição dos ramais de abastecimento de águas, estava concluída. -----

----- E assim sucessivamente, em diversas intervenções que realizaram nas escolas e que estavam concluídas. Portanto, não era obra virtual, era obra concreta, era obra realizada para benefício das escolas e das crianças que as frequentavam. -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Saldanha Serra sabia que tinha particular estima por ele, além do mais por uma razão puramente pessoal que o Deputado Municipal Saldanha Serra conhecia bem. Quando deixara a Assembleia Municipal, em 1993, ao fim de 11 anos de serviço, já o Deputado Municipal Saldanha Serra ali estava, e quando 14 anos depois regressara à Assembleia Municipal foi naturalmente bem agradável reencontrar uma cara conhecida a liderar a bancada do PSD. Tinha, por isso, muita estima por ele. -----

----- No entanto, tem verificado que, talvez por cansaço de tantos anos de mandato, o Deputado Municipal Saldanha Serra se vinha revelando mais distraído e menos atento à realidade dos factos. -----

----- Efectivamente, o Deputado Municipal Saldanha Serra já outro dia falara sobre os abandonos de efectivos da Polícia Municipal, mas números era números e factos eram factos. No dia em que tomara posse estavam ao serviço na Polícia Municipal 364 efectivos, hoje estavam 496 efectivos. Portanto, hoje tinham a Polícia Municipal com mais efectivos que quando tomara posse, ou seja, antes estava pior e agora estava melhor. E este simples exemplo concreto que escolhera, porque era muito clarinho para se perceber, infelizmente reproduzia-se na generalidade das críticas que o Deputado Municipal Saldanha Serra dirigia ao Executivo. -----

----- Mas dava outro exemplo. O Deputado Municipal Saldanha Serra falara ali muito do apoio do Governo relativamente ao Executivo municipal, quando aquilo com que se deveria preocupar era com a incúria, com a incompetência e a irresponsabilidade das Vereações do PPD/PSD. -----

----- Já ali lhe explicara uma vez a razão pela qual os elementos da Polícia Municipal entraram ao serviço no dia 1 de Outubro tendo ele tomado posse no dia 1 de Agosto, mas repetia. Foi porque entre o dia 1 de Agosto e o dia 1 de Outubro ele foi capaz de fazer o que o PPD/PSD não foi capaz enquanto estivera na Câmara, que foi pagar à PSP o custo da formação desses elementos para que a PSP os libertasse e passassem para o serviço da Polícia Municipal. Portanto, depois de anos em que estiveram à espera, foi preciso ele chegar à Câmara para resolver esse problema. O Governo não fizera favor nenhum, a Câmara Municipal é que passara a cumprir com as suas obrigações, coisa que não tinha feito até então. Por isso, o Deputado Municipal Saldanha Serra não se podia queixar de favor do Governo, só se podia queixar da incúria da Câmara do PPD/PSD. -----

----- Por outro lado, o Deputado Municipal Saldanha Serra queixara-se também do Casino dizendo que agora receberam o dinheiro do Casino, quando o que se teria de

queixar, não era do facto da cidade, finalmente, começar a beneficiar do Casino, que até agora só beneficiara quem lá jogara e ganhara e quem o explorava que tinha tido grandes lucros à sua custa, mas sim, mais uma vez, da incúria e incompetência do PPD/PSD que foi muito célere a instalar o Casino, muito célere a entregar o edifício do Casino, mas foi muito pouco célere a elaborar um projecto que fosse candidatável às verbas do Casino. -----

----- Mas por que foi que o PPD/PSD não elaborara um único projecto que fosse para candidatar às verbas do Casino? Da dotação inicial, havia algum projecto que fizeram para o Capitólio? Zero! Algum projecto que fizeram para outro equipamento cultural no Parque Mayer? Zero! Algum projecto para o Pavilhão Carlos Lopes? Zero! Algum projecto de animação? Zero! Algum projecto para obras de interesse turístico? Zero! Portanto, o trabalho do PPD/PSD, nessa matéria, foi zero em benefício da cidade, e os únicos beneficiários dessa acção foi quem jogara e ganhara e o dono do Casino que era quem tinha os lucros. -----

----- A diferença era que a actual Câmara estava ali não para tratar dos jogadores, não para tratar do dono do Casino, mas para tratar da cidade, para resolver os problemas em benefício da cidade. A preocupação da Câmara não foi encontrar um sítio para o Casino, não foi encontrar uma forma para rapidamente começar a dar dinheiro a ganhar no Casino, mas foi elaborar os projectos que não existiam, apresentá-los e negociar, para, finalmente, obter a aprovação. -----

----- E se o Deputado Municipal Saldanha Serra achara a que Câmara foi célere, no seu entender isso demorara foi muito tempo, porque andaram meses a negociar com a Secretaria de Estado, com o Instituto do Turismo, projecto para a frente, projecto para trás, reformula projecto, faz projecto, mas finalmente conseguiram. E conseguiram porque se concentraram em fazer o que lhes competia fazer: elaborar os projectos, bons projectos para bem da cidade. Portanto, o Deputado Municipal Saldanha Serra não tinha que se queixar de favores do Instituto de Turismo, não tinha que se queixar de favores do Governo, não tinha que se queixar sequer da capacidade da Câmara, porque não fizeram mais que aquilo que deviam fazer. Só se teria a queixar, mais uma vez, da incúria e da incompetência das Vereações do PPD/PSD. -----

----- E o Deputado Municipal Saldanha Serra também estava muito distraído quando referira que o Presidente da Câmara nem falara do turismo, que era tão importante. Não ouvira, por isso repetia com um pedido de desculpas a todos os outros que ouviram à primeira. -----

----- Definiram como prioritário o licenciamento de projectos na área do turismo, e como referira há pouco e agora repetia, desde que tomaram posse já foram emitidas licenças de construção para onze novos estabelecimentos hoteleiros, aprovados projectos de arquitectura para mais seis, e já foram aprovadas pipes para três estabelecimentos hoteleiros, num total de 3.990 camas. Portanto, mais 3.990 camas para Lisboa, para poderem ter mais turistas e produzirem mais riqueza para a cidade. -

----- E nessa mesma linha, como o Deputado Municipal Saldanha Serra bem sabia, fizeram um trabalho muito aprofundado entre os edifícios municipais que estavam devolutos ou que estavam com usos pouco adequados e precisavam de requalificação,

para colocarem no mercado um conjunto de seis imóveis para a instalação de seis novos hotéis de charme que melhorassem e qualificassem a oferta turística da Cidade de Lisboa. -----

----- Essa, disse, tem sido uma prioridade da Câmara e, como bem sabiam, não era por culpa da Câmara que não avançaram há mais tempo nesse projecto de colocação no mercado desses seis imóveis. -----

----- Mas o Deputado Municipal Saldanha Serra desenvolvera ali longamente o tema da responsabilidade e da irresponsabilidade, que era um tema que pessoalmente gostava, e aí a separação também era muito simples. Quer o Deputado Municipal Saldanha Serra quisesse ou não quisesse, era assim: de um lado estava a responsabilidade do outro lado estava a irresponsabilidade. -----

----- Irresponsabilidade, desde logo na forma como a Câmara Municipal de Lisboa foi gerida, tendo criado a situação financeira a que chegaram. A vergonha de o Município de Lisboa ter sido um dos municípios que entrara para a lista dos mais endividados do País, conseguira mesmo bater o Município de Gaia, como o Município mais endividado do País, que foi multado por ter violação dos limites de endividamento, com uma dívida de curto prazo a fornecedores – o Deputado Municipal Saldanha Serra gostava tanto de falar da terrível herança do Dr. João Soares, quando o Dr. João Soares fechara o mandato com 70 milhões de euros de dívida de curto prazo a fornecedores – que conseguiram levar até 360 milhões de euros, com a cidade totalmente paralisada, com empresas que faliram pela incúria, a incompetência e a irresponsabilidade da gestão do PPD/PSD. -----

----- Outro exemplo, era que a sindicância que o Prof. Carmona Rodrigues encomendara veio revelar a incúria e a incompetência com que o PPD/PSD gerira o urbanismo na Cidade de Lisboa, porque os regulamentos em relação aos quais o Deputado Municipal Saldanha Serra agora dizia que a Câmara estava atrasada, era preciso uma grande lata para dizer isso quando era sabido que eles, ao fim de um ano e três meses de gestão, já estavam na Assembleia Municipal à espera que a maioria do PSD os viabilizasse, e durante seis anos que estiveram na Câmara não os fizeram. -----

----- A um aparte, respondeu: “Não estão agendados porque vocês não deixaram, sabe bem que não deixou agendar! Olhe que nós estamos há um ano e três meses e vocês estiveram seis anos, todos estes regulamentos eram necessários e não fizeram um único destes regulamentos.” -----

----- Por outro lado, irresponsabilidade também era essa invenção das mega-empreitadas em Alfama e na Mouraria. Saberria o Deputado Municipal Saldanha Serra como era que isso foi feito? Saberria que sem haver projectos para qualquer intervenção relativamente a qualquer dos edifícios, a Câmara tomara posse administrativa deles, tirara as pessoas que lá moravam e foi realojá-las, pagando, nalguns casos, mais de 200 contos por mês de renda? E depois não foi capaz de fazer as obras! -----

----- E sabia por que não foi capaz de fazer a obra? Porque fizera isso tudo para o folclore, fizera isso tudo com a incompetência de fazer em cima do joelho porque não tinha um único projecto para um único edifício. Não tinha sequer um projecto para

fazer obra nenhuma, portanto quando os empreiteiros entraram na obra, só no levantamento da situação esgotaram a totalidade da verba, e como levaram a Câmara à ruína deixaram de ter dinheiro para pagar aos empreiteiros. -----

----- A um aparte, respondeu: “Não diga que não Sr. Deputado. O Sr. Deputado sabe bem, pergunte aos seus autarcas que são da Mouraria, pergunte aos seus autarcas que são de Alfama em que estado estão essas empreitadas. Tudo paralisado, e as que estão agora a andar estão a andar graças ao saneamento financeiro que nós fizemos, aos acordos de pagamento que fizemos com os empreiteiros e ao pagamento que estamos a fazer aos empreiteiros para desbloquear as verbas.” -----

----- Portanto, foram anos de incompetência, de incúria e de irresponsabilidade. -----

----- Outro exemplo era o Bairro da Liberdade. Sabiam o que foi feito pelo PSD no Bairro da Liberdade, de desalojamento das pessoas, de pagamento de indemnizações por lucros cessantes a comerciantes que tinham a porta aberta, de não pagamento de indemnizações a comerciantes a quem obrigaram a fechar a porta, de demolições que ficaram a meio que estavam agora a acabar, inclusive a demolição de um prédio que estava construído que serviria para realojar as pessoas? Para o então Presidente da Câmara fazer o extraordinário miradouro do Vale de Alcântara, o prédio foi demolido, as pessoas não foram realojadas, custava uma fortuna à Câmara isso tudo e estava o bairro no estado em que estava sem que nenhuma obra de fundo tivesse sido feita. ----

----- Quería que continuasse com o rol da incúria, da irresponsabilidade e da incompetência desses anos de gestão do PPD/PSD? -----

----- Sobre a questão da Cofina e a questão do Largo do Rato, disse que todos tinham o direito de mudar de opinião, isso era legítimo. O que não era legítimo era que, mudando uns de opinião se pretendesse fazer crer aos outros que a nossa antiga opinião era a do nosso adversário e que nós já pensávamos antes o que pensamos agora. -----

----- E isso não era legítimo porquê? Porque quem aprovara o projecto de arquitectura do Largo do Rato não foi esta Câmara mas sim a ex-Vereadora Eduarda Napoleão, sob a presidência do Dr. Santana Lopes. O Deputado Municipal Saldanha Serra tinha todo o direito de discordar, o que não tinha direito era de lhe assacar responsabilidades a si ou ao Vereador Manuel Salgado pela aprovação de um projecto que eles não aprovaram. Portanto, o projecto estava aprovado quando tomaram posse, e estava aprovado por uma Vereadora do PSD, sob a presidência da Câmara do PPD/PSD. -----

----- Quanto ao prédio da Cofina, disse que o problema não era a operação de loteamento aprovada pelo Eng.º Nuno Abecasis como o Deputado Municipal Victor Gonçalves bem sabia. Mas o Deputado Municipal Victor Gonçalves tinha obrigação de saber que, em 2003, com a mesma Vereadora e com o mesmo Presidente da Câmara, foi aprovada uma alteração ao loteamento permitindo a edificabilidade que agora lá estava e que tanto o chocava. Como também deveria saber que, em 6 de Maio de 2004, a mesma Vereadora do PPD/PSD também aprovara o projecto de arquitectura, que agora estava lá a ser executado, e que tanto o chocava. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Victor Gonçalves tinha todo o direito de se sentir chocado, tinha todo o direito de achar que foi um erro. Agora, tinha era de assumir, com toda a humildade, que o erro foi da Câmara do PPD/PSD e não da Câmara actual. Portanto, não foi esta Câmara que errara, quem errara foi o PPD/PSD que teria de assumir responsabilidades por isso. -----

----- Continuando, pediu que o Deputado Municipal Saldanha Serra lhe permitisse uma graça, que não ofenderia certamente o Sr. Arqtº Manuel Salgado. O Deputado Municipal Saldanha Serra também não gostava do projecto que o Arqtº Manuel Salgado fizera para a frente ribeirinha e estava no seu direito. Felizmente o Arqtº Manuel Salgado tinha os seus créditos de arquitectura consagrados, independentemente da sua própria opinião ou da opinião do Deputado Municipal Saldanha Serra. -----

----- Pessoalmente a qualidade arquitectónica do Arqtº Manuel Salgado nem a discutia. Contudo, tinha que dizer que o Arqtº Manuel Salgado foi o autor do projecto, mas quem o aprovara não foi a APL, quem aprovara foi também a Câmara Municipal de Lisboa, e quem o aprovara não foi o Vereador Manuel Salgado, quem o aprovara foi a Câmara do PPD/PSD. -----

----- Portanto, as qualidades do Arqtº Manuel Salgado não as discutia. Agora, respondia pelas qualidades dele enquanto Vereador. E até lhe dizia mais, se não gostava do trabalho de arquitectura dele só o deveria querer manter como Vereador, porque enquanto estivesse como Vereador não fazia projectos de arquitectura, pelo que, pelo menos durante seis anos, o Deputado Municipal Saldanha Serra estaria tranquilo porque ele não faria projectos de arquitectura, portanto nada de mal teria a dizer dos projectos de arquitectura do Arqtº Manuel Salgado. Mas teria que reconhecer que não foi este Presidente da Câmara nem este Vereador a aprovarem aquela obra. -----

----- Disse, depois, que assumia a presidência da Câmara Municipal de Lisboa na continuidade de uma história que já remontava a 1147, e todos tinham o dever de saber que o mundo não começava quando cada um nascia, nem o Município de Lisboa começara quando ele tomara posse na Câmara, e tem tido sempre um extremo cuidado na abordagem da temática do passado. -----

----- E o Deputado Municipal Saldanha Serra fazer-lhe-ia a justiça de reconhecer nunca não ter andado a fazer campanha em torno do que acontecera no passado, quem é que era constituído arguido e campanhas desse género. Não fazia e nunca fizera porque entendia que a política devia estar muito claramente separada desses outros domínios, designadamente os domínios da justiça. -----

----- Agora, sabia que havia pessoas que não conseguiam sair do lamaçal e que gostavam de levar os outros para o lamaçal, e as últimas semanas têm sido um bom exemplo dessa matéria. -----

----- Por isso, o Deputado Municipal Saldanha Serra de tudo o que disse só houve uma única coisa que o incomodara, que foi o que referira a propósito das casas. -----

----- Sobre as casas só dizia uma coisa: quando chegaram à Câmara definiram regras e aplicaram-nas. Muito simples! Era pena que não soubesse! -----

----- A um aparte, respondeu: “Eu tenho que lhe comunicar alguma coisa? Aprenda a ver como é que se faz.” -----

----- E as regras eram muito claras. As casas do património disperso passaram a ser afectas, predominantemente, à política social de habitação, deixaram de ser atribuídas, discricionariamente, pelo Presidente, pela Vereadora ou por qualquer Vereador. Eram atribuídas pelos serviços de acordo com as regras que há muito estavam definidas para atribuição de habitação social. E se fosse ver a lista total das casas atribuídas neste mandato, veria que assim foram atribuídas essas casas. A única excepção, eram as 23 casas que, no Vale Formoso, resolveram afectar à política de atracção de jovens para a cidade, e que seriam atribuídas também, não discricionariamente, mas por concurso com o regulamento aprovado em Câmara, e que estava precisamente neste momento a decorrer. -----

----- Disse que teve a delicadeza de referir, quanto ao passado, simplesmente uma coisa: que respondia por aquilo que a Câmara fazia no actual mandato, não julgava os seus antecessores, e como toda a gente sabia estava aberto um inquérito crime à atribuição de casas e, se alguma ilegalidade foi cometida, com certeza as autoridades actuariam. Se não houve nenhum crime praticado, excelente, e as autoridades também o registariam. -----

----- Agora, independentemente da actuação das autoridades, não seria dever da Câmara verificar a bondade, a consistência e a actuação de todas as casas que foram atribuídas? Era! E era isso que os serviços tinham vindo a fazer ao longo destes tempos e não nas últimas semanas. -----

----- E como também já tivera oportunidade de dizer publicamente, já houve 18 casos em que os serviços ordenaram a devolução das casas, e as casas foram devolvidas. E sempre que encontrassem situações em que não se justificasse a manutenção da atribuição da casa ou que ela estivesse em contradição com as regras, assim ordenariam. Era isso que tinham vindo a fazer e assim continuariam a fazer. -----

----- Mas havia uma coisa que o Deputado Municipal Saldanha Serra poderia estar ciente, é que ninguém do PPD/PSD lhes daria lições de moral sobre essa matéria. Nem nas casas nem em mais nada! E lembrava-lhe mais uma coisa: com esta Câmara as despesas correntes diminuíram 15%, os assessores diminuíram 60%, a frota de viaturas já diminuíra 40% e o número de avençados diminuíra de 1.225 para 934. Portanto, se quisessem entrar por esse caminho escolhiam muito mau caminho para entrar e não teriam nada a ganhar com esse caminho, porque estava de consciência perfeitamente tranquila para travar os debates que quisessem sobre essa matéria. Mas desde já avançava que o PPD/PSD sobre esta matéria nada tinha a perguntar, só tinha a responder, como, aliás, em todas as outras. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra, num dos momentos mais extraordinários da sua distracção sobre o que acontecia na cidade, falara das trapalhadas urbanísticas da actual Câmara. Bom, era preciso viver noutro mundo, ou então não dera por nada. -----

----- A Câmara definira como prioridade resolver as trapalhadas que o PPD/PSD tinha semeado pela cidade, desbloquear as situações, definir regras e devolver confiança aos investidores para poderem investir. -----

----- Começando pela zona oriental da cidade, referiu que o plano de pormenor da Matinha estava a terminar a sua apreciação na CCDR para poder voltar à Câmara e poder ser aprovado. Ao lado, a Câmara aprovava já o loteamento na zona da Tabaqueira, iniciativa da EDP, que estava confinante. Já deferira o loteamento de Braça de Prata, aqueles bonecos do Renzopiano, que há anos se arrastavam sem que nenhuma solução fosse tomada. Mas foi tomada, estava deferida, a obra podia começar. -----

----- Baixa-Chiado: disse que tendo o Deputado Municipal Saldanha Serra referido que aprovaram o plano da Baixa-Chiado perguntava-lhe se não sabia que congelaram na Assembleia Municipal o projecto da Dra. Maria José Nogueira Pinto, e também que chumbaram na Assembleia Municipal a estratégia que esta Câmara apresentara porque era a repetição do plano da Dra. Maria José Nogueira Pinto. -----

----- Quanto a isso o que esta Câmara fizera foi muito simples. Conseguiram fazer viabilizar as medidas preventivas, conseguiram fazer viabilizar as excepções ao PDM para os quatro projectos estratégicos, e assim que as medidas preventivas estivessem homologadas pelo Governo, tinham já 50 projectos que podiam ser imediatamente licenciados na Baixa, de forma a que a obra se pudesse realizar e a Baixa não se continuasse a arrastar na degradação. -----

----- Boavista: disse que já hoje foi adjudicado ao Arqtº Carrilho da Graça, no concurso que foi aberto, a elaboração do plano de pormenor da Boavista-nascente, de forma a que não ficasse só a Boavista-poente desenquadrada no conjunto daquele contexto. -----

----- Alcântara: a declaração de nulidade do que era ilegal, aprovado pelo PPD/PSD, aprovados novos termos de referência para um novo pleno de pormenor, com um calendário muito bem definido, que estava a ser executado pelo Arqtº Fernandes Sá. --

----- Conjunto da frente ribeirinha: a aprovação, pela primeira vez, de um plano para o conjunto da frente ribeirinha, o Plano Integrado da Frente Ribeirinha. -----

----- Parque Mayer: disse que o Parque Mayer era o caos total! Nada de definição de usos, nada de definição de coisa nenhuma, a não ser uma trapalhada, processos-crime, acções administrativas de nulidade, a confusão! Esta Câmara abriu um concurso de ideias e concluíra o concurso de ideias, lançou concurso para a elaboração de um plano de pormenor e concluíram-no, concluíram o concurso para o projecto de arquitectura do Capitólio. Estava tudo concluído e tudo definido. -----

----- Disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra referira que nunca mais ouvira falar do plano da Av. da Liberdade. Tinha azar, porque iria ouvir muito brevemente. Mas com certeza sabia por que era que estava parado?! Estava parado por incompetência e incúria da Câmara do PPD/PSD, que foi incapaz de adoptar as medidas necessárias para permitir a viabilização do PUALZE. Neste momento estava a ser concluída a sua apreciação na CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e muito brevemente viria para aprovação e implementação. -----

----- Não sabia se o Deputado Municipal Saldanha Serra tinha reparado ou não, mas de acordo com a estratégia que a Câmara definira de estruturação do Arco Ribeirinho e de penetração a partir do Arco Ribeirinho, pela Baixa, em direcção ao norte da cidade, têm vindo a definir plano a plano, passo a passo, as regras que permitiam consolidar, ter uma estratégia e terem caminho para andar com segurança no investimento. Esse era o trabalho que estavam a fazer para que a cidade não estivesse paralisada, enquanto faziam aquilo que era essencial, como muito bem sublinhara o Deputado Municipal Silva Dias, que era concluir o novo PDM neste mandato. -----

----- E a questão que ali gostava de colocar, era saber qual a posição que a maioria do PPD/PSD, na Assembleia Municipal, iria ter em Março quando a Câmara ali apresentasse o PDM. O PPD/PSD ia bloquear a aprovação do PDM, como bloqueara, inclusive, o lançamento dos concursos para manutenção dos jardins por um período superior a dois, entendendo que o PDM era uma coisa muito importante que tinha que ser tratada no próximo mandato? Ou iria viabilizar a aprovação do novo PDM? -----

----- Essa é que era a questão política fundamental a que o PPD/PSD teria que responder, em Março, quando a Câmara ali apresentasse o PDM. -----

----- Continuando a referir-se à intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra, disse-lhe que não se queixasse do Governo mas sim da incúria e incompetência do PPD/PSD, que não aligeirasse as suas responsabilidades porque, efectivamente, a gestão do PPD/PSD só tinha uma palavra que a definia: irresponsabilidade. Irresponsabilidade financeira, urbanística e de obras. Em cada sector que tocaram só revelaram incúria, incompetência e irresponsabilidade. -----

----- Que não se queixasse da falta de planeamento, porque era isso que estavam a fazer: a definir as regras claras para que o investimento privado pudesse ser realizado com segurança, para benefício de todos e não só de alguns. -----

----- Por isso, recomendava-lhe leitura atenta daquilo que a Câmara fizera, para ver se conseguia arranjar uma crítica que melhor aderisse à realidade. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que não era verdade que estivesse retido na Assembleia Municipal, por razões regimentais, qualquer regulamento que não tivesse sido discutido ou que tivesse sido travada a sua discussão. Portanto, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara dissesse qual era o regulamento cuja discussão tivesse sido impedida. Aliás, a Sra. Vereadora Ana Sara Brito estava por dentro dos trabalhos da Conferência de Representantes e sabia que não havia nenhuma proposta da Câmara a que não tivesse sido dado seguimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** perguntou se não estava pendente na Assembleia o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, ao que o **Senhor Presidente em exercício** respondera que não, que vinha todos os dias à Assembleia e tinha o cuidado de seguir todas essas matérias, mas tanto quanto sabia não havia nada senão teria sido agendado, concluindo o **Senhor Presidente da Câmara** que lhe bastava a palavra do Sr. Presidente em exercício, se não estava ia ver o que se passava com esse Regulamento. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer, face ao que se acabava de passar, que quase lhe apetecia

parafrapear alguém e dizer “o distraído sou eu?”, mas, pelos vistos, o Sr. Presidente da Câmara reconheceu ali uma distração, tal como acontecera quando acusara o PSD de obstaculizar a Comissão das Boas Práticas, quando não era verdade porque o PSD viabilizara essa Comissão e até ali apresentara uma iniciativa própria para a criação de uma Comissão nesse sentido. Enfim, eram distrações de momento que tinham que relevar. -----

----- Disse, depois, que viram que o Sr. Presidente da Câmara tentara, denodadamente, fazer centrar este debate sobre o Estado da Cidade no livrinho, que se calhar seria um dia tão conhecido como o “Livrinho Vermelho do Presidente Mao”, era um livrinho sobre o debate do Estado da Cidade, mas que não acrescentara nada de novo ao debate porque não era possível e não era aceitável sequer, o Sr. Presidente da Câmara não pensara nisso, que os Deputados Municipais o fossem ler, digerir e perguntar em conformidade, para além de irem avaliar do verdadeiro cumprimento dessas medidas. Portanto, o que valia era o gráfico de cumprimento e de incumprimento das medidas de urgência por parte da Câmara. -----

----- Mas, parafraseando a palavra do Sr. Presidente da Câmara, era preciso lata para dizer que não usava o passado, quando foi um facto que o Sr. Presidente usara ali meia hora só para falar dos cinco anos e meio de gestão do PSD, acusando-o das maiores barbaridades. Com certeza estava distraído porque não ouvira a intervenção do seu companheiro, Deputado Municipal António Preto, que, de forma lapidar, demonstrara, com casos concretos, aquilo que foram medidas, obra deixada pelo PSD nos seus cinco anos e meio de gestão. Aliás, estavam ali, pediam meças, não tinham nada que lhes complicasse a vida, estavam orgulhosos do trabalho feito pelos autarcas do PSD e estariam ali para fazer esse combate, com o passado atrás mas também com o passado e o presente desta Câmara. -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara teria que responder pelo passado e pelo presente desta equipa, porque o passado do PS na gestão da Câmara Municipal de Lisboa era de treze anos e meio. -----

----- Sobre o Casino, disse que, objectivamente, o Governo bloqueara as verbas do Casino escondendo-se atrás da questão dos projectos, porquanto o diploma dos casinos era muito claro quando já definia em que projectos era aplicada a verba. Portanto, o Governo escondera-se atrás da questão dos projectos para não desbloquear as verbas provenientes do Casino. -----

----- Em relação ao turismo, disse que ouvira o Sr. Presidente da Câmara falar disso, o que não ouvira e criticara – e o Sr. Presidente continuava a passar ao lado desse problema – foi como era que a situação financeira nacional e internacional iria afectar o turismo de massas e, por exemplo, afectar o projecto que a Câmara tinha de pôr à venda seis espaços para hotéis de charme. -----

----- Foi isso que lhe perguntara e o Sr. Presidente não dissera nada! Não pensara nisso? A Câmara estava imune, tal como o País parecia que estava imune, à crise financeira internacional? Isso era o que gostariam de ouvir sobre essa preocupação. ---

----- A situação financeira. O Tribunal de Contas, presidido pelo Prof. Oliveira Martins, uma entidade completamente isenta e autónoma, a situação financeira do

Município estava a deslocar-se e estava a agravar-se com o PS e o PCP, desde as presidências do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. João Soares, e o Sr. Presidente vinha dizer que o PSD em cinco anos e meio é que deixara a Câmara assim? Vinha dizer que a dívida que o Dr. João Soares deixara era três ou quatro vezes menos que aquela que efectivamente era a verdadeira! -----

----- Lembrou que já ali debateram isso seriamente, muitas vezes de forma muito elaborada e muito profunda, e julgava que o Sr. Presidente já tivesse entendido onde estavam as responsabilidades do PS e onde estavam seguramente as do PSD. -----

----- Referindo-se à sindicância, disse que o Sr. Presidente teve a papinha toda feita, como já referira, pela Procuradora sindicante, pelo que não estava a fazer mais que aquilo que ela propusera no relatório de sindicância. E estava a fazer atrasado porque os regulamentos ainda não estavam na Assembleia, ainda não existiam. -----

----- Sobre a Cofina e o Largo do Rato, disse que não desejava de falar ali do que gostava ou não gostava, até porque isso era perfeitamente irrelevante, mas o Sr. Presidente podia ver que ele não assinara a petição sobre o Largo do Rato. O que ali contestava era a indefinição e a trapalhada da gestão desses dois processos pela Câmara, que umas vezes embargavam, outras vezes não embargavam, umas vezes iam para a reunião descentralizada nas freguesias e diziam aquilo que os moradores queriam ouvir, e depois aos jornais e diziam o contrário. Não se entendiam! Por isso, não sabiam qual era a posição da Câmara sobre esses problemas. E aí é que estava a trapalhada, não estava no seu gosto, porque o seu gosto era irrelevante para isso. -----

----- Como, aliás, o seu gosto era também irrelevante para o hotel. O que ali dizia era que um arquitecto, que agora tinha responsabilidades na Vereação, na área de aprovação de intervenções na zona ribeirinha, não lhe oferecia garantias de que seria capaz de preservar essa zona ribeirinha de algum tipo de especulação e de intervenção de edificação imobiliária, como dissera que ia fazer, ao vincular-se a uma intervenção daquelas. Era isso que estava ali em causa! Não eram os méritos do arquitecto, não eram os méritos do Vereador, mas era o facto de ter aceite e de projectar um imóvel daqueles. Porque ninguém lhe dissera que era aquele caixote, alguém o projectara para uma intervenção naquela zona, e isso era o que colocavam em causa. -----

----- Acerca do PUALZE, disse que já em Setembro ia estar resolvido, mas, pelos vistos, a Câmara não conseguira dar a volta à CCDR. Portanto iriam aguardar que agora conseguissem efectivamente dar a volta à CCDR e trazerem, tal como se comprometeu, à Assembleia o PUALZE em breve. -----

----- No tocante às regras para atribuição de casas, lembrou que estavam na Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara disse-lhe que não tinha que lhe dar explicações, e a si não tinha seguramente. Mas tinha que as dar à Assembleia. Agora, a Vereadora Helena Roseta, que estava todos os dias na Vereação e que agora até tinha um acordo com o Sr. Presidente, disse que desconhecia e exigia saber os critérios. Então ela não sabia e os membros da Assembleia tinham que saber!/? Bom, tinham todos que saber, e a responsabilidade primeira do Sr. Presidente era informar a Assembleia Municipal. -----

----- Mas também lhe dizia, embora admitisse que não fosse fácil a definição de critérios nessa matéria, que achava pouco correcto que fossem os serviços a fazer a atribuição das casas. -----

----- A um aparte, respondeu: “Não, Sr. Presidente! Porque, se vamos por aí, então essa é uma forma encapotada de responsabilizar os serviços através de decisões de Gabinete, que os Gabinetes não assumem e atiram para os serviços. Porque se não, rua! Tem que haver responsabilidade política, Sr. Presidente. Uma matéria desta natureza e desta sensibilidade não pode ficar apenas nas mãos dos serviços. Aliás, é inédito que não haja responsabilidade política.” -----

----- Por fim, disse que os Vereadores do PSD na Câmara Municipal e os 56 Deputados Municipais do PSD na Assembleia Municipal, estavam todos de consciência tão tranquila quanto o Sr. Presidente, tinham as mãos tão limpas quanto o Sr. Presidente, não aceitavam nenhuma lições de moral do Sr. Presidente, eram tão rigorosos como o Sr. Presidente, queriam tanto a transparência como o Sr. Presidente, estavam disponíveis para colaborar com o Sr. Presidente a favor da transparência na Cidade de Lisboa. Agora, o Sr. Presidente teria que ser menos arrogante, teria que olhar menos para o passado, teria que ser mais dialogante e teria que procurar pontos com a Assembleia Municipal em aspectos essenciais da governação da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que ia falar de lealdade e de honra, nem queria invocar o direito de defesa da honra. -----

----- Mas, de facto, desejava ali chamar a atenção que quem falara de mandatos anteriores à direita, dizendo mal da política de educação, foi o Sr. Presidente da Câmara na intervenção inicial, e realmente achava isso uma profunda desonestidade e deslealdade política. -----

----- Porque o PCP – e o Sr. Presidente foi Deputado Municipal – foi sempre leal na votação dos orçamentos e dos planos, na Câmara e na Assembleia Municipal, o que decorreria foi sob presidências do PS. E recordava que o PCP tinha 29% do eleitorado em Lisboa e o PS tinha 12%, o PCP tinha 12 freguesias e o PS não tinha rigorosamente nenhuma. E, no entanto, para bem da cidade, aceitaram as presidências do PS. -----

----- Essa é que foi a realidade. E foram leis, continuariam a ser leis e não iam ali discutir orçamentos passados que eram altamente beneficiários de Pelouros do PS. Claro que eram, era só ver os números! E eram prejudiciais para outras áreas, nomeadamente a educação e o desporto, do PCP, e também a cultura que era do PS. E aí é que houve um erro, de facto, do ponto de vista da perspectiva. -----

----- Mas desejava dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que em vez de falar desse tempo falasse da actualidade, porque ele próprio lhe perguntara o que se passava em relação à recuperação do interior do Pavilhão Carlos Lopes, e não respondera. Falara-lhe também do Decreto-Lei do Governo, que saíra em Setembro, de benefícios escandalosos da Mota-Engil e da Liscont – foi isso que incomodara o Sr. Presidente – no terminal de contentores de Alcântara. Sobre isso não tinha nada a dizer, no entanto era altamente prejudicial para a Cidade de Lisboa. -----

----- Falar sobre o estado actual da cidade foi isso que fizeram, mas o Sr. Presidente fugira à realidade com agressões e arrogâncias desnecessárias. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que assistiram hoje ali a uma tentativa de lavagem da imagem do Dr. Santana Lopes. O Deputado Municipal António Preto, de quem aliás era amigo pessoal, em quatro anos de Assembleia Municipal falara hoje pela segunda vez, e todos sabiam que ele não era uma pessoa qualquer, era uma pessoa muito próxima da nova líder do PSD, e foi ali hoje dar o mote. -----

----- “Aquilo que nós dissemos, há dois anos atrás, quando apoiamos o Prof. Carmona Rodrigues já não é verdade, o Dr. Santana Lopes é que é bom”. E lá desfilara um rol de elogios à pretensa obra realizada. Aliás, estava convencido que se o candidato fosse outro faria o mesmo discurso. -----

----- E o Deputado Municipal Saldanha Serra tentara manter-se nessa onda, mas a verdade é que fugira, como o diabo fugis da cruz, do debate sobre o Estado da Cidade, preferindo ir pelo caminho da insinuação e também pelo caminho da confusão. -----

----- Por isso, entendia que a lição que tiraram deste debate era que ao PSD o incomodava o desenvolvimento que estava a ser feito na cidade, e nomeadamente na Câmara de Lisboa com as reformas que estavam a ser implementadas. Essa é que era a verdade. -----

----- Mas todos percebiam que a maioria política da Assembleia Municipal, que era uma maioria artificial porque não foi a votos quando a Câmara foi há dois anos atrás, aproveitaria, de uma forma desesperada, o ano que faltava para fazer com que as coisas não andassem para a frente, mas que andassem para trás. -----

----- No entanto, também não tinha dúvidas nenhuma que essa tentativa na senda política que estava agora a ser ensaiada pelo PSD, que também era uma tentativa da maledicência, era uma tentativa que não teria efeitos na Cidade de Lisboa e com certeza o PSD seria punido pelo eleitorado nas eleições autárquicas de 2009. Porque as pessoas eram inteligentes, sabiam muito bem aquilo que não queriam, e sabiam reconhecer aquilo que era positivo para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para a intervenção final do debate, disse que registava, em primeiro lugar, que o Sr. Deputado Municipal Saldanha Serra não rebatera uma única das coisas que havia dito, sobre os três iii da responsabilidade do PSD: o i da incúria, o i da incompetência e o i da irresponsabilidade. Nem sobre a situação financeira, nem sobre as mega-empreitadas, nem sobre o caos urbanístico, nem sobre a situação da Cofina, nem sobre a situação sobre o Largo do Rato. Nada! -----

----- De facto, o Deputado Municipal Saldanha Serra, por mais que esbracejasse, não conseguiria atribuir a esta Câmara a responsabilidade daquilo que o PPD/PSD foi responsável. E teria que assumir isso, porque só assumindo isso poderia sentir-se bem na próxima campanha eleitoral. -----

----- Porque o PPD/PSD tinha uma longa história, em que era perito. Estava na AD, depois saída da AD, mudava de líder e já era outra coisa; estava no Bloco Central, depois saía do Bloco Central, mudava de líder e já era outra coisa; ia para o

cavaquismo, saía do cavaquismo, mudava de líder e já era outra coisa. Mas agora teve azar: é que isto agora era uma pescadinha de rabo na boca, voltaram ao mesmo. -----

----- Disse que o PPD/PSD, na última campanha, ainda tentara fazer aquele número de que tudo o que era mau era da responsabilidade do Prof. Carmona Rodrigues. Fizeram coisas inacreditáveis, na Assembleia Municipal e na Câmara, de lavagem das mãos como Pôncio Pilatos, como se não tivessem estado com o homem, não tivessem candidatado o homem e não tivessem eleito o homem. Enfim, tiveram uma postura ética e moralmente insuportável do ponto de vista da responsabilidade política. Uma vergonha! -----

----- Aliás, preparavam-se para fazer o mesmo com o antecessor do Prof. Carmona Rodrigues! Só que a vida trocara-lhes as voltas, e agora, como ali anunciara o Deputado Municipal Victor Gonçalves, iria ter, não que sacudir a responsabilidade do passado, mas dizer que as mega-empreitadas, o caos financeiro, o caos urbanístico e todas as trapalhadas que marcaram esses seis anos, afinal foram o supra-sumo da governação autárquica, e merecia mesmo ser reconduzida, recuperada porque vinha aí o regressado. -----

----- E esse é que era o grande problema com que o Deputado Municipal Saldanha Serra agora estava. Felizmente, os lisboetas e a Cidade de Lisboa estavam noutra preocupação, que era centrarem-se na resolução dos problemas da cidade. Porque havia uma coisa que sabiam bem: é que a cidade saíra dos cuidados intensivos mas o estado da cidade ainda era muito grave. Portanto, a cidade precisava de continuar a ser tratada com muito carinho, muito cuidado, não permitindo que tivesse nenhuma recidiva, porque o pior que podia acontecer a uma cidade que acabava de sair dos cuidados intensivos, era ter uma recaída com a gravidade daquela que tivera durante aqueles seis anos. -----

----- Era por isso que se iam concentrar no que tinham a fazer: planear o que havia a planear, executar a obra que havia a executar nas escolas, na reabilitação, na via pública, e era isso que iriam tentar fazer. -----

----- E o Deputado Municipal Saldanha Serra ali estaria para ser reeleito daqui a um ano e poder continuar a acompanhar os próximos quatro anos da gestão autárquica em nome do rigor e do desenvolvimento da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data realizada para o debate sobre o Estado da Cidade. -----

----- Eram 20 horas e 15 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -----

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----